



SENADO FEDERAL

RELATÓRIO

DOS TRABALHOS DO SENADO NA 1.^a
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
2.^a LEGISLATURA (DE 15 DE MARÇO A 15
DE DEZEMBRO)

Apresentado pelo Presidente, João
Café Filho, na sessão de encerra-
mento, a 15 de dezembro de 1951

exc. 2

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL
Este volume foi registrado
sob número **595**
do ano de **1954**



ÍNDICE

	Pg.
AUTORIDADES	
<i>Escolhas de autoridades aprovadas pelo Senado na sessão legislativa ordinária de 1951</i>	89
CÂMARA DOS DEPUTADOS	
<i>Ofícios ao Presidente da Câmara dos Deputados sobre a elaboração orçamentária</i>	95
COMEMORAÇÕES	21
COMISSÕES ESPECIAIS	14
COMISSÕES ESPECIAIS	
<i>Composição (no encerramento dos trabalhos da sessão legislativa ordinária de 1951)</i>	133
COMISSÕES PERMANENTES	
<i>Composição (no encerramento dos trabalhos da sessão legislativa ordinária de 1951)</i>	131
CONGRESSO NACIONAL	
<i>Convocação Extraordinária</i>	13
<i>Regimento Comum</i>	16
<i>Reuniões</i>	8
<i>Trabalhos do</i>	26
CONSTITUIÇÃO	
<i>Emendas à</i>	10
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	
<i>Do Congresso Nacional</i>	13
DECRETOS LEGISLATIVOS PROMULGADOS	
1) — <i>Pelo Presidente do Senado</i>	48
2) — <i>Pelo Vice-Presidente do Senado</i>	52
3) — <i>Pelo 1º Secretário do Senado no exercício da Presidência</i> ..	54
4) — <i>Pelo 2º Secretário do Senado no exercício da Presidência</i> .	54
DISCURSO DE ENCERRAMENTO	144
EMENDAS A CONSTITUIÇÃO	10
ESTATÍSTICAS	3
"	23
"	35
"	112
HOMENAGENS	
<i>Sessões especiais</i>	19

	Págs.
IMPrensa	
Representantes da imprensa, do rádio e das agências telegráficas credenciadas junto ao Senado Federal	140
INDICAÇÕES	
Apresentadas	85
INSTALAÇÕES DO SENADO	15
LEIS	
1) — Sancionadas pelo Chefe do Poder Executivo	7
"	36
2) — Promulgadas:	
a) — Pelo Chefe do Poder Executivo: Projeto vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional	44
b) — Pelo Presidente do Senado	44
c) — Pelo Vice-Presidente do Senado	46
MESA	
que presidiu os trabalhos do Senado na sessão legislativa ordinária de 1951	130
MINISTROS DE ESTADO	
Comparecimento	9
ORÇAMENTO	
Elaboração	24
PALAVRAS FINAIS	32
PALAVRAS FINAIS	35
PARECERES	
Publicados na sessão legislativa ordinária de 1951 — Discriminação segundo os autores	98
PESAR	
Registro de	22
PODER EXECUTIVO	
Mensagem ao Chefe do Poder Executivo sobre a demora na prestação de informações solicitadas pelo Senado	90
Informações e providências solicitadas do Poder Executivo e ainda não atendidas:	
a) — solicitadas pelas Comissões	91
b) — solicitadas em plenário	95
PRINCIPAIS MATÉRIAS ESTUDADAS PELO SENADO 1951 ..	7
Projetos	
Aprovados — discriminação segundo os assuntos	74
Ainda não ultimados — Tabela numérica	111
Pendentes de solução no início (15 de março) e no encerramento da sessão legislativa ordinária de 1951 — Tabela comparativa	112

III

	Pg.
Cujo estudo no Senado foi ultimado na sessão legislativa ordinária de 1951:	
a) — Projetos da Câmara dos Deputados enviados à sanção	57
b) — Projetos da Câmara dos Deputados emendados pelo Senado e devolvidos à casa de origem	65
c) — Projetos da Câmara dos Deputados rejeitados pelo Senado ..	67
d) — Projetos do Senado emendados pela Câmara dos Deputados	70
e) — Projetos do Senado encaminhados à Câmara dos Deputados .	71
f) — Projetos do Senado rejeitados	72
Em estudo nas Comissões — lista —	113
Rejeitados pelo Senado — discriminação segundo os assuntos	82
PROMULGAÇÕES	82
REGIMENTO COMUM	16
REGIMENTO INTERNO	17
RESOLUÇÕES PROMULGADAS	
1) — Pelo presidente do Senado	55
2) — Pelo Vice-Presidente do Senado	55
3) — Pelo 1.º Secretário do Senado no exercício da Presidência ..	56
4) — Pelo 2.º Secretário do Senado no exercício da Presidência ..	56
SENADO	
Constante aumento dos trabalhos do	23
Direção da Secretaria	139
Instalações	15
Lista dos componentes do Senado no encerramento da sessão legislativa ordinária de 1951	134
Sessões especiais	19
Tabela comparativa do movimento dos anos de 1924, 1950 e 1951	35
SENADORES	
Licenças e substituições	11
Lista	134
Participação em conseqüência e Congressos internacionais	12
Renúncias	18
Sessões Especiais	16
TABELA COMPARATIVA DO MOVIMENTO DOS ANOS DE 1924, 1950 E 1951	35
REGIMENTO INTERNO	17
VETOS PRESIDENCIAIS	
a) — Apreciados pelo Congresso Nacional na sessão legislativa ordinária de 1951	86
b) — Ainda não apreciados pelo Congresso Nacional	87
VETOS DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL	
a) — Apreciados pelo Senado na sessão legislativa ordinária de 1951	88
b) — Ainda não apreciados pelo Senado	88
VISITANTES ILUSTRES	88

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

Senhores Senadores.

O encerramento, hoje, da primeira sessão legislativa ordinária da segunda legislatura, correspondente ao ano de 1951 e compreendida entre os limites constitucionais de 15 de março e 15

de dezembro, oferece-nos esta oportunidade, que para nós significa, a um tempo, honra e satisfação, de dar-vos conta dos trabalhos realizados pelo Senado Federal no primeiro período em que nos coube o privilégio de dirigir-lo, como seu Presidente.

DADOS ESTATÍSTICOS

Nêsse período tivemos 193 dias úteis, tendo-se realizado, nos termos do Regimento Interno, 179 sessões, sendo nove extraordinárias. Nestas se compreenderam oito noturnas.

As estatísticas registraram, quanto aos trabalhos levados a efeito, os números que passamos a pormenorizar.

Como câmara iniciadora, a atividade do Senado se exerceu em relação a 37 projetos de leis, iniciados na presente sessão legislativa e 24 de períodos anteriores.

À revisão da Câmara dos Deputados foram remetidas 17 dessas proposições. Das restantes, foram rejeitadas 20 e retiradas quatro. As demais permanecem em estudo.

De volta da outra casa, três projetos, aqui iniciados, retornaram ao Senado com emendas, integralmente aceitas em relação a um e aceitas em parte em relação aos demais.

Além disso, aqui começaram o seu curso cinco projetos de decretos legisla-

tivos, da competência privativa do Congresso Nacional, todos enviados à Câmara, já tendo sido promulgados do §.

Na qualidade de câmara revisora, teve o Senado ensejo de receber do outro ramo do Legislativo, 421 projetos e de ultimar o estudo de 274, devolvendo 49 à casa de origem, com emendas, encaminhando à sanção 161 e rejeitando 64.

Das matérias restritas ao âmbito do Senado, acusaram as estatísticas:

403 requerimentos;

5 indicações;

26 projetos de resolução.

Entre os requerimentos, verificaram-se:

48 de urgência;

47 de informações.

Assinadas pelo Presidente foram expedidas 309 mensagens e pelos Senhores Secretários, 1482 ofícios.

O trabalho das Comissões pode ser sintetizado na seguinte tabela:

Comissões	Reuniões	Pareceres
Agricultura	26	31
Constituição e Justiça	67	556
Diretora	30	198
Educação e Cultura	30	48
Especial de Reforma da Constituição (emenda 2-49) ...	2	3
Especial de Reforma da Constituição (emenda 1-51) ...	3	2
Especial de Reforma do Regimento		
Especial de Revisão do Código Comercial	1	
Finanças	66	437
Fôrças Armadas	17	42
Redação de Leis	69	168
Relações Exteriores	29	31
Saúde	16	22
Trabalho e Previdência Social	32	24
Viação e Obras Públicas	23	22

No tocante a autoridades cuja escolha depende de prévia aprovação do Senado, foi esta casa chamada a pronunciar-se sôbre as seguintes:

de Ministro do Supremo Tribunal Federal	1
de Ministro do Tribunal de Contas	1
de Prefeito do Distrito Federal ..	1

de Chefes de Missões Diplomáticas Permanente

19

Em todos os casos examinados as propostas do Executivo merecerem aprovação.

Em número de 6 foram os vetos do Prefeito do Distrito Federal (4 totais e 2 parciais) examinados pelo Senado. Foram todos mantidos.

PRINCIPAIS MATÉRIAS ESTUDADAS PELO SENADO EM 1951

Entre as matérias apreciadas pelo Senado na sessão legislativa que finda merecem menção especial as seguintes:

I) *Projetos recebidos da Câmara e encaminhados à sanção*

PCLD 141-51:

Aplica a outras eleições que se sucedam, enquanto não se der a substituição dos títulos eleitorais em vigor, o disposto no § 3º do art. 197 da Lei nº 1.164, de 24-7-51.

PLCD 92-51:

Modifica a redação do art. 135, letra a, do Código Nacional de Trânsito.

PLCD 282-49:

Altera os arts. 13 e 14 do Decreto-lei nº 3.347, de 12 de junho de 1941, que institui o regime de benefícios da família.

PLCD 325-50:

Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Cia. Siderúrgica Nacional e dá outras providências.

PLCD 7-51:

Dispõe sobre a renovação da Marinha de Guerra, alterando a taxa de que trata a Lei nº 156, de 27 de novembro de 1947, e dá outras providências.

PLCD 21-51:

Inclui nas contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou cor.

PLCD 49-51:

Regula a importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa.

PLCD 84-51:

Modifica os arts. 2º e 3º da Lei nº 305, de 18 de julho de 1948, que regula a aplicação do art. 15, § 4º da Constituição Federal (quota do imposto de renda destinada aos Municípios).

PLCD 95-51:

Subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior.

PLCD 98-51:

Autoriza o Ministro da Fazenda a adquirir, integralizar e subscrever, pelo Tesouro Nacional, ações da Companhia Nacional de Alcalis, e a dar garantia do mesmo Tesouro a um empréstimo a ser contraído por essa Companhia, e dá outras providências.

PLCD 99-51:

Dá nova redação ao art. 8º da Lei do Inquilinato.

PLCD 210-51:

Exclui da classificação constante do art. 1º da Lei nº 121, de 22-10-47, os Municípios de Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Gravataí e Canôas, no Estado do Rio Grande do Sul.

PLCD 273-51:

Dispõe sobre recursos financeiros para a Fundação da Casa Popular, altera a Lei do Sêlo e dá outras providências.

PLCD 252-51:

Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários concedidos ao Ministério da Agricultura.

PLCD 242-51:

Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

PLCD 361-51:

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operações de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00, destinadas ao reaparelhamento de portos e ferrovias, aumento de capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias básicas de agricultura.

II) — *Projetos iniciados na Câmara e emendados pelo Senado*

PLCD 201-46:

Reorganiza a Contadoria Geral da República, e dá outras providências.

PLCD 182-48:

Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

PLCD 466-48:

Altera as disposições do Código do Processo Civil relativas ao mandado de segurança.

PLCD 5-49:

Dispõe sobre a profissão de Economista.

PLCD 271-49:

Estabelece a obrigatoriedade da apresentação, pelas companhias teatrais, nacionais, de peças de autores brasileiros.

PLCD 379-49:

Autoriza o Poder Executivo a contratar com o Banco do Brasil, S.A., o financiamento de máquinas agrícolas e de animais de tração destinados à agricultura.

PLCD 425-49:

Regula o processo das contravenções definidas nos arts. 58 e 60, do Decreto-lei nº 2.259, de 10-2-44.

PLCD 451-49:

Concede anistia dos condenados ou processados por motivo de greve e crimes conexos.

PLCD 246-51:

Dispõe sobre a marcação dos volumes que contiverem produtos brasileiros destinados à exportação para o estrangeiro.

PLCD 345-50:

Fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Território Federal do Amapá, para o quinquênio de 1949-1953.

PLCD 36-51:

Cria nove lugares de desembargador no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, elevando, assim, o número de seus membros componentes, e dá outras providências.

PLCD 168-51:

Altera a legislação do imposto sobre a renda.

PLCD 243-51:

Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

III) — *Projetos iniciados no Senado e encaminhados à Câmara*

PLSF 47-49:

Permite aos empregados das empresas de natureza comercial e industrial a cargo do governo da União ou das suas instituições autárquicas, consignar em folha de pagamento até 50% dos proventos em favor de sociedade cooperativa do consumo da qual sejam sócios.

PLSF 3-49:

Dispõe sobre a aplicação do Plano Ferroviário Nacional, no setor Ceará-Piauí.

PLSF n.º 43-50

Fixa normas para o aproveitamento dos diplomados pelo Instituto de Oleos;

PLSF n.º 18-51

Modifica as penas de crimes contra a economia popular e altera o seu processo, no Distrito Federal;

PLSF n.º 43-51

Dispõe sobre o regime de férias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Aceitos pelo Senado Federal, foram, ainda, promulgados decretos legislativos aprovando as contas do Presidente da República referente aos exercícios de 1947, 1948 e 1949.

LEIS SANCIONADAS

No período compreendido entre 15 de março dêste ano e a presente data (15 de dezembro) foram convertidos em leis, com a sanção do Presidente da República, 127 projetos.

A êsse número se hão de somar ainda alguns projetos que, concluídos nêstes últimos dias, deverão ser enviados à sanção depois do encerramento desta sessão legislativa.

PROMULGAÇÕES

Sem pronunciamento expresso do Chefe do Poder Executivo, embora tacitamente sancionados foram devolvidos a esta casa 44 projetos de leis, dos quais foram promulgados:

Pelo Presidente do Senado 26
Pelo Vice-Presidente em exercício 17

Foram ainda promulgados os seguintes atos:

I) *Decretos Legislativos*

Pelo Presidente do Senado 39
Pelo Vice-Presidente em exercício 24

Pelo 1º Secretário no exercício da Presidência 2

Pelo 2º Secretário no exercício da Presidência 1

II) *Resoluções do Senado*

Pelo Presidente 13

Pelo Vice-Presidente em exercício 4

Pelo 1º Secretário no exercício da Presidência 1

Pelo 2º Secretário no exercício da Presidência 1

REUNIÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Participou esta casa de 16 sessões conjuntas do Congresso Nacional, que tiveram por finalidade:

uma, a solene instalação desta sessão legislativa;

uma, a discussão e a votação da redação final do Regimento Comum;

quatorze, a apreciação de vetos presidenciais a projetos de leis elaborados pelo Congresso Nacional, sendo:

14 vetos totais;

3 vetos parciais.

Dêses 17 projetos vetados 16 foram rejeitados, sendo mantido 1.

Mais dois projetos foram devolvidos ao Senado, nos termos do art. 70, § 1º da Constituição, por terem sido vetados pelo Chefe do Poder Executivo.

O seu recebimento, todavia, só se deu nos últimos dias da presente sessão legislativa, de sorte que, não sendo possível convocar o Congresso para apreciá-los com observância do prazo estabelecido no art. 45 do Regimento Comum, essa providência deverá ser levada a efeito quando o Legislativo voltar a reunir-se, extraordinariamente, a partir de 15 de janeiro próximo.

COMPARECIMENTO DE MINISTROS DE ESTADO

Por duas vêzes se verificou, no ano legislativo que se encerra, o comparecimento de Ministros de Estados:

Em 10-4-51, do Sr. Ministro da Guerra General Newton Estillac Leal, afim de ser ouvido sôbre projéto que concedia anistia a condenados por crimes politicos;

Em 8-10-51, do Sr. Embaixador João Neves da Fontoura, para prestar informações sôbre o preenchimento do cargo de Ministro Plenipotenciário junto ao Governo da Tchecoslovaquia.

O primeiro desses titulares atendeu a convocação do Senado (requerimento n.º 125, do Sr. Senador Ivo d'Aquino, aprovado em 9-4-51) e o segundo compareceu espontaneamente.

Ambos foram ouvidos em sessão secreta.

Perante as Comissões de Relações Exteriores do Senado e de Diplomacia da Câmara, em reunião conjunta no Senado, a que estiveram presentes numerosos membros de ambas as Casas do Legislativo, o Sr. João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores, em 29-5-51, teve ensejo de fazer longa exposição oral sôbre os trabalhos da delegação do Brasil à Conferência de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Países Americanos realizada em Washington em março do corrente ano.

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

Em 19-7-51 o Senado Federal aprovou, em redação final, o Projeto de Reforma Constitucional nº 1, de 1951, que dá nova redação ao art. 4º do «Ato das Disposições Constitucionais Transitórias» (autonomia do Distrito Federal). Esse projeto, que foi encaminhado à Câmara dos Deputados, onde ainda se acha, tivera início no Senado em 29-3-51, apresentado pelo Sr. Senador Mozart Lago e mais 22 Senhores Senadores, tendo sido aprovado em 1ª discussão, em 19-6-51, por 35 votos contra 14, em 2ª discussão, em 3-7-51,

por 32 votos contra 12 e em 19-7-51, em redação final, por 34 votos.

Em 17-8-51 foi encerrada a discussão final do substitutivo oferecido em Plenário, em 2.ª discussão, ao Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949, de iniciativa do Sr. Joaquim Pires e mais 38 Srs. Senadores, com o objetivo de dar nova redação ao art. 69 da Constituição.

Essa matéria acha-se na Comissão de Constituição e Justiça, a fim de se pronunciar sobre consulta formulada pelo Sr. Senador Melo Viana.

LICENÇAS E SUBSTITUIÇÕES

Licenciados pelo Senado, a pedido, estiveram os Srs. Senadores:

- 1) Adalberto Ribeiro — por 120 dias, a partir de 10-3-51
- 2) Atilio Viváqua — por 120 dias, a partir de 1-11-51
- 3) Domingos Velasco — por 120 dias, a partir de 1-11-51
- 4) Válder Franco — por 120 dias, a partir de 1-6-51.

Para substituí-los foram convocados os suplentes, Srs. Epiácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, José Fortunato Ribeiro, José da Costa Paranhos e Pedro Diniz Gonçalves, que assumiram o exercício do mandato respectivamente em 10 de março, 5 de novembro, 20 de outubro e 1 de junho.

Ausentaram-se também dos trabalhos desta Casa, tendo feito a devida comunicação, nos termos do art. 37 do Regimento, os Srs. Senadores:

- Pereira Pinto, por 120 dias, a partir de 1-5-51;
Novais Filho, por 1 mês, a partir de 2-4-51;
Vitorino Freire, por 120 dias, a partir de 16-4-51;

Olavo Oliveira, a partir de 18-6-51.

Deixou de ser convocado o suplente do Sr. Senador Pereira Pinto, em vista de haverem surgido dúvidas quanto à possibilidade de ser investido no mandato, por ter exercido outro eletivo. Pedido o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, só ao fim do período de ausência do Sr. Senador Pereira Pinto foi possível ao Plenário conhecer do respectivo parecer. No caso do Sr. Senador Novais Filho não houve substituição. Nos demais, foi feita pelos suplentes respectivos, convocados na forma do disposto no art. 38 da Lei Interna, Senhores Luiz Varela, Aluisio Fragozo de Lima Campos e Carlos Viriato Sabóia.

Afastado também esteve dos trabalhos do Senado, no período de 23 de julho a 15 de setembro, o Presidente desta Casa, em viagem ao exterior, devidamente autorizado pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo número 23-51), em virtude de convite de Governos estrangeiros.

PARTICIPAÇÃO EM CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS INTERNACIONAIS

Foram concedidas licenças a vários Srs. Senadores para participar de Conferências e Congressos Internacionais:

Ao Sr. Senador Alencastro Guimarães — para a Conferência de Consulta dos Ministros das Relações de Países Americanos (Resolução nº 3-51).

Ao Sr. Senador Vivaldo Lima — para a 6ª Conferência Interamericana da Cruz Vermelha, realizada no México (Resolução nº 14-51).

Ao Sr. Senador Valdemar Pedrosa — para a 4ª Reunião da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, ainda em realização em Paris (Resolução nº 16-51).

Ao Sr. Senador Apolônio Sales — para o Congresso Internacional de

Aduos Químicos, em Roma (Resolução nº 15-51).

O Senado também compareceu, oficialmente, a dois Congressos Internacionais:

à Conferência da União Interparlamentar reunida em Istambul, por delegação constituída dos Srs. Senadores Atilio Vivácqua, Etelvino Lins, João Vilasboas e Vivaldo Lima, tendo como Secretário o funcionário do Senado Dr. Lauro Portela e como assessor o jornalista José Vitorino de Lima;

ao Congresso Internacional de Turismo, realizado em Atenas, pelo Sr. Senador Melo Viana.

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO

Em 16 de novembro chegou ao Senado o Ofício nº 2.227, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o ato de convocação extraordinária do Congresso Nacional, feito nos termos do art. 39, parágrafo único, da Constituição, e assinado por 111 Senhores Deputados, para funcionar no período de 15 de janeiro a 9 de março de 1952.

Tratando-se, como ficou entendido nos casos anteriores, de ato perfeito e acabado, apenas cabia à Presidência do Senado dêle dar conhecimento à Casa, o que foi feito na mesma data, e marcar sessão conjunta de instalação do período legislativo extraordinário, para o que já foram tomadas as devidas providências.

COMISSÕES ESPECIAIS

No ano legislativo que finda o Senado julgou conveniente constituir várias Comissões Especiais. Foram, assim, criadas as seguintes :

Comissão de Reforma do Regimento Interno:

Comissão Especial de Revisão do Código Comercial;

Comissão Especial para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1951.

Comissão Especial de Estudo dos Direitos Civis da Mulher.

A última dessas Comissões, criada em virtude de requerimento aprovado na sessão de 11 do corrente, teve os seus membros designados às vésperas de se encerrar esta sessão legislativa.

Foi, no início dos nossos trabalhos de 1951, reconstituída a Comissão Especial para Estudo do Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949, visto haver, com a legislatura passada, terminado o mandato dos seus antigos componentes.

INSTALAÇÕES DO SENADO

Ao assumirmos a Presidência desta Casa, impressionaram-nos as suas instalações, pela absoluta falta de conforto, resultante de angústia de espaço que nelas se observa.

Convencidos, desde logo, de que no Palácio Monroe não seria possível, por meio de obras de ampliação, conseguir uma solução cabal para o problema, e entendendo que a precariedade dessas instalações devia estar prejudicando extraordinariamente o rendimento dos trabalhos da Casa, permitimo-nos sugerir à ilustre Comissão Diretora a trans-

ferência do Senado para o Palácio Guanabara, cuja cessão verificaremos possível, em entendimentos com o Sr. Presidente da República e com o Prefeito do Distrito Federal, na ocasião, Sr. General Angelo Mendes de Moraes.

É bem de ver que medida dessa natureza não pode ser adotada sem devido estudo, ao qual se entrega a ilustre Comissão Diretora, como o atesta o magnífico relatório do seu digno Presidente, Sr. Senador Marcondes Filho, publicado no Diário do Congresso Nacional de 12 de outubro.

REGIMENTO COMUM

Promulgado pelo atual Presidente do Senado em 20 de abril do corrente ano — portanto, já na presente sessão legislativa — dispõe o Congresso Nacional, enfim, de uma lei interna, esperada desde 1946, para disciplinar o funcionamento das sessões conjuntas de suas duas casas e outros assuntos que, embora pertinentes ao trabalho de cada uma em separado, interessam indistintamente a ambas.

Ainda é cedo para se ter um juízo definitivo sobre esse Regimento. A experiência dos seus primeiros meses de execução, entretanto, é boa.

É verdade que algumas omissões já foram assinaladas em referência ao

quorum para as votações. Dúvidas foram suscitadas, na sessão de 6 de outubro, tendo a decisão, deferida pela Presidência ao Plenário, sido proferida em 16 do mesmo mês. Considerou-se desnecessária, para as votações, a presença de maioria de cada uma das Casas, desde que presente a maioria, em conjunto, dos Deputados e Senadores.

Em virtude da adoção do novo Regimento Comum, que dirimiu a antiga controvérsia sobre quem deveria presidir o Congresso, essa Presidência passou a ser exercida, desde a sessão de 9 de maio último, pelo titular da Presidência do Senado, isto é, pelo Vice-Presidente da República.

REGIMENTO INTERNO

Tendo em vista as observações contidas no Relatório da anterior Presidência sobre a sessão legislativa extraordinária que funcionou até 31 de janeiro dêste ano, o Senhor Senador Mozart Lago requereu e obteve fôsse constituída uma Comissão Especial para rever o Regimento Interno.

Integraram-na os Senhores Senadores Aloisio de Carvalho, Hamilton Nogueira, Alfredo Neves e Mozart Lago, êste últimamente substituído pelo Senhor Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O projeto organizado pela Comissão já foi apresentado em Plenário, lido na sessão de 27 de novembro, devendo ficar sobre a mesa durante três sessões, para recebimento de emendas, depois de distribuídos os avulsos que estão sendo preparados.

Dadas a competência e a experiência dos componentes dessa Comissão, é de se esperar que a nova lei interna, resultante dêsse trabalho, com a colaboração que ainda vai receber do Plenário, corresponda plenamente às necessidades do Senado.

RENÚNCIAS

Em 24 de abril do corrente ano verificou-se a renúncia do Senhor Senador Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro, representante da União Democrática Nacional pelo Estado da Paraíba. Foi, em consequência, mantido no desempenho do mandato o seu suplente, que se achava em exercício, Dr. Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Em data de ontem, (14 de novembro) o Senado houve de se manifestar — e o fez pela aprovação — da escolha de um dos seus ilustres membros, o Senhor Senador Vergniaud Wander-

ley, para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

A sua investidura nesse alto posto do Executivo importa para o Senado ver-se privado da colaboração dedicada, eficiente e patriótica daquele digno representante da Paraíba.

Para a vaga que se vai abrir não poderá ser convocado o seu suplente, Sr. Antonio Pereira Diniz, uma vez que ao Senado acaba de ser dado conhecimento de ato expresso de renúncia, por êle encaminhado hoje à Mesa.

SESSÕES ESPECIAIS

Realizaram-se três sessões especiais. Duas destinaram-se a reverenciar a memória de figuras inesquecíveis para esta Casa — Pinheiro Machado (em 8 de maio, data do centenário do seu nascimento) e Salgado Filho (em 30 de julho, 1.º aniversário da sua morte). A terceira, em 16 de maio, teve por

finalidade expressar ao Ministro Laudo de Camarço o aprêço do Senado Federal, ao ensejo da sua aposentadoria como Ministro do Supremo Tribunal Federal, após uma longa e brilhante carreira, em que sobremodo dignificou a magistratura brasileira.

VISITANTES ILUSTRES

Teve o Senado a satisfação de receber, em sessão, vários visitantes ilustres, a quem, através da palavra de oradores especialmente designados, manifestou o agrado com que os acolhia.

Foram os seguintes:

Senador Julio Martinez Montt, do Senado Chileno, saudado pelos Senhores Senadores Alfredo Neves e Lima Campos (em 13 de agosto);

Senador Giro Horikoshi, do Senado Japonês, saudado pelo Senhor Senador Hamilton Nogueira (em 1 de outubro):

Senador D. Jackson, do Senado da União Sul Africana, saudado pelo Senhor Senador Alfredo Neves (em

Cardeal Francis Spellman, Arcebispo de Nova Iorque, acompanhado do Senhor Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, e dos prelados de Ottawa, Monsenhor Alexandre Vachon; Guatemala, Monsenhor Mariano Rossely y Arellano; Tegucigalpa, Monsenhor Dr. José de la Cruz Turcios y Barabona; El Salvador, Monsenhor Liz Chávez y Gonzalez; Caracas, Monsenhor Lucas Guillermo Castillo; Bogotá, Monsenhor Emilio de Brigard; Quito, Monsenhor Dr. Carlos Maria de la Torre; Assunção, Monsenhor Anibal Mena Porta; e Montevideu, Monsenhor Dr. Antonio Barbieri, saudados pelo Senhor Senador Francisco Gallotti (em 21 de novembro).

COMEMORAÇÕES

Corporação representativa do pensamento político brasileiro, não podia o Senado ficar estranho às efemérides expressivas para a nação, registradas em 1951.

Aqui tiveram a devida repercussão vários acontecimentos, fixados nas páginas dos nossos Anais pela palavra de membros desta Casa. Foram os seguintes:

Os centenários de nascimento de

Silvio Roméro
Nuno de Andrade
Abdon Batista
General Pedro Augusto Borges
João Chrockatt de Sá Pereira de Castro
Manoel Correia de Freitas
Jorge Benedito Otoni;

o cinquentenário do jornal *O Paladino*, de Santo Antônio de Jesus;

o 4º centenário da fundação da cidade de Vitória;

o cinquentenário do desaparecimento de Francisco de Castro;

o jubileu sacerdotal de Dom Helvécio Gomes de Oliveira e Dom Emanuel Gomes de Oliveira;

o cinquentenário da descoberta de Santos Dumont;

o centenário do município de Mombaça, no Ceará;

o centenário dos municípios de Joinville e Blumenau;

o centenário do nascimento de Ramiro Barcelos.

O 3º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem, pelas Nações Unidas.

REGISTRO DE PESAR

No decorrer da sessão que ora se encerra sofreu o Senado duro golpe, com o prematuro falecimento, a 4 de agosto do Sr. Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, representante do Partido Trabalhista Brasileiro pelo Estado da Paraíba, em pleno esplendor da juventude, e na fase ascensional de uma carreira política promissora.

A sua morte, que a todos comoveu pelo que teve de inesperada e pelas circunstâncias dolorosas que a cercaram, causou profunda mágoa nesta Casa, onde a sua figura, trepidante de vivacidade e irradiante de simpatia, já se firmara na estima geral, não obstante ser recente a sua investidura como membro do Senado da República.

Foram-lhe, ao ensejo do seu passamento, tributadas por esta Casa as devidas homenagens, entre as quais a do levantamento da sessão de 6 de agosto.

Outro motivo de profundo pesar teve-o o Senado no falecimento, ocorrido a 4 de novembro último, do Dr. Mário de Andrade Ramos, ex-Constituinte de 1933, de cuja passagem por este ramo de Legislativo guardam os nossos Anais recordações ainda bem recentes. Efetivamente, na passada legislatura, destacou-se o Dr. Mário de Andrade Ramos por uma série de estudos e trabalhos feitos sob a inspiração do mais puro patriotismo. Em sua homenagem, foi levantada a sessão de 5 de novembro.

Outros brasileiros eminentes, desaparecidos nesta sessão legislativa, tiveram no Senado Federal igual demonstração de pesar:

o Governador do Rio Grande do Norte, Dr. Dix-Sept Rosado;

os ex-Constituintes de 1933:

Carlos Augusto de Carvalho
Dr. Oscar Rodrigues Alves
Dr. Mário Midosi Chermont
Dr. João Pacheco de Oliveira

os ex-Constituintes de 1946:

Dr. Atila Barreira do Amaral
Dr. César Costa
Dr. Noraldino Lima.

Por igual, em homenagem ao General Oscar Carmona, Presidente da República Portuguesa, foi levantada a sessão do Senado de 18-4-51.

Votos de pesar foram registrados pelo falecimento do Dr. Aristeu Borges de Aguiar, ex-Governador do Espírito Santo e do ex-Senador Dr. Antônio Emiliano Sousa Castro.

Através de discursos de vários dos seus membros refletiu-se no seio do Senado o pesar suscitado pelo desaparecimento de outras personalidades:

o Presidente do Senado italiano, Senhor Ivanoe Bonomi;

o Ministro Filadelfo Azevedo;

o Ministro Francisco José de Oliveira Viana;

o Desembargador Saul de Gusmão;

Dom Adalberto Sobral, Arcebispo de São Luís do Maranhão;

Dom Luís Scortegagna, Arcebispo de Vitória;

o Professor Alcebiades Delamare Nogueira da Gama;

o Professor Everardo Bakheuser;

o Professor Artur Cumplido de Santana;

o Professor Olímpio de Meneses;

o Dr. Demóstenes Rockert;

o Dr. Aquiles Lisboa;

o Dr. Nelson Fernandes;

o Dr. João Maria Rangel;

o Dr. Napoleão Laureano;

o Dr. Alberto Frederico de Moraes

Lamego;

o Dr. Jorge Lotário Meissner;

Monsenhor Joaquim Dourado;

Padre João Rodrigues de Oliveira;

Padre Raul Marie Lecourieux;

Madre Santo Agostinho Godivier;

Madre Marie Gaetan de Sion;

estudante Herculano Sousa.

O CONSTANTE AUMENTO DOS TRABALHOS DO SENADO

A análise das estatísticas que inicialmente reproduzimos e o seu confronto com as de anos anteriores evidenciam o crescente aumento dos serviços do Senado.

Feito o cotejo com sessões legislativas anteriores a 1930, verifica-se ter havido, no tocante ao número de projetos procedentes da Câmara dos Deputados e aos trabalhos das Comissões sensível aumento.

Em 1924, último ano cujos dados nos foi possível compulsar, as estatísticas

havam assinalado 160 projetos recebidos e 479 pareceres proferidos.

Na presente sessão legislativa os números correspondentes foram de 407 e 1.526, respectivamente, o que representa um acréscimo de 247 projetos e 1.047 pareceres. Poder-se-ia afirmar que, no ano que finda, o Senado da República trabalhou como em quase três anos do período anterior a 1930.

Por outro lado, de 1950 para 1951 também se registraram aumentos expressivos:

	1950	1951	Aumento
Projetos recebidos	265	407	142
Pareceres	1230	1564	334

Na sua fria eloqüência êsses algarismos deixam fora de dúvida que a ati-

vidade desta casa vem sempre crescendo sensivelmente.

ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nos relatórios referentes às sessões legislativas ordinárias anteriores o nosso ilustre antecessor deixou fixadas, em termos claros e incisivos, as dificuldades com que lutara o Senado, todos os anos, para o conveniente desempenho do seu papel constitucional de câmara revisora, em relação ao projeto de lei orçamentária, dada a insignificância do tempo que lhe era reservado para esse fim.

O novo Regimento Comum, em seu art. 44, determinou que o projeto seja enviado ao Senado até o dia 15 de setembro e devolvido à Câmara até 31 de outubro.

No corrente ano já se pôde verificar, no tocante a essa matéria, sensível melhora da situação. Todavia, ainda não foi possível suprimir de todo os atropelos e as angustias de tempo nesse trabalho.

E' bem verdade que o primeiro dos anexos em que se divide o projeto — o do Ministério das Relações Exteriores — chegou ao Senado em 24 de julho mas, em compensação, os dos Ministérios da Viação e da Educação — que, pelo elevado número de emendas que suscitam, são os mais trabalhosos, foram recebidos em 25 de setembro e 8 de outubro, respectivamente, e o da Receita em 27 de setembro.

Conforme também ficou acentuado em anteriores relatórios da Presidência do Senado, a rigor não deviam ser iniciados os estudos de revisão do projeto orçamentário sem que este estivesse por completo na câmara revisora. Efetivamente, não é lógico se estude a despesa — inclusive quanto à possibilidade de majorá-la por meio de emendas — sem se ter em confronto a receita estimada, a fim de novos recursos

poderem ser previstos, para atender à agravação que se haja de fazer. E, também, não é aconselhável o estudo fracionado de matéria de tal magnitude, tanto mais quanto à câmara revisora escapa competência para o início de leis de criação ou alteração de impostos.

A despeito disso, o Senado, com o seu alto espírito de colaboração, não se recusou a iniciar o seu trabalho antes da chegada do último anexo do projeto. Fê-lo ao receber o primeiro e o estendeu aos demais, à proporção que foram sendo recebidos.

Infelizmente, porém, não lhe foi dado ultimar o seu estudo a tempo de restituir o projeto à Câmara, com as suas emendas, no prazo estipulado pelo artigo 44 do Regulamento comum.

Ao esgotar-se esse prazo, tivemos oportunidade de dirigir ao Presidente da Câmara dos Deputados ofício reservado — cuja publicação posteriormente julgamos necessário solicitar — expondo as razões por que se via o Senado impossibilitado de cumprir aquele prazo.

Não é demais recordar, aqui, as principais dessas razões. Primeiramente, no tocante aos anexos da despesa, vários deles tiveram de ficar com o estudo interrompido, à espera de elementos que o Executivo deveria fornecer, para a elaboração de emendas necessárias à administração. Depois, quanto à receita, tornou-se indispensável sobrestar o pronunciamento do Senado até que se ultimassem e fôssem convertidos em leis projetos que tinham por fim acudir, com recursos novos, às necessidades do erário público, de maneira a possibilitar, no próximo ano, pela sua inclusão no orçamento, a execução de planos administrativos do

Govêrno (leis que alteraram o impôsto de renda e o impôsto de sêlo nas operações imobiliárias).

Uma coisa, todavia, não pode deixar de ser ressaltada — o esforço sincero, constante e infatigável, da direção das duas Casas, para que se alcançasse, êste ano, o objetivo de uma elaboração orçamentária feita com tranquilidade e segurança, livre de precipitação e de causas de êrro.

Um dos inconvenientes que todos os anos se notam nesse trabalho é a iniciativa direta de órgãos do Executivo junto ao Legislativo, sobretudo junto ao Senado, para alterar verbas previstas para os respectivos serviços. Em

1951, conforme foi divulgado, houve recomendação expressa das autoridades competentes a fim de que essa prática não se verificasse. Isso, por sem dúvida, fêz reduzir a sua incidência, mas não a eliminou de todo, pois que, como já há pouco ficou dito, até junto ao Senado ela se processou, acarretando perturbações não pequenas nos trabalhos da Comissão de Finanças.

Façamos, em todo o caso, votos no sentido de que para o futuro êses inconvenientes não mais se observem, em detrimento de uma tarefa legislativa de tal relevância, que exige o máximo de atenção e tranquilidade na sua realização.

OS TRABALHOS DO CONGRESSO

Têm-se avolumado, nos últimos tempos, as críticas e os ataques ao Congresso Nacional, como se este se mantivesse inativo e, por conseguinte, insensível às dificuldades com que luta o Brasil, especialmente na sua vida econômica e financeira.

Essas críticas e êsses ataques, aliás, não constituem novidade, nem aqui, nem nos países que têm Congresso.

As corporações legislativas é costume atribuírem-se todos os males da vida da nação.

Detentor da missão de legislar, há-de o Congresso possuir poderes quase miraculosos, de dar a tudo, por meio de leis sábias e oportunas, solução precisa e cabal, ainda que os problemas em aprêço sejam apenas manifestações internas de causas externas, comuns a muitos povos, de crises econômicas políticas ou sociais de âmbito universal.

O estudo da vida política dos países onde há Congresso e liberdade de manifestação do pensamento, mostra existir, em todos êles, em maior ou menor escala, essa tendência de se responsabilizar por tudo o Legislativo. Ainda nos de mais apurada educação política, o fato se observa, embora em menor proporção. Poder-se-ia, mesmo, dizer que a intensidade e a freqüência dos ataques ao Legislativo estão em razão inversa com o grau de cultura e de educação política e cívica do povo.

Não poderia o Brasil, por conseguinte, escapar à incidência do fenômeno, que, também, não é privativo da atualidade, pois se manifestou em tôdas as fases em que o Congresso esteve em funcionamento, assim na Monarquia como na República.

Igualmente, não constitui privilégio do Legislativo o ser alvo de invectivas, que, afinal, exteriorizam a preocupação natural de se procurar, nos órgãos mais ao alcance da vista, um responsável para os males que fazem sofrer o povo.

Críticas e ataques veementes são, igualmente, dirigidos, todos os dias, ao Executivo, como se também este dispusesse de poderes sobrenaturais para a tudo prover e a tudo dar solução, mesmo que o mal provenha de outras terras, ou exija recursos inacessíveis dentro das contingências em que se há de desdobrar a sua ação administrativa e política.

O próprio Judiciário, na sua missão serena, elevada e nobre, de assegurar o império do direito e da lei nas relações entre os indivíduos ou entre êstes e o poder público, não está livre dessas objurgatórias, que, afinal, em nada tismam a pureza das suas vestes talares e em nada o fazem descer do plano de onde baixa os seus arestos, nem afetam a respeitabilidade dêstes e a serenidade dos que os proferem.

Essa tendência, para a crítica injusta e para os ataques e os apôdos encontra, infelizmente, eco em alguns dos órgãos a que deve caber a grave missão de orientar a opinião pública. Por outro lado, dela se valem, sempre que podem, os inimigos da democracia, os inconformados com o exercício, pelo povo, em sua plenitude, dos direitos de auto-determinação e de auto-direção, por meio dos legítimos representantes da sua vontade. A uns e a outros fazem côro, infelizmente, aquêles que, no primitivismo da sua formação cívica, não têm notícia das vantagens do funcionamento das instituições democráticas e nada concebem fora dos climas

incompatíveis com o perfeito exercício da soberania popular.

O resultado disso são as campanhas que surgem, de tempos a tempos, procurando apontar à consciência nacional o Congresso como órgão inoperante ou inútil, quando não verdadeiramente prejudicial, capaz de se colocar a serviço dos inimigos do povo contra os interesses deste, entravando o desenvolvimento da nação e cerceando a ação patriótica dos órgãos da administração. Esquece-se, nessas oportunidades, que o Congresso é o próprio povo a deliberar sobre os seus destinos, a dizer, pela palavra de mandatários legítimos, o que mais lhe convém e o que mais consulta as suas aspirações. E olvida-se, sobretudo, a verdade daquele velho conceito democrático de que pior que o pior dos Parlamentos é a ausência de Parlamento.

No Brasil, uma circunstância não deve deixar de ser lembrada: a experiência da vida parlamentar, haurida em um século de regime representativo, foi em grande parte perdida, pelas soluções de continuidade que sofreu depois de 1930. O Congresso, com todos os seus defeitos, com todas as suas imperfeições, é uma escola de estadistas, para onde convergem os espíritos que sentem em si mesmos a natural inclinação para a vida pública. No seio das casas Legislativas, encontram condições de aperfeiçoamento, oportunidade de dilatar os horizontes da compreensão que trazem dos problemas nacionais e regionais. Encontram, acima de tudo, um acervo precioso de experiência, que se exterioriza a todos os momentos, no debate dos problemas postos diante dos legisladores. E, assim, vai-se operando, dia a dia, o aprimoramento das instituições, do mesmo modo que o da formação e da experiência dos seus membros.

Interrompido, por alguns anos, o funcionamento do Congresso, era natural se desarticulasse a máquina, se desajustassem as peças, e se perdesse, em grande parte, a experiência acumulada durante tão longo tempo.

Por outro lado, desacostumou-se o povo de observar o funcionamento dos órgãos legislativos, perdendo os termos

de comparação e os pontos de referência indispensáveis a um julgamento seguro.

Ao ocupar, pela vez primeira, a presidência desta casa, tivemos ensejo de enunciar a opinião de que a nação não tem motivos para descrer do seu Legislativo.

Quando assim falávamos, exteriorizávamos uma convicção sincera, formada no dia-a-dia da vida da outra casa do Congresso, de cujos trabalhos nos coube a honra de participar ativamente por vários anos.

Passados todos esses meses de trato íntimo com o Senado, mais nela se nos afervora o espírito, com o que nos tem sido possível aqui observar.

A nação não tem — tornamos a dizer, convictamente, neste instante — motivos para descrer do seu Legislativo. O trabalho que este vem realizando, apesar de todas as dificuldades com que luta para levá-lo a termo, é plenamente merecedor da gratidão do país.

Os adversários do Legislativo — que são, antes, os inimigos das instituições democráticas — acusam-no principalmente de morosidade no preparo das leis.

É oportuno analisar a crítica à luz dos fatos e das circunstâncias.

Ninguém, em sã consciência, poderá relacionar, em matéria legislativa, a qualidade da obra ao tempo gasto na sua execução. Já foi lembrada, por um dos ilustres membros da outra casa, que ninguém se preocupa com o tempo que o autor de um projeto leva a elaborá-lo, nem com o que é necessário ao Executivo para organizar as propostas que envia ao Congresso, como ninguém pede contas ao Judiciário dos prazos que gasta para proferir os seus julgados.

É mister não perder de vista que uma proposição, por maior que seja a responsabilidade do seu autor e por mais perfeita que pareça, sob o ponto de vista técnico, pode não ser aceitável sem modificações. Não pode o Congresso, com as graves responsabilidades que a Constituição lhe atribuiu, limitar-se a simples órgão de chancela do

que lhe é proposto. Há que estudar cuidadosamente a proposição, analisá-la em todos os seus aspectos, principalmente quanto à sua oportunidade e quanto à repercussão que possa ter na vida do país. Esse o trabalho político, no elevado sentido da palavra, que ao Congresso compete realizar e que não pode deixar de consumir tempo.

Por outro lado, é preciso não esquecer as circunstâncias em que se processa a tarefa do Legislativo.

Dos três Poderes da República é o menos dotado de condições necessárias ao desempenho da sua missão.

De um lado, deve ser considerada a imensidão do âmbito em que se há-de exercer a sua obra legislativa, abrangendo todos os setores do direito e todos os campos da atividade humana. Por mais numerosa que fôsse uma assembléia, jamais seria possível, nela, separar comissões especializadas, capazes de opinar de pronto sobre todos os assuntos compreendidos na esfera legislativa da União.

Para a execução das leis que o Congresso elabore, ou para o preparo dos projetos que a êste deva oferecer, dispõe o Executivo de numerosos Conselhos consultivos e órgãos técnicos, aparelhados convenientemente.

Não necessita o Judiciário de órgãos consultivos, uma vez que é auto-suficiente, constituído pelos valores que mais se destacam nos setores do Direito, em que se desdobra a sua atuação.

O Legislativo, porém, trabalha desparelhado dos mais elementares requisitos de assistência técnica. Em virtude disso, os legisladores se vêem obrigados a realizar, individualmente, um esforço imenso de improvisação, a despende uma atividade enorme, a fim de se munirem dos elementos necessários ao perfeito esclarecimento das matérias sujeitas ao seu exame e pronunciamento.

Corporação eminentemente política, os seus membros não são escolhidos, necessariamente, pelo critério da especialização nos vários domínios do pensamento na esfera legislativa da União.

Por isso mesmo, conviria assistí-los da colaboração de um corpo de asses-

sores técnicos, que o fossem de verdade, recrutados em outros setores do serviço, público, ou fora dêle, ou, ao menos, que essa assistência fôsse prestada pelos próprios órgãos consultivos do Poder Executivo, que, assim, daria ao Legislativo uma cooperação útil, para a realização da sua tarefa. E ficariam os legisladores livres do trabalho das pesquisas a que são obrigados e que, além de extremamente exaustivos, lhes tomam longo tempo.

No que diz respeito ao Senado, há um fator, já por nós assinalado, que lhe dificulta extraordinariamente o trabalho: a falta de espaço. Afigura-se-nos que enquanto estiver localizado no Palácio Monroe o Senado jamais poderá alcançar o máximo de rendimento dos seus trabalhos.

Outra providência que, a nosso vêr, se torna cada vez mais necessária é uma estreita articulação entre as duas casas do Legislativo e entre estas e o Executivo.

Já por vêzes várias temos manifestado o desejo de dar ao cargo com que o eleitorado nos honrou um sentido de maior utilidade, precisamente nessa direção.

Todos os possíveis esforços têm sido feitos com êsse objetivo. Valendo-nos da circunstância de ser o Vice-Presidente da República, ao mesmo tempo, o Presidente do Congresso Nacional e do Senado, temos procurado estabelecer um maior contato entre os dois ramos do Legislativo e entre êste e o Executivo.

Os resultados, todavia, ainda não nos satisfazem. Parece-nos que seriam de grande utilidade reuniões freqüentes dos Presidentes das duas Casas, com os respectivos líderes, para o estabelecimento de planos de trabalho em benefício de ambas. Nesse sentido permitimo-nos deixar aqui expresso um apêlo, especialmente aos nobres orientadores das correntes majoritárias no Senado e na Câmara.

No tocante às articulações com os órgãos do Executivo, também nos parece necessário torná-las mais eficientes.

Ao iniciarmos o exercício das nossas funções nesta Casa, providenciamos para que aos Ministros de Estado fossem, regularmente, encaminhados os avulsos dos projetos e pareceres aqui

apresentados ou oferecidos, que pudessem ser de interesse para os respectivos Ministérios, a fim de possibilitar-lhes a remessa, em tempo útil, de quaisquer sugestões ou elementos com que quizessem contribuir para o estudo das matérias em aprêço.

A colaboração recebida, embora util, foi escassa, adstrita quase exclusivamente às pastas militares e ao Estado Maior das Fôrças Armadas, que — seja assinalado — jamais deixaram de enviar os seus subsídios.

Ainda no campo das articulações com os órgãos do serviço público há um registro que não pode ser esquecido: a demora que em geral se nota na prestação das informações solicitadas pelo Legislativo.

Em 28 de junho último tivemos ensejo de dirigir mensagem sôbre o assunto ao Chefe do Poder Executivo, dando-lhe conhecimento dos pedidos dessa natureza, feitos pelo Senado, que estavam sem resposta.

No momento, ainda numerosos officios permanecem sem atendimento, justificando novo apêlo que daqui dirigimos a Sua Excelência, a fim de que, por meio de recomendações especiais aos órgãos competentes, torne possível a esta Casa receber sem delongas os esclarecimentos que solicita para o perfeito estudo de projetos aqui em curso. Como é óbvio, o andamento desses projetos permanece em suspenso até que cheguem as informações pedidas. Fica, assim nesses casos, correndo sob a responsabilidade do Senado uma demora causada por outros órgãos.

O estudo das causas que dificultam o trabalho do Congresso leva-nos, ainda, a focalizar a perda de tempo, imensa e inutil, causada ao Legislativo pela inadvertência de certas repartições de administração, na prática de atos da sua competência.

São numerosos os casos de contratos a que o Tribunal de Contas, muito justamente, nega registro, em virtude de defeitos graves ou de falta de observância de exigências legais, que a êsses órgãos não era lícito desatender ou ignorar.

E, recusado o registro, são os casos submetidos à apreciação do Congresso.

Em 1948 foram em número de 37 os projetos referentes a essa matéria

enviados ao Senado; em 1949, 80; em 1950, 11; em 1951, 86.

Vale, a titulo ilustrativo, fixar aqui as mais freqüentes causas, verificadas em 1951, dos atos examinados, pelo Senado, denegatórios dos registros solicitados ao Tribunal de Contas.

Contratos vinculados a exercí- cios já encerrados	13
Falta de quitação do serviço mi- litar	7
Falta de quitação do impôsto de renda	2
Contratos excedendo o exercício financeiro	4
Impossibilidade de execução das obras no exercício em que fo- ram feitos os contratos	5
Despesas imputadas à conta de créditos impróprios	2
Publicação fora do prazo	7
Pedido de registro feito fora do prazo	1
Estar esgotado o prazo contra- tual	3
Estar esgotado o exercício fi- nanceiro	2
Falta de publicação	2
Falta de prova de qualidade pa- ra assinar o contrato	1
Falta de prova de cumprimento da lei dos dois terços	5
Infringência de dispositivos cons- titucionais	1

Outros projetos, que freqüentemente aparecem nas Ordens do Dia e tomam tempo não pequeno às duas casas do Congresso, são os que têm por fim declarar de utilidade pública instituições de várias naturezas.

Impressionado com o tempo que essas proposições tomam, e atendendo a que, em virtude de lei elaborada pelo próprio Congresso (lei nº 91, de 28 de agosto de 1935) está o Executivo habilitado a conhecer desses casos, concedendo os títulos mediante o preenchimento de certas formalidades e sujeitando as instituições à obrigação de renovarem, anualmente, a prova de continuarem a merecê-los, o Senado vem, ultimamente, adotando a norma de rejeitá-los, o que foi feito, invariavelmente, em relação aos dez últimos submetidos ao seu pronunciamento.

Justifica-se, nesse particular, um entendimento com a outra casa do Congresso, a fim de que seja ali mesmo sus-tado o curso de tais proposições, evi-tando-se, assim, cheguem à fase de re-visão, com perda inútil de tempo para ambas as câmaras.

Também devem ser citados os pro-jetos concedendo auxílios a institui-ções privadas. Não só do ponto de vista da boa ordem da contabilidade do Estado, mas também no que tange aos trabalhos do Congresso, seria de tôda utilidade um entendimento entre Câmara e Senado para que tais ini-ciativas ficassem adstritas à lei orça-mentária.

Por outro lado, são freqüentes os pro-jetos que concedem isenções de impostos de importação e taxas aduaneiras para objetos importados por Governos Es-taduais ou prefeituras municipais. Se-gundo tem sido assinalado por diver-sas vêzes nesta casa, tais projetos são desnecessários, uma vez que as enti-dades em apreço já gozam de isenção tributária por dispositivo constitucional. Todavia, como assim não o tenham en-tendido, obstinadamente, as repartições aduaneiras, vê-se o Legislativo obriga-do, todos os anos, a estudar e votar numerosos projetos dessa natureza.

Não desejamos alongar ainda mais êste trabalho, prossequindo na análise de causas que sobrecarregam o trabalho do Congresso e lhe prejudicam o ren-dimento.

Ao fim dêste estudo, desejamos sa-lientar um fato: não têm as Mesas das duas casas do Legislativo poupado es-forços para facilitar e acelerar o tra-balho destas.

Quanto a nós, ao iniciarmos o exer-cício de nossas funções, julgamos oportuno mandar proceder a um levanta-mento dos projetos ainda pendentes de pronunciamento da casa.

E, dado o número elevado dêles, di-rigimo-nos, aos Presidentes das Comis-sões e aos próprios relatores, no intui-to de, conhecendo as dificuldades que estariam encontrando para a elaboração dos seus pareceres, poder estudar me-didas capazes de evitar-lhes o sacrifi-cio representado pela extraordinária sobrecarga de serviço com que lutam.

Convencidos da utilidade de uma ar-ticulação estreita entre o Presidente da casa e as suas Comissões, temos acom-panhado de perto, com interesse, o tra-balho destas, procurando prestar-lhes todo o concurso a nosso alcance, para que tenham a desejada eficiência.

Parece-nos de toda a necessidade fa-zer-se, quanto antes, um estudo meti-culoso das condições em que se pro-cessa à tarefa legislativa, a fim de se-rem encontradas soluções que permitam tirar o máximo de rendimento dêsse esforço imenso que se realiza em ambas as câmaras, sem os sacrifícios a que, no momento, são obrigados os seus membros.

No tocante ao Senado, a impressão que temos é a de que o problema não é regimental, pois a nossa lei interna ofe-rece meios de rápido andamento das matérias cuja natureza exija tramitação especial, como ainda nos últimos dias desta sessão legislativa se observou, por ocasião do estudo de projetos que o Executivo considerava essenciais ao seu programa de soerguimento eco-nômico do país e de proteção do povo contra o encarecimento do custo da vida. Vale citar essas proposições:

a que autorizava o govêrno federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de pro-dutos necessários ao consumo do povo;

a que estabelecia preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional;

a que alterava dispositivos da legis-lação vigente sôbre crimes contra a eco-nomia popular;

a que dispunha sôbre recursos para a Fundação da Casa Popular;

a que autorizava o Poder Executivo a dar garantia do Tesouro Nacional a operações de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00, destinadas ao re-aparelhamento de portos e ferrovias, aumento da capacidade de armazena-mento, frigoríficos e matadouros, ele-vação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias básicas de agriculturas.

Essas medidas tiveram no Senado curso rapidíssimo, sem embargo do exame detido, sereno e profundo de que foram objeto.

O zelo, o equilíbrio, a elevação e o espírito público que caracterizaram os debates travados em torno de matérias

de tão alta relevância merecem de nossa parte especial registro, que fazemos com emoção. Foram, por certo, mais algumas páginas de intenso fulgor que se incrustaram nos Anais do Senado, altamente confortadoras para os que crêem nas instituições democráticas.

PALAVRAS FINAIS

Ao concluir este relato das ocorrências da sessão legislativa que se encerra, sentimos do nosso dever aqui deixar a grata menção do ambiente de cordialidade, ordem e respeito em que transcorrem os trabalhos do Senado, ambiente que muito honra esta casa do Congresso.

Aqui, diante dos altos problemas do país, seria difícil distinguir maioria de minoria. As bandeiras partidárias se confraternizam, num espetáculo aleitador de espírito público e de amor ao Brasil. E, quando as matérias em exame comportem maior apêgo às divergências doutrinárias ou políticas, a corrente vencida sabe acolher com superioridade o predomínio da opinião contrária, em edificante prova de educação democrática.

Também é de justiça assinalar o espírito de compreensão e colaboração reinante entre os membros da Mesa e entre os Senhores Senadores e a direção dos trabalhos da casa.

A Comissão Diretora desejamos expressar o nosso agradecimento pelas atenções de que vem cercando a Presidência, procurando facilitar-lhe, em

todos os meios, o desempenho da sua honrosa missão. E, também, o nosso apláuso pelo infatigável esforço e pela constante preocupação de imprimir eficiência cada vez maior aos serviços auxiliares da casa dentro da rigorosa orientação que se traçou, de compressão dos gastos.

Uma palavra de louvor é, por igual, devida aos funcionários do Senado — cujo valor, cuja correção e cujo devotamento tão bem se acham representados nesse admirável grupo de servidores que, sob as nossas vistas, se revezam de princípio ao fim das sessões, na difícil tarefa de fixar para a posteridade o nosso trabalho de cada dia — e aos de outras repartições aqui em exercício, pelo seu constante e infatigável esforço por bem servir.

A imprensa, em cujas críticas — mesmo quando injustas — vemos sempre um precioso estímulo para o ideal de dar ao Brasil o máximo e o melhor que em nós exista, também deixamos consignado o nosso reconhecimento pela nobre assistência que nos vem prestando em todos os momentos.

A N E X O S

ANEXO Nº 1

TABELA COMPARATIVA ENTRE OS ANOS DE 1924, 1950 E 1951

	<i>Pareceres</i>		
Comissões	1924	1950	1951
Agricultura	3	33	31
Constituição e Justiça	167	451	556
Diretora	5	29	198
Educação e Cultura	4	39	48
Finanças	143	367	437
Forças Armadas	34	49	42
Redação de Leis	104	181	168
Saúde	—	12	12
Relações Exteriores	3	18	18
Trabalho e Previdência Social	—	22	24
Viação e Obras Públicas	3	29	22
Poderes	9	—	—
Outras	4	—	—
	479	1.230	1.564

ANEXO Nº 2

LEIS SANCIONADAS PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO EM 1951

Lei — Data — Ementa

N.º 1.351 — 2-4-51 — Revoga dispositivo da Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948 e dá outras providências.

N.º 1.352 — 2-4-51 — Abre, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil cruzeiros) para pagamento de gratificação de representação aos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

N.º 1.353 — 2-4-51 — Considera de utilidade pública a Casa Policial, sediada na cidade do Rio de Janeiro.

N.º 1.354 — 2-4-51 — Assegura aos médicos sanitaristas, na chefia ou direção de órgão da Saúde Pública, nos Estados, o direito de optar pelos vencimentos do cargo federal.

N.º 1.355 — 9-4-51 — Declara de utilidade pública o Centro Norte-Rio Grandense, com sede no Distrito Federal.

N.º 1.356 — 17-4-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.

N.º 1.357 — 17-4-51 — Abre ao Congresso Nacional o crédito de..... Cr\$ 600.000,00 para o fim que especifica.

N.º 1.358 — 24-4-51 — Autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de salário-família devido a Raul Pereira da Silva.

N.º 1.359 — 25-4-51 — Modifica a seriação de disciplina do curso secundário estabelecida no Decreto-lei número 4.244, de 1942.

N.º 1.360 — 25-4-51 — Declara de utilidade pública o Clube dos Advogados de Campinas.

N.º 1.361 — 25-4-51 — Declara de utilidade pública a Associação dos Médicos de Santos.

N.º 1.362 — 5-5-51 — Concede pensão mensal à viúva do ex-investigador Francisco Nodel.

N.º 1.363 — 5-5-51 — Concede auxílio para a realização, no Distrito Federal, do XII Congresso da Union Internacionale des Avocats.

N.º 1.364 — 5-5-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, de crédito especial para pagamento de contribuições à Repartição Internacional de Higiene Pública.

N.º 1.365 — 7-5-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes de Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal.

N.º 1.366 — 11-5-51 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial para atender a despesas decorrentes de sentenças judiciais e relativas ao exercício de 1950.

N.º 1.368 — 14-5-51 — Revigora o prazo para aplicação do crédito especial aberto pelo Decreto n.º 26.384, de 22 de fevereiro de 1949, e destinado à instalação de uma usina idrelétrica na Colônia Agrícola Nacional do Maranhão.

N.º 1.369 — 22-5-51 — Prorroga prazos para concessão de condecorações criadas pelo Decreto n.º 6.795, de 17 de agosto de 1944.

N.º 1.370 — 23-5-51 — Declara de utilidade pública o Centro Literário Palmeirense.

Nº 1.371 — 24-5-51 — Considera de utilidade pública a Associação dos Magistrados Brasileiros, com sede na Capital da República.

Nº 1.372 — 24-5-51 — Considera de utilidade pública a União Brasileira de Aviadores Civis, com sede em São Paulo.

Nº 1.373 — 29-5-51 — Autoriza a promoção *post mortem* ao posto imediato do Major Aderbal da Costa Oliveira, falecido em desastre de aviação em 1937.

Nº 1.374 — 29-5-51 — Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Jau, no Estado de São Paulo.

Nº 1.375 — 6-6-51 — Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis à Municipalidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Nº 1.376 — 6-6-51 — Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços do Exército.

Nº 1.377 — 6-6-51 — Altera os artigos 13 e 14 do Decreto-lei número 3.347, de 12 de junho de 1941, que instituiu o regime de benefício de família.

Nº 1.378 — 6-6-51 — Autoriza o Poder Executivo a contratar, mediante concorrência pública, a construção e aparelhamento do porto de Amarração, no Estado do Piauí.

Nº 1.379 — 7-6-51 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial para pagamento de substituições no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná.

Nº 1.380 — 7-6-51 — Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências.

Nº 1.381 — 8-7-51 — Autoriza o Poder Executivo a garantir operação de crédito, até o montante de Cr\$ 330.000.000,00 a ser realizado por intermédio da Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional, operação destinada à aquisição de novas unidades, reaparelhamento de suas oficinas de reparos e construções navais e obras de seu dique para docagem de navios de grande porte.

Nº 1.383 — 13-6-51 — Dispõe sobre a renovação da Marinha de Guerra, alterando a taxa de que trata a Lei número 156, de 27 de novembro de 1947.

Nº 1.384 — 13-6-51 — Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel da União ao Círculo Operário de Curitiba.

Nº 1.385 — 14-6-51 — Concede isenção de direitos para mercadorias e materiais importados pelo Comissariado do Santíssimo Nome de Jesus, com sede em Anápolis, no Estado de Goiás.

Nº 1.386 — 18-6-51 — Regula a importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa.

Nº 1.386-A — 19-6-51 — Estende aos cargos isolados de provimento em comissão e às funções gratificadas do Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho os símbolos e valores, estabelecidos na Lei nº 488, de 15 de novembro de 1948, e dá outras providências.

Nº 1.387 — 20-6-51 — Altera dispositivos do Decreto-lei nº 9.545, de 5 de agosto de 1946, que dispõe sobre a habilitação e o exercício da atividade de condutor de veículos automotores.

Nº 1.388 — 25-6-51 — Revoga os Decretos-Leis ns. 6.922, de 1944, e 8.431, de 1945, que dispõem sobre a identificação do gado bovino vacinado contra o abôrto infeccioso.

Nº 1.389 — 28-6-51 — Prorroga a vigência da Lei nº 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior.

Nº 1.390 — 3-7-51 — Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr.

Nº 1.391 — 6-7-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 10.785.500,00 para o fim que especifica.

Nº 1.392 — 11-7-51 — Estabelece normas para o aproveitamento de alunos excedentes, aprovados em exame de habilitação para ingresso em cursos superiores, especialmente no que se refere às escolas particulares.

Nº 1.393 — 12-7-51 — Modifica os arts. 2º e 3º da Lei nº 305, de 18 de julho de 1948, que regula a aplicação do art. 15, § 4º), da Constituição Federal (quota do imposto de renda destinada aos municípios).

Nº 1.394 — 12-7-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 2.614.108,80, para o fim que especifica.

Nº 1.395 — 13-7-51 — Dispõe sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República pelo Congresso Nacional.

Nº 1.396 — 13-7-51 — Dá nova redação ao art. 49, do Código Brasileiro do Ar.

Nº 1.397 — 13-7-51 — Prorroga a vigência da Lei nº 641, de 1949, sobre a cobrança dos direitos de importação que incidem sobre o cimento Portland.

Nº 1.398 — 16-7-51 — Autoriza o Instituto Hahnemaniano do Brasil a transferir à Escola de Medicina e Cirurgia, parte do terreno e prédio sito à rua Frei Caneca nº 94, no Distrito Federal, e dá outras providências.

Nº 1.400 — 19-7-51 — Concede pensão mensal a Edith Guimarães Norberto.

Nº 1.401 — 31-7-51 — Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais.

Nº 1.402 — 1-8-51 — Dispõe sobre a remoção dos primeiros e segundos tenentes aviadores do Quadro de Oficiais Aviadores.

Nº 1.403 — 6-8-51 — Dispõe sobre a transladação para o Rio de Janeiro dos despojos mortais da Princesa Isabel e do seu espôso Conde d'Eu.

Nº 1.404 — 6-8-51 — Considera de utilidade pública a Fundação Laureano, com sede no Distrito Federal.

Nº 1.405 — 9-8-51 — Altera, sem aumento de despesa, o Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura.

Nº 1.406 — 9-8-51 — Concede pensão especial à mãe de Alvaro de Jesus Cardoso, ex-servidor do Ministério da Aeronáutica, falecido em virtude de acidente em serviço.

Nº 1.407 — 9-8-51 — Concede pensão a Ovandil da Silva Teixeira, viúva

de Edézio Teixeira, falecido em consequência de acidente em serviço.

Nº 1.408 — 9-8-51 — Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.

Nº 1.409 — 9-8-51 — Reestrutura o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Nº 1.410 — 10-8-51 — Autoriza a abertura de crédito especial ao Ministério da Educação e Saúde para ocorrer a despesas de gratificação de magistério.

Nº 1.411 — N.º 13-8-51 — Dispõe sobre a profissão de Economista.

Nº 1.415 — 22-8-51 — Considera de utilidade pública, o Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército, com sede na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 1.416 — 24-8-51 — Modifica a redação do Art. 135, letra a do Código Nacional de Trânsito.

Nº 1.417 — 28-8-51 — Autoriza a abertura de crédito especial para custeio de despesas com ampliação e consolidação de obras realizadas no Palácio Itamarati.

Nº 1.418 — 28-8-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 58.480.856,50, em reforço da Verba 3, Anexo 19, do Orçamento de 1950.

Nº 1.419 — 28-8-51 — Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para atender às operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A., mediante resgate de débito do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil S.A.

Nº 1.420 — 29-8-51 — Autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar o pagamento das contribuições devidas ao Bureau Pan-Americano do Café.

Nº 1.421 — 30-8-51 — Dá nova redação ao art. 19 do Decreto-lei número 24.508, de 29 de junho de 1934.

Nº 1.422 — 3-9-51 — Concede auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 para os festejos comemorativos do Quarto Centenário da fundação de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

Nº 1.425 — 6-9-51 — Concede isenção de direitos de importação para materiais elétricos adquiridos pela Companhia Força e Luz de Monte Car-

melo S.A., do Estado de Minas Gerais.

N.º 1.426 — 6-9-51 — Denomina sanatórios e sanatórios-colônias os leprocômios do Brasil.

N.º 1.427 — 11-9-51 — Concede pensão mensal de Cr\$ 500.00 a Ana Carmelina Pereira, viúva de Joaquim Acúrcio Pereira, ex-contínuo-porteiro, aposentado, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

N.º 1.428 — 11-9-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 4.900.000.00 para atender às despesas decorrentes da posse do atual Presidente da República.

N.º 1.429 — 1-9-51 — Dispõe sobre o aumento de capital da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco.

N.º 1.430 — 12-9-51 — Modifica o § 2.º do art. 66 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral).

N.º 1.431 — 12-9-51 — Altera os Arts. 63 do Código Penal e 725 do Código de Processo Penal e dá outras providências.

N.º 1.433 — 15-9-51 — Modifica a redação da alínea b, do art. 3.º da Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947.

N.º 1.434 — 17-9-51 — Revoga a Lei n.º 1.162, de 22 de julho de 1950, que estabelece normas para a aposentadoria e pensão dos servidores das autarquias pertencentes ao patrimônio da União e revigora os Decretos-leis números 2.769, de 28 de outubro de 1941, e 8.348, de 10 de dezembro de 1945, e as disposições da Lei número 593, de 24 de dezembro de 1948, derogadas pela Lei n.º 1.162, de 22 de julho de 1950.

N.º 1.435 — 18-9-51 — Cria, na carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, sete cargos de Ministros Plenipotenciário de primeira classe.

N.º 1.436 — 18-9-51 — Concede pensão especial de Cr\$ 300,00 mensais a Tercina da Rocha Silva.

N.º 1.437 — 19-9-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.707.383,60, para atender ao pagamento de contribuição do Brasil

à Repartição Sanitária Pan-Americana no exercício de 1949.

N.º 1.441 — 24-9-51 — Altera dispositivos das Leis ns. 33 e 160, respectivamente, de 1.º de maio e 29 de novembro de 1947, que dispõem sobre o funcionamento do Tribunal Federal de Recursos.

N.º 1.442 — 25-9-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 136.881,20 para pagamento de gratificações a diversos professores.

N.º 1.443 — 25-9-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 41.806,00 (quarenta e um mil oitocentos e seis cruzeiros).

N.º 1.444 — 29-9-51 — Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios que menciona.

N.º 1.445 — 4-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 268.60,00 para atender ao pagamento de contribuição do Brasil aos orçamentos de 1949 e 1950, das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

N.º 1.446 — 5-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 16.440,00, para pagamento de gratificação de magistério devida a Guilherme Edelberto Hermsdorff.

N.º 1.447 — 5-10-51 — Aplica a outras eleições que se sucederem, enquanto não se der a substituição dos títulos eleitorais em vigor, o disposto no § 3.º do art. 197, da Lei n.º 1.164, de 25 de julho de 1950.

N.º 1.448 — 5-10-51 — Dá nova redação ao art. 13 da Lei nn 217, de 15 de janeiro de 1948 — Lei Orgânica do Distrito Federal.

N.º 1.449 — 5-10-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério.

N.º 1.450 — 5-10-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério.

N.º 1.451 — 5-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito es-

pecial de Cr\$ 5.780,00, para atender a pagamento de gratificação de magistério.

Nº 1.452 — 9-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 175.471,30 para atender ao pagamento de gratificação de magistério.

Nº 1.453 — 9-10-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial de Cr\$ 43.607,70, para pagamento de gratificação de magistério.

Nº 1.454 — 9-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 129.299,50, para pagamento de gratificação de magistério.

Nº 1.455 — 10-10-51 — Reestrutura carreiras privativas do Departamento de Tíça e Negócios Interiores, e dá outras Imprensa Nacional, do Ministério da Jusprovidências.

Nº 1.456 — 12-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.404.190,90, para o fim que especifica.

Nº 1.457 — 12-10-51 — Dá nova denominação ao Aeroporto S. João, em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul.

Nº 1.458 — 15-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 93.600,00 para o fim que especifica.

Nº 1.459 — 16-10-51 — Autoriza a abertura pelo Ministério da Educação e Saúde do crédito especial de Cr\$ 21.690,00 para pagamento de gratificação adicional assegurada ao servidor José Cândido de Andrade Murici.

Nº 1.460 — 24-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir no Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 74.880,00 para atender ao pagamento da contribuição do Brasil ao Comité Consultivo Internacional do Algodão, no ano fiscal de 1949-1950.

Nº 1.461 — 26-10-51 — Autoriza o Ministro da Viação e Obras Públicas assinar Termo Aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, para a execução de obras de regularização de regime de rios e derivação de suas águas, rela-

cionadas com o Plano de eletrificação do Estado.

Nº 1.462 — 26-10-51 — Dá nova redação ao art. 8º da Lei do Inquilinato.

Nº 1.463 — 27-10-51 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 29.150,00, destinado à execução do programa das obras de acesso à Cachoeira de Paulo Afonso.

Nº 1.464 — 30-10-51 — Regulariza a situação dos ocupantes de lotes de terrenos da Vila Turismo, no Distrito Federal, Estação Carlos Chagas.

Nº 1.465 — 30-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especoal de Cr\$ 330.222,30, para pagamento de despesas diversas efetuadas pelo mesmo Ministério.

Nº 1.466 — 30-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 32.120,00 para o fim que especifica.

Nº 1.467 — 30-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o credito especial de Cr\$ 280.800,00 para atender ao pagamento do auxílio do Brasil à Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e Historia e às Comissões de Geografia e História da mesma entidade.

Nº 1.468 — 5-11-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.850.589,00 a fim de atender ao pagamento de contribuição do Brasil, em 1950, a organismos internacionais.

Nº 1.469 — 5-11-51 — Retifica, sem aumento de despesa, o Orçamento da União para 1951, a fim de atender a despesa com ampliação de refinarias de petróleo.

Nº 1.470 — 17-11-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas com a Festa Nacional do Triço, a realizar-se em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 1.471 — 21-11-51 — Extingue o Departamento Administrativo de Recuperação do Material e dá outras providências.

N.º 1.472 — 22-11-51 — Autoriza aos que tiverem cinco anos de prática de farmácia, licença para abrir farmácia em localidade onde nenhuma houver estabelecida com farmacêutico diplomado. (Veto parcial).

N.º 1.473 — 24-11-51 — Dispõe sobre recursos financeiros para a Fundação da Casa Popular, altera a Lei do Sêlo e dá outras providências.

N.º 1.474 — 26-11-51 — Modifica a legislação do impôsto sôbre a renda.

N.º 1.475 — 28-11-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar Cr\$ 1.500.000,00, para atender, no corrente exercício, às despesas de Congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro.

N.º 1.476 — 30-11-51 — Inclui no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde 11 cargos de professor padrão "O".

N.º 1.477 — 1-12-51 — Autoriza aos Expedicionários da FEB, FAB, Marinha de Guerra e Marinha Mercante, preferência, em igualdade de condições, para nomeações nos concursos a que se submeterem.

N.º 1.478 — 1-12-51 — Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 4.333.869,80, para atender as despesas com a Justiça Eleitoral, em 1950.

N.º 1.479 — 1-12-51 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, um crédito especial de Cr\$ 200.000,00 como auxílio à Associação Pernambucana de Imprensa.

N.º 1.480 — 1-12-51 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.021.310,00 destinado à Universidade da Bahia para reconstrução e reaparelhamento da sua Faculdade de Medicina.

N.º 1.481 — 3-12-51 — Autoriza a abertura ao Departamento Administrativo do Serviço Público, do crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00, e dá outras providências.

N.º 1.482 — 3-12-51 — Suspende o pagamento das prestações a que estão obrigados os pecuaristas reajustados em face da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949, nos municípios compreendidos no Polígono da Sêca.

N.º 1.483 — 5-12-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 19.803.420,00, para o fim que especifica.

N.º 1.485 — 6-12-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para conclusão das obras da ponte rodoferroviária entre Joazeiro e Petrolina.

N.º 1.486 — 6-12-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00, destinado ao pagamento dos servidores da Navegação da Amazônia e da Administração do Pôrto do Pará.

N.º 1.488 — 6-12-51 — Investe no pôsto de Marechal do Exército o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes.

N.º 1.489 — 10-12-51 — Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos ao Ministério da Agricultura.

N.º 1.490 — 10-12-51 — Retifica a Lei n.º 488, de 15-11-48, e dá outras providências.

N.º 1.493 — 13-12-51 — Dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções. (Veto parcial).

Após a apresentação dêste relatório foram pelo Chefe do Poder Executivo sancionadas mais as seguintes leis, ultimadas na sessão legislativa ordinária de 1951 :

Lei — Data — Ementa

N.º 1.500 — 15-12-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 1.169.532,20, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça Eleitoral.

N.º 1.501 — 15-12-51 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, do crédito suplementar de Cr\$ 4.562.810,00, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça Eleitoral.

N.º 1.502 — 15-12-51 Modifica o art. 8º da Lei n.º 607, de 6 de janeiro de 1949, que altera a carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

Nº 1.503 — 15-12-51 — Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá para o quinquênio de 1949-53.

Nº 1.504 — 15-12-51 — Modifica a Lei nº 1.102, de 18 de maio de 1950 (Plano Salte) e dá outras providências.

Nº 1.505 — 19-12-51 — Cria nove lugares de desembargador na Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.

Nº 1.506 — 19-12-51 — Estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional.

Nº 1.507 — 19-12-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de crédito especial para pagamento dos proventos de disponibilidade dos ex-servidores dos extintos Territórios do Iguazú e Ponta-Porã.

Nº 1.508 — 19-12-51 — Regula o processo das contravenções definidas nos arts. 58 e 60 do Decreto-lei número 2.259, de 10-2-44.

Nº 1.509 — 19-12-51 — Fixa normas para o aproveitamento dos diplomados pelo Instituto de Óleos.

Nº 1.510 — 19-12-51 — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Albino Joaquim de Almeida, falecido em virtude de acidente em serviço.

Nº 1.511 — 19-12-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 12.000,00, para pagamento de contribuições do Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico, referente a 1948, 1949 e 1950.

Nº 1.512 — 19-12-51 — Cria a Comissão Nacional de Belas Artes, o Salão Nacional de Arte Moderna e dá outras providências.

Nº 1.513 — 20-12-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Estado Maior das Forças Armadas o crédito suplementar de Cr\$ 150.000,00, à verba 2 — Material — do Anexo número 6, da Lei nº 1.249, de 1-12-50.

Nº 1.514 — 20-12-51 — Concede pensão especial à viúva e filhos de Pedro Ferreira da Silva.

Nº 1.515 — 20-12-51 — Concede pensão especial a Antônia Benevides

dos Santos, na importância de Cr\$ 212.10.

Nº 1.516 — 20-12-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00, à verba 2 — Material — do Anexo nº 19, do vigente Orçamento Geral da República.

Nº 1.517 — 24-12-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para atender às despesas com a reconstrução do edifício em que funcionava o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, no Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 1.518 — 26-12-51 — Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinado ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.

Nº 1.519 — 24-12-51 — Dispõe sobre o regime de férias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Nº 1.520 — 24-12-51 — Organiza a Contadoria Geral da República.

Nº 1.521 — 26-12-51 — Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

Nº 1.522 — 26-12-51 — Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico, para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

Nº 1.523 — 26-12-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 142.000.000,00, para atender, no corrente exercício, à manutenção de estabelecimentos de ensino federalizados e integrantes do sistema federal de ensino superior de que trata a Lei nº 1.254, de 4-12-50.

Nº 1.524 — 26-12-51 — Cria, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o 5º Distrito, com sede em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.525 — 26-12-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério

da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.820.000,00, para pagamento de despesas realizadas pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, com o restabelecimento das linhas danificadas pelas enchentes de 1948.

Nº 1.526 — 26-12-51 — Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 13.327,40, destinado à regularização de despesas do exercício de 1949.

Nº 1.527 — 26-12-51 — Autoriza a abertura, ao Congresso Nacional — Senado Federal — de um crédito especial de Cr\$ 98.971,70, para pagamento de salário família e de gratificação adicional aos funcionários da Secretaria do Senado e de um suplementar de Cr\$ 1.693.969,80, em reforço da verba destinada ao pagamento de ajuda de custo devida aos Senadores.

Nº 1.528 — 26-12-51 — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Eurípedes Nunes dos Santos, falecido em virtude de acidente em serviço.

Nº 1.529 — 26-12-51 — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Humberto Mota Espezim, fa-

lecido em virtude de acidente em serviço.

Nº 1.530 — 26-12-51 — Altera os arts. 132, 142, 486, 487 e 654 do Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Nº 1.531 — 27-12-51 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 14.400.000,00, destinado às despesas complementares da construção de edifícios e instalação de maquinária para uma fábrica de munição.

Nº 1.531-A — 29-12-51 — Fixa os efetivos dos Oficiais do Corpo da Armada e dos demais Corpos e Quadros da Marinha de Guerra e dá outras providências.

Nº 1.532 — 31-12-51 — Estabelece, entre os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, comunidade de serviços médicos para combate à tuberculose e outras moléstias nocivas à coletividade, cria o Conselho de Medicina da Previdência Social e dá outras providências.

Nº 1.533 — 31-12-51 — Altera disposições do Código de Processo Civil relativas ao mandado de segurança.

ANEXO Nº 3

LEIS PROMULGADAS EM 1951

I) *Pelo Chefe do Poder Executivo*
(Projeto vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional):

Nº 1.367 — 12-5-51 — Faz reverter ao Exército o 1º Tenente Hélio de Albermaque Lima.

II) *Pelo Presidente do Senado (João Café Filho)*

Lei — Data — Ementa

Nº 1.368 — 14-5-51 — Revigora o prazo para aplicação do crédito aberto pelo Decreto n.º 26.384, de 22 de fevereiro de 1949, destinado à instalação de uma usina hidrelétrica na Colônia Nacional do Maranhão.

Nº 1.388-B — 2-7-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para prosseguimento da Campanha Nacional contra a Tuberculose.

Nº 1.391-A — 10-7-51 — Declara de utilidade pública a Sociedade Internacional de Direito Social.

Nº 1.391-B — 10-7-51 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.700.000,00, para os fins que especifica.

Nº 1.438 — 19-9-51 — Denomina Campo dos Palmares e o aeroporto base de Maceió.

Nº 1.439 — 19-9-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de..... Cr\$ 362.092,50, para pagamento aos Ministros vitalícios daquele Tribunal.

Nº 1.440 — 19-9-51 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário — Tribu-

nal Regional Eleitoral de Santa Catarina — do crédito suplementar de.... Cr\$ 5.000,00, como reforço à verba 3 — Serviços e Encargos — do anexo 26 do vigente Orçamento.

Nº 1.445-A — 11-10-51 — Autoriza a alienação, aos servidores do Território Federal do Guaporé e da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de imóveis residenciais de alvenaria, pertencentes ao Patrimônio Nacional, localizados nas cidades de Pôrto Velho e Guajará-Mirim e dá outras providências.

Nº 1.455-B — 11-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de..... Cr\$ 1.000.000,00, para concessão de auxílio à Associação de São Vicente de Paulo.

Nº 1.455-C — 11-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 3.000,00, para pagamento de aluguéis do prédio em que funciona a Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, no Estado do Espírito Santo.

Nº 1.455-D — 11-10-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00, para pagamento da contribuição devida à Sociedade União das Classes de Poções, no Estado da Bahia, nos termos do acôrdo firmado em 9 de setembro de 1948.

Nº 1.469-A — 16-11-51 — Concede isenção de direitos para material importado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Nº 1.469-B — 16-11-51 — Reconhece de utilidade pública o Instituto Brasileiro de História da Medicina.

N.º 1.473-A — 24-11-51 — Dá nova denominação ao aeroporto da capital do Rio Grande do Norte.

N.º 1.473-B — 24-11-51 — Transfere a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Piauí, em Amarante, para Urussuí.

N.º 1.473-C — 24-11-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, o crédito especial de Cr\$ 9.000,00, para reparar danos sofridos pelo Gabinete Português de Leitura, em Salvador, Estado da Bahia.

N.º 1.475-A — 27-11-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00, para ocorrer às despesas de um monumento a ser oferecido à cidade Brasil, nos Estados Unidos da América.

N.º 1.475-B — 27-11-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado à Universidade de São Paulo.

Abre, ao Congresso Nacional, o crédito suplementar de Cr\$ 1.039.073,80 e o crédito especial de..... Cr\$ 1.700.000,00 respectivamente ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, para pagamento de gratificações por serviços extraordinários.

N.º 1.490-B — 11-12-51 — Concede auxílio à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e dá outras providências.

N.º 1.494 — 13-12-51 — Autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.387.400,00, para cumprimento do que dispõe o artigo 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de setembro de 1950, que organizou o sistema federal de ensino superior.

N.º 1.496 — 13-12-51 — Dá nova redação ao parágrafo único do art. 15 do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, que regulamenta o exercício das funções dos despachantes aduaneiros e seus ajudantes.

N.º 1.490-A — 11-12-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 7.0000.000,00, para auxílio às obras e instalações dos serviços de força e luz da cidade de Manaus.

N.º 1.492 — 12-12-51 — Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas resultantes de contratos parciais com técnicos para lecionarem na Escola Técnica do Exército.

N.º 1.495 — 13-12-51 — Modifica os incisos de ns. 1 e 2 da Lei número 1.249, de 1 de outubro de 1950.

N.º 1.497 — 14-12-51 — Altera a carreira de Alfaiate do Quadro Permanente do Ministério da Guerra.

N.º 1.498 — 14-12-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de..... Cr\$ 8.960, para pagamento de um Suplente de Vogal de Empregados da 6.ª Junta de Conciliação e Julgamento.

Após a apresentação do presente relatório foram promulgadas pelo Presidente do Senado mais as seguintes leis, ultimadas na sessão legislativa ordinária de 1951:

Número — Data — Ementa

N.º 1.499 — 14-12-51 — Abre, ao Congresso Nacional, o crédito suplementar de Cr\$ 1.039.078,80 e o crédito especial de Cr\$ 1.700.000,00, respectivamente ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, para pagamento de gratificações por serviços extraordinários.

N.º 1.531-B — 29-12-51 — Considera de utilidade pública a Bandeira Piratininga, com sede no Estado de São Paulo.

N.º 1.534 — 31-12-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 76.789,70 (setenta e seis mil, setecentos e oitenta e nove cruzeiros e setenta centavos), destinado ao pagamento de gratificação por serviços eleitorais, devida a juizes eleitorais daquela circunscrição, relativamente ao exercício de 1946.

N.º 1.535 — 31-12-51 — Concede à Sociedade Brasileira de Urologia o auxílio de Cr\$ 480.000,00 para o VI Congresso Brasileiro de Urologia e para o custeio da Delegação ao V Congresso Americano e IV Mexicano de Urologia.

N.º 1.536 — 2-1-52 — Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel do domínio da União ao Município de Ibatã, Estado do Paraná.

N.º 1.537 — 2-1-52 — Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar com o Banco do Brasil S. A. o financiamento de compra de máquinas agrícolas e animais de tração destinados ao fomento da produção e dá outras providências.

N.º 1.538 — 3-1-52 — Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados pela Creche Regina Apostolorum, le Sete Lagoas, e dá outras providências.

N.º 1.539 — 3-1-52 — Retifica a Lei n.º 1.249, de 12 de dezembro de 1950, que orça a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1951.

N.º 1.540 — 3-1-52 — Dá nova redação ao art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

N.º 1.541 — 5-1-52 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — do crédito especial de Cr\$ 3.807.847,40, para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951.

N.º 1.542 — 5-1-52 — Dispõe sobre o casamento dos funcionários da carreira de Diploma com pessoa de nacionalidade estrangeira.

III) — Pelo Vice-Presidente em exercício (Senador Marcondes Filho)

Lei — Data — Ementa

N.º 1.382 — 11-6-51 — Transfere para o Corpo de Oficiais da Armada os oficiais do Corpo de Engenheiros Navais, em extinção.

N.º 1.382-A — 12-6-51 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, do crédito especial de Cr\$ 340.000,00 para o pagamento do gratificação por serviços eleitorais, relativos ao exercício de 1950, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

N.º 1.386-A — 19-6-51 — Estende aos cargos isolados de provimento em comissão e às funções gratificadas do Quadro do pessoal do Tribunal Superior do Trabalho os símbolos e valores estabelecidos na Lei n.º 488, de 15-11-48, e dá outras providências.

N.º 1.386-B — 19-6-51 — Declara de utilidade pública a Associação Santa Terezinha, com sede em São Paulo.

N.º 1.387-A — 23-6-51 — Concede pensão mensal de Cr\$ 700,00 à Senhora Maria Magalhães de Assis Rocha, viúva de Francisco de Assis Pereira Rocha, fiscal do imposto de consumo, residente em Sertânia, Pernambuco.

N.º 1.388-A — 27-6-51 — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 22.400,20, para atender ao pagamento das despesas de substituição de Ministros, em razão de convocação ou impedimento.

N.º 1.399 — 16-7-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 7.934.075,70, para pagamento à Companhia Serviços de Engenharia.

N.º 1.410-A — 10-8-51 — Modifica o art. 2.º da Lei n.º 67, de 13-6-35.

N.º 1.412 — 13-8-51 — Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

N.º 1.413-A — 13-8-51 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 20.000,00, para pagamento do salário-família a funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

N.º 1.414 — 20-8-51 — Fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do quadro do pessoal dos órgãos da 1.ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

N.º 1.414-A — 20-8-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, para estudo, projeto e construção de uma ponte sobre o rio Jaguaribe, no Estado do Ceará.

N.º 1.423 — 4-9-51 — Releva da prescrição em que incorreu o direito de D. Dolores Correia Rego Vaz Pinto Coelho para pleitear em Juízo a melhoria da pensão que percebe como viúva do magistrado Henrique Vaz Pinto Coelho.

N.º 1.424 — 4-9-51 — Declara de utilidade pública o Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, de Campinas, Estado de São Paulo.

N.º 1.432 — 14-9-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 5.000,00, para pagamento de salário-família ao pessoal

do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

N.º 1.482-A — 4-12-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 19.658.635,60, para pagamento de indenização à Companhia Mate Laranjeiras S/A.

N.º 1.487-A — 7-12-51 — Abre o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado a auxiliar a Prefeitura de Blumenau.

Após a apresentação deste relatório foram pelo Vice-Presidente do Senado promulgadas mais as seguintes leis:

N.º 1.543 — 8-1-52 — Concede pensão mensal a Benvinda de Holanda Moreira.

N.º 1.544 — 8-1-52 — Autoriza a abertura de um crédito especial de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), para o pagamento de despesas provenientes da substituição de presidentes de juntas de Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, e relativas ao exercício de 1950.

N.º 1.545 — 8-1-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 9.000,00, para pagamento de diferença de aluguel do prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

ANEXO Nº 4

DECRETOS LEGISLATIVOS PROMULGADOS EM 1951

(I) — *Pelo Presidente do Senado*
(João Café Filho)

Número — Data — Ementa.

N.º 2-51 — 11-4-51 — Aprova o texto da Convenção de Prevenção e Repressão de Crime de Genocídio, firmada na cidade de Paris em dezembro de 1948, pelo Brasil e outros países, durante a Terceira Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

N.º 3-51 — 11-5-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 30 de julho de 1948, deixou de anotar o ato decorrente do Decreto n.º 23.963, de 29 de outubro de 1947, pelo qual se declara a Companhia Estrada de Ferro Mossoró desobrigada de fazer trafegar os seus carros no prolongamento previsto na cláusula II do ajuste, que celebrou com o Governo Federal em 23 de julho de 1919.

N.º 4-51 — 16-5-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de acôrdo celebrado em 28 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Goiás, para desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

N.º 5-51 — 30-5-51 — Aprova, nos termos das cópias devidamente autenticadas a este anexas, as Notas trocadas em 12 de maio de 1950 pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Legação da Áustria no Rio de Janeiro, para a conclusão de um *modus vivendi*, destinado a normalizar o intercâmbio de mercadorias dos dois países.

N.º 7-51 — 5-6-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em

sessão de 4 de agosto de 1950, recusou registro ao contrato celebrado a 26 de dezembro de 1949, entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Minas Gerais, para instalação de uma escola de iniciação agrícola no Município de Montes Claros, nesse Estado.

N.º 12-51 — 9-7-51 — Aprova as contas prestadas pelo Presidente da República relativamente ao exercício de 1947 e apresentadas na forma do art. 37, inciso XVII, da Constituição.

N.º 13-51 — 10-7-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de ajuste celebrado em 7 de novembro de 1949 entre o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a Sociedade de Obras de Engenharia Limitada para escavação do canal Ponta Negra, próximo de Maricá, no litoral do Estado do Rio de Janeiro.

N.º 35-51 — 2-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 11 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado em 24 de novembro desse ano entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde e a Firma Empresa Brasileira de Construções Sociedade Anônima para a execução de obras na Colônia Juliano Moreira, situada no Distrito Federal.

N.º 36-51 — 9-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 27 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 24 de novembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções Sociedade Anônima,

para a execução de obras na Escola Técnica Nacional.

N.º 37-51 — 9-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 19 de setembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Nazareth Deschamps Bittencourt, para o desempenho pela segunda contratante da função de operador de serviços mecânicos de cadastro e de estatística mecanizada.

N.º 38-51 — 9-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 12 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 1 do mesmo mês de dezembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções Sociedade Anônima, para a execução de obras na sede do Serviço de Transportes do Ministério instalada à Praça da Bandeira, no Distrito Federal.

N.º 39-51 — 9-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, negou registro ao termo de contrato celebrado a 24 de novembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções Sociedade Anônima, para a execução de instalações elétricas e hidráulicas no pavilhão de adolescentes do sexo feminino, da Colônia Juliano Moreira.

N.º 40-51 — 9-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 22 de dezembro de 1950, recusou registro ao contrato celebrado em 11 do mesmo mês de dezembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Representações Geocomar Limitada, para a execução de reparos no edifício do Ministério.

N.º 41-51 — 9-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 28 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 18 de setembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Irmãos Pangella Limitada, para a execução de obras no Serviço de Biometria Médica, no Distrito Federal.

N.º 42-51 — 9-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 13 de outubro de 1950, negou registro ao termo de contrato celebrado a 28 de agosto desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Artius Limitada, para a execução de obras complementares num pavimento de doentes da Colônia Juliano Moreira.

N.º 43-51 — 9-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 11 de dezembro de 1950, negou registro ao termo de contrato celebrado em 29 de novembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma SENCO — Sociedade de Engenharia e Comércio Limitada, para a execução de obras na Seção Feminina do Hospital Gustavo Riedel, do Centro Psiquiátrico Nacional, no Distrito Federal.

N.º 44-51 — 11-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 17 de outubro de 1950, negou registro ao contrato celebrado a 21 de setembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Campos, Fernandes & Cia. Limitada, para a execução de obras no Serviço de Assistência Social do Hospital Gaffrée Guinle.

N.º 45-51 — 11-10-51 — Aprova o texto do Tratado de Comércio e Navegação firmado na cidade do Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1949, entre o Brasil e o Uruguai.

N.º 46-51 — 11-10-51 — Aprova o Acôrdio concluído na cidade de Buenos Aires, em 21 de junho de 1949, mediante notas trocadas entre os governos do Brasil e da Argentina e pelo qual ficam reciprocamente isentas do imposto de renda ou de qualquer outro imposto sobre lucros, as empresas de navegação marítima e aérea brasileiras e argentinas.

N.º 47-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 17 de novembro de 1950, recusou registro ao contrato celebrado em 13 de outubro desse ano, entre o Ministério da Guerra, pela Escola Superior de Guerra, e Osvaldina Elisa Castiglioni, para a prestação de serviço pelo segundo contratante na função de taquígrafo-secretário.

Nº 48-51 — 16-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, recusou registro ao contrato celebrado a 16 de novembro desse ano, entre o Ministério da Guerra e a firma Construtora Geminiano Góis Limitada, para a execução de obras na sede do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

Nº 49-51 — 16-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 19 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 28 de novembro desse ano, entre o Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Companhia Limitada, para a execução de obras no Instituto Agronômico do Sul, em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 50-51 — 16-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 19 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 6 de novembro desse ano, entre o Ministério da Agricultura e a firma Geraldo Duarte Passos, para a execução de obras na Fazenda de Criação de Goiânia, no Estado de Goiás.

Nº 51-51 — 16-10-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 5 de abril de 1949, recusou registro ao termo de ajuste firmado em 2 de abril de 1944, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a firma «Cobrazil», Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil, para a execução de obras no porto de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Nº 52-51 — 8-11-51 — Aprova o texto do Acôrdo sobre Transportes Aéreos firmado na cidade de Ankara a 21 de setembro de 1950, entre a Turquia e o Brasil.

Nº 53-51 — 8-11-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 8 de setembro de 1950, recusou registro ao termo de convênio celebrado a 14 de fevereiro desse ano, entre a Estação Experimental de Curitiba, do Instituto Agronômico do Sul, e a União Agrícola Futebol Clube, da mesma cidade, para a cons-

trução de um edificio destinado a servir de sede à segunda contratante.

Nº 54-51 — 13-11-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 23 de janeiro de 1951, recusou registro ao termo de contrato de cooperação celebrado a 11 de dezembro de 1950.

Nº 55-51 — 13-11-51 — Aprova nos termos da cópia devidamente autenticada, e a este anexa, o texto do acôrdo de Imigração e Colonização firmado na cidade do Rio de Janeiro a 15 de dezembro de 1950, entre e o Reino dos Países Baixos.

Nº 56-51-16-11-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado a 22 de agosto de 1950, entre o Ministério da Agricultura e Abigail Ribeiro de Magalhães Janja e relativo à locação do prédio sito à Rua Governador Sampaio nº 492, em Fortaleza, Estado do Ceará, se as duas partes contratantes firmarem previamente um termo aditivo, pelo qual fique estabelecido que o contrato entrará em vigor na data de seu registro pelo Tribunal e não com efeito retroativo a 1 de janeiro de 1950.

Nº 57-51 — 19-11-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 11 de dezembro de 1950, negou registro ao termo de ajuste, firmado a 13 de outubro deste ano entre a 4.ª Zona Aérea do Ministério da Aeronáutica e a firma Fontes & Fontes Limitada, para a construção de uma casa de transmissão de rádio, tipo XKY — 02A, em Vila Helena, na cidade de São Paulo.

Nº 58-51 — 16-11-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 19 de dezembro de 1950, recusou registro ao ajuste celebrado a 20 de novembro deste ano, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a firma Sociedade de Comércio e Construção Limitada, para a construção de um trecho ferroviário na ligação Ubaitaba-Jequié-Contendas, no Estado da Bahia.

Nº 59-51 — 19-11-51 — Aprova, nos termos da cópia devidamente autenticada e a este anexa, o texto da Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, revista na

cidade de Bruxelas em 26 de junho de 1948.

N.º 60-51 — 16-11-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 4 de outubro de 1950, recusou registro ao termo de ajuste celebrado a 27 de julho desse ano, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Somag — Sociedade de Engenharia Limitada, para a construção de um prédio destinado a servir de sede à agência postal de Indaiatuba, no Estado de S. Paulo.

N.º 61-51 — 28-11-51 — Aprova, nos termos das cópias devidamente autenticadas, e a este anexas, o Acôrdo sobre Transportes Aéreos, firmado na cidade do Rio de Janeiro, a 11 de janeiro de 1951, entre o Brasil e o Líbano.

N.º 62-51 — Aprova o Texto do Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, firmado em Buenos Aires, a 24 de setembro de 1948.

N.º 65-51 — 13-12-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 5 de janeiro de 1951, negou registro ao termo de contrato firmado a 7 de dezembro de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora A. Timóteo Limitada, para a execução de obras no Instituto de Leprologia, que tem sua sede no Distrito Federal.

N.º 66-51 — 13-12-51 — Aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, na forma do art. 87, item XVII, da Constituição, e relativas ao exercício de 1949.

Após a apresentação deste relatório foram pelo Presidente do Senado promulgados mais os seguintes decretos legislativos, ultimados na sessão legislativa ordinária de 1951:

N.º 67-51 — 15-12-51 — Aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1948.

N.º 68-51 — 17-12-51 — Aprova o Ajuste Comercial e respectivo Protocolo firmados em Bonn, a 17 de agosto de 1950, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Federal da Alemanha.

N.º 69-51 — 17-12-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que

negou registro ao contrato celebrado em 31 de julho de 1950, entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Maria Macílio, para locação de seus serviços como operadora do cadastro e estatística mecanizada.

N.º 70-51 — 17-12-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 7 de outubro de 1949, recusou registro ao termo de transferência, firmado a 27 de julho desse ano, das obrigações do aforamento que a União outorga a Tomás do Espírito Santo, de um terreno (lote n.º 2.870), desmembrado de outro terreno nacional interior, e situado à Avenida Nilo Peçanha, em Caxias, 1.º Distrito do Município Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

N.º 71-51 — 18-12-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo do contrato celebrado, a 22 de dezembro de 1949, entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Sociedade Muriaé Ltda., para estabelecimento de uma estação radiodifusora na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

N.º 72-51 — 18-12-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que recusou registro ao termo de ajuste celebrado a 11 de agosto de 1950 entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Moraes, Luz Ltda., para a construção de um viaduto 450 metros, entre as estacas números 6.050 e 6.080, no trecho Variante Santa Quitéria-Engenheiro Eloi, nos Estados de São Paulo e Paraná.

N.º 73-51 — 18-12-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 16 de janeiro de 1951, negou registro ao contrato firmado a 7 de dezembro de 1950, entre a 4.ª Região Militar e a firma T. Loureiro Júnior & Companhia Limitada, para a execução de serviços de instalação elétrica na Ala B do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte.

N.º 74-51 — 19-12-51 — Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre a concessão dos Direitos Civis à Mulher, firmada em Bogotá, Colômbia, a 2 de maio de 1948, por ocasião da IX Conferência Internacional Americana.

N.º 75-51 — 19-12-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, pro-

ferida em sua sessão de 19 de janeiro de 1951, que recusou registro ao termo de ajuste celebrado entre a União Federal, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, e a firma Campos Bruder Limitada, em 22 de dezembro de 1950, para a construção de um prédio para a Agência Postal Telegráfica de Atibaia, Estado de São Paulo.

N.º 76-51 — 20-11-51 — Aprova o texto do Protocolo de Annecy sobre os Termos de Adesão ao Acôrdio Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio.

N.º 77-51 — 20-12-51 — Aprova o acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e a Itália, firmado em Roma, a 25 de janeiro de 1951.

N.º 78-5 — 20-12-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 19 de setembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato firmado a 31 de julho desse ano, entre a Diretoria do Recrutamento do Exército e Cristina Lanza, para o desempenho pela segunda contratante da função de operadora de serviços mecanográficos de cadastro e de estatística mecanizada.

N.º 78-51 — 20-12-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que recusou registro ao contrato celebrado em 14 de dezembro de 1948, entre o Ministério da Aeronáutica e Jorge Boaventura de Sousa e Silva, para desempenhar, na Escola de Especialistas da Aeronáutica, a função de professor de química.

II) — *Pelo Vice-Presidente em exercício (Senador Marcondes Filho)*

N.º 8-51 — 22-6-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 21 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de cessão do prédio e respectivos terreno, situado à Rua Conselheiro Macedo Soares, s/n.º na cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, que fizeram, em 20-10-49, Romeu Silva e sua mulher, Amenayde Valadares Silva, ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

N.º 9-51 — 22-6-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo do acôrdio celebrado em 18-11-47 entre o Governo da União e a Companhia Docas de Imbituba, no Estado

de Santa Catarina, para exploração racional de avicultura, sob o regime de cooperação.

N.º 10-51 — 27-6-51 — Aprova a decisão por que o Tribunal de Contas, na sessão de 30-12-49, recusou registro ao termo de contrato celebrado em 14-2-49 entre o Ministério da Educação e Saúde e Edilberto Ribeiro de Castro, para locação do salão n.º 101 (sobreloja) do Edifício São Borja, à Avenida Rio Branco n.º 277, no Distrito Federal.

N.º 11-51 — 27-6-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, na sessão de 24-8-48, recusou registro ao termo de contrato celebrado em 2-4-48 entre a Imprensa Nacional e a firma Madalena & Cia. (Casa Aurora), para a compra de material inserível.

N.º 14-51 — 13-7-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de acôrdio celebrado em 28-4-50, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Piauí, para desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

15-51 — 13-7-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo do acôrdio celebrado em 18-5-50 entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Rio Grande do Sul, para desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

N.º 16-51 — 13-7-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de acôrdio celebrado em 13-6-50 entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Pernambuco, para desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

N.º 17-51 — 13-7-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de acôrdio celebrado em 28-4-50 entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Alagoas, para desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

N.º 18-51 — 13-7-51 — Concede anistia aos condenados ou processados por motivo de greve.

N.º 19-51 — 13-7-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de acôrdio celebrado em 28 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Espírito

Santo, para desenvolvimento do serviço de assistência psiquiátrica nesse Estado.

Nº 20-51 — 13-7-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de acôrdo celebrado em 28 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Rio de Janeiro, para desenvolvimento do serviço de assistência psiquiátrica nesse Estado.

Nº 21-51 — 13-7-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo do Acôrdo celebrado em 12 de junho de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Amazonas, para desenvolvimento dos serviços de assistência psiquiátrica nesse Estado.

Nº 22-51 — 17-7-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de Acôrdo celebrado em 12 de junho de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado da Bahia, para desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

Nº 23-51 — 19-7-51 — Concede licença ao Sr. João Café Filho, Vice-Presidente da República, para ausentar-se do Brasil em visita à Suécia, e eventualmente a outros países.

Nº 24-51 — 20-7-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de Acôrdo celebrado em 28 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Minas Gerais, para desenvolvimento do serviço de assistência psiquiátrica nesse Estado.

Nº 25-51 — 20-7-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de Acôrdo celebrado em 28 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Maranhão, para desenvolvimento do serviço de assistência psiquiátrica nesse Estado.

Nº 27-51 — 1-8-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, negando registro à aposentadoria do guarda civil José Gabriel de Almeida, classe H, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o fim de ser a mesma aposentadoria concedida e registrada nos termos do Decreto nº 21.206, de 28 de março de 1932.

Nº 28-51 — 22-8-51 — Aprova o texto de Acôrdo de Mineração firmado na cidade do Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950, pelo Brasil e a Itália.

Nº 30-51 — Aprova o texto do Protocolo Modificativo do art. XXVI, do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, assinado em Annecy, França, a 13 de agosto de 1949, pelo Brasil e outros países.

Nº 31-35 — 3-9-51 — Aprova a decisão do Tribunal de Contas, de 31 de dezembro de 1948, que recusou registro ao contrato celebrado, em 16 de dezembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma L. Keller, Lupi & Cia. Ltda., para o fornecimento de material à Escola Técnica de Pelotas, on Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 32-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, de 22 de dezembro de 1950, que recusou registro ao termo de contrato celebrado entre a União Federal e a firma «Casa Homero de Ferragens Ltda.».

Nº 33-51 — 14-9-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de ajuste firmado a 13 de dezembro desse mesmo ano entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a firma Raja Gabaglia — Escritório Técnico, para a aquisição e montagem de três guindastes de pórtico destinados ao pôrto de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

Nº 34-51 — 19-9-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, recusou registro ao contrato celebrado a 30 de novembro desse ano, entre a Divisão de Material do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Quimbrasil — Química Industrial Brasileira Sociedade Anônima, para o fornecimento de materiais de Defesa Sanitária Vegetal.

Nº 64-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Associação dos Criadores de Bovinos da Raça Mocha Nacional, com sede em São Paulo.

III) — *Pelo 1.º Secretário, no exercício da Presidência do Senado (Senador Etelvino Lins)*

N.º — Data — Ementa

N.º 26-51 — 26-7-51 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 7 de fevereiro de 1950, recusou registro ao termo de 21 de outubro de 1949, aditivo ao contrato celebrado em 5 de fevereiro de 1945 entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o Instituto Brasileiro de Mecanização — Serviços Hollerith Sociedade Anônima, para instalação de equipamento Hollerith da elaboração mecânica de trabalhos atinentes aos encargos da Seção Financeira

da Divisão do Pessoal desse Ministério.

N.º 63-51 — 3-12-51 — Anistia os responsáveis pela prática do crime de injúria ao Poder Público ou aos agentes que exercem, capitulado no item 25 do art. 3.º do Decreto-lei n.º 431, de 18 de maio de 1938.

IV) — *Pelo 2.º Secretário, no exercício da Presidência do Senado (Senador Vespasiano Martins)*.

N.º — Data — Ementa

N.º 29-51 — 29-8-51 — Autoriza o Presidente da República a celebrar a Paz com o Japão e a assinar o respectivo Tratado, que será submetido à aprovação do Congresso Nacional.

ANEXO Nº 5

RESOLUÇÕES DO SENADO PROMULGADAS EM 1951

I — Pelo presidente (João Café Filho)

N.º — Data — Assunto

N.º 3 — 11-4-51 — Concede licença ao Senador Napoleão de Alencastro Guimarães para ausentar-se do país, a fim de participar nos trabalhos da IV Conferência de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, presentemente reunida em Washington.

N.º 4 — 12-4-51 — Declara que não incorre na perda do mandato o senador que aceitar nomeação para membro da Junta Consultiva da Escola Superior de Guerra.

N.º 5 — 11-5-51 — Autoriza o Estado do Maranhão a manter, pelo espaço de três anos, inclusive o exercício de 1951, as taxas atuais *ad valorem* do seu impôsto de exportação o estrangeiro.

N.º 6 — 29-5-51 — Declara ininterrupto o prazo a que se refere o art. 14, § 6.º da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 e especifica os casos em que o mesmo será suspenso.

N.º 12 — 3-10-51 — Efetiva os funcionários da Secretaria do Senado Federal que prestaram provas de habilitação.

N.º 13 — 10-10-51 — Autoriza o Estado do Piauí a cobrar, pelo prazo de cinco anos contados de janeiro de 1952, o impôsto de exportação, na base de 7% *ad valorem*, com incidência sobre gêneros destinados ao estrangeiro, revogadas as disposições em contrário.

N.º 14 — 11-10-51 — Concede licença ao Senador Vivaldo Lima para ausentar-se do País, como Chefe da Delegação da Cruz Vermelha Brasi-

leira, a fim de poder participar da VI Conferência Interamericana da Cruz Vermelha, que deverá se reunir na cidade do México.

15 — 17-10-51 — Concede licença ao Senador Apolônio Sales para ausentar-se do país e, como representante do Brasil, participar do Congresso Internacional de Adubos Químicos, que se deverá reunir na cidade de Roma.

N.º 16 — 26-10-51 Concede licença ao Senador Waldemar Pedrosa para ausentar-se do país e integrar a delegação do Brasil à próxima Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, que deverá reunir-se em Paris.

N.º 17 — 13-11-51 — Equipara os Assessores Técnicos de Orçamento aos Redatores de Anais e Documentos Parlamentares.

N.º 18 — 29-11-51 — Denomina «Redatores-Revisores» os Assistentes de Publicações do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

N.º 20 — 11-12-51 — Concede aos funcionários do Senado Federal gratificação por serviços extraordinários.

N.º 21 — 15-12-51 — Dispõe sobre os subsídios de Senadores.

II Pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência

(Senador Alexandre Marcondes Filho)

N.º 7 — 20-6-51 — Denomina "Redatores-Revisores" os Revisores de Provas do Quadro dos funcionários do Senado Federal.

N.º 8 — 28-6-51 — Concede aos funcionários da Secretaria do Senado Federal, bem como ao pessoal do Departamento Federal de Segurança Pública e Departamento dos Correios e

Telégrafos com exercício nesta Casa do Congresso, uma gratificação correspondente a vinte diárias, por serviços extraordinários prestados de 16 de dezembro de 1950 a 31 de janeiro de 1951.

N.º 10 — 21-8-51 — Dá nova redação ao art. 208 do Regulamento da Secretaria do Senado.

N.º 19 — 7-12-51 — Autoriza o Estado da Bahia a aumentar o imposto de exportação.

III) *Pelo Primeiro Secretário no exercício da Presidência* (Senador Etelvino Lins)

N.º 9 — 13-8-51 — Autoriza a figurar, junto às delegações que o Senado

Federal enviar a conferências, congressos ou reuniões internacionais, um representante da imprensa credenciado nesta Casa do Congresso.

IV) *Pelo segundo Secretário no exercício da Presidência* (Senador Vespasiano Martins)

N.º 11 — 30-8-51 — Aposenta, nos termos do art. 191, § 1.º da Constituição Federal, com os vencimentos integrais do padrão "O" e a gratificação adicional correspondente, por contar mais de 35 anos de serviço, o Redator de Anais e Documentos Parlamentares do Senado Federal, José Sizenando Teixeira.

ANEXO Nº 6

Projetos cujo estudo no Senado foi ultimado na Sessão Legislativa Ordinária de 1951

A) PROJETOS DE LEI DA CÂMARA ENVIADOS À SANÇÃO

EMENTA

Nº 154-48 — Assegura aos médicos sanitaristas na chefia ou direção de órgãos de saúde pública, nos Estados, o direito de optar pelos vencimentos de cargo federal.

Nº 282-49 — Altera os arts. 13 e 14 do Decreto-lei nº 3.347, de 12 de junho de 1941, que institui o regime de benefícios de família.

Nº 51-50 — Declara de utilidade pública a Associação Santa Terezinha, com sede em São Paulo.

Nº 57-50 — Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuárias.

Nº 103-50 — Concede pensão mensal de Cr\$ 700,00 à Senhora Maria Magalhães de Assis Rocha, viúva de Francisco de Assis Pereira Rocha, fiscal do do imposto de consumo, residente em Sertânia, Pernambuco.

Nº 110-50 — Considera de utilidade pública a Casa do Policial, sediada na cidade do Rio de Janeiro.

Nº 120-50 — Torna insubsistentes os Decretos-leis ns. 6.922, de 4 de outubro de 1944 e 8.341, de 10 de dezembro de 1945, que dispõem sobre a identificação do gado bovino vacinado contra o abôrto infeccioso.

Nº 152-50 — Concede pensão especial de Cr\$ 950,00 mensais à mãe de Álvaro de Jesus Cardoso, ex-servidor do Ministério da Aeronáutica, falecido em virtude de acidente em serviço.

Nº 210-50 — Modifica a redação da alínea *b* do art. 3º, da Lei nº 156, de 27 de novembro de 1947.

Nº 220-50 — Abre, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 44.000,00, para pagamento de gratificação de representação aos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Nº 238-50 — Concede isenção de direitos de importação para materiais elétricos adquiridos pela Companhia Força e Luz de Monte Carmelo S.A., do Estado de Minas Gerais.

Nº 251-50 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para concessão de auxílio à Associação de São Vicente de Paulo.

Nº 258-50 — Abre ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 1.350.000,00, para atender ao pagamento de salário-família devido a Raul Pereira da Silva.

Nº 270-50 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário do crédito especial de Cr\$ 340.000,00, para pagamento de gratificação por serviços eleitorais, relativo ao exercício de 1950, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

Nº 279-50 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 16.440,00, para pagamento de gratificação de magistério devida a Guilherme Edelberto Hermsdorff.

Nº 280-50 — Concede à viúva do ex-investigador Francisco Nodel, a pensão mensal de Cr\$ 2.500,00.

Nº 289-50 — Declara de utilidade pública o Instituto Cultural Italo-Brasileiro, de Campinas, no Estado de São Paulo.

Nº 310-50 — Concede isenção de direitos de importação, consumo e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para mercadorias e materiais importados pelo Comissariado do Santíssimo Nome de Jesus.

Nº 311-50 — Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, de crédito especial para pagamento de contribuição à Repartição Internacional de Higiene Pública.

Nº 315-50 — Promove ao posto imediato o Major Aderbal da Costa Oliveira, falecido em desastre de aviação em 1937.

Nº 324-50 — Assegura aos ex-funcionários interinos da carreira de Oficial Administrativo aprovados no último concurso, preferência para nomeação e dá outras providências. e

Nº 325-50 — Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências.

Nº 332-50 — Altera dispositivos do Decreto-lei nº 9.545, de 5 de agosto de 1949, que dispõe sobre a habilitação e o exercício da atividade de condutor de veículos automotores.

Nº 336-50 — Declara de utilidade pública o Centro Norterriograndense, com sede no Distrito Federal.

Nº 339-50 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 24.614.108,80, para pagamento de despesas com a construção e melhoria de trechos ferroviários, na Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Nº 341-50 — Abre, ao Congresso Nacional, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 para custear as despesas da delegação do Parlamento ao Congresso da Associação Interparlamentar de Turismo.

Nº 346-50 — Declara de utilidade pública o Centro Literário Palmeirense.

Nº 347-50 — Declara de utilidade pública o Clube dos Advogados de Campinas, Estado de São Paulo.

Nº 348-50 — Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Jaú, no Estado de São Paulo.

Nº 350-50 — Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para ocorrer às despesas com as hospedarias de imigrantes do Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal.

Nº 351-50 — Denomina Campo dos Palmares, o aeroporto e base aérea de Maceió.

Nº 359-50 — Reajusta o imposto único sobre combustíveis líquidos e lubrificantes e dá outras providências.

Nº 7-51 — Dispõe sobre a renovação da Marinha de Guerra, Alterando a taxa de que trata a Lei nº 156, de 27-11-47, e dá outras providências.

Nº 9-51 — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos, o crédito especial de Cr\$ 22.400,20 para atender ao pagamento das despesas de substituição de ministros, em razão de convocação ou impedimento.

Nº 10-51 — Declara de utilidade pública a Associação dos Médicos de Santos, Estado de São Paulo.

Nº 13-51 — Declara de utilidade pública a Sociedade Internacional de Direito Social.

Nº 21-51 — Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Nº 26-51 — Transfere para o Corpo de Oficiais da Armada os oficiais do Corpo de Engenheiros Navais, em extinção.

Nº 30-51 — Prorroga o prazo para aplicação do crédito especial aberto pelo Decreto nº 26.384, de 22 de fevereiro de 1949, e destinado à instalação da usina hidro-elétrica na Colônia Agrícola Nacional do Maranhão.

Nº 35-51 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.700.000,00 para os fins que especifica, e dá outras providências.

Nº 37-51 — Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços do Exército.

Nº 43-51 — Concede pensão a Edith Guimarães Noberto, de Cr\$ 3.000,00.

Nº 44-51 — Autoriza o Poder Executivo a garantir operação de crédito, até o montante de Cr\$ 330.000.000,00, a ser realizada por intermédio da Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional — operação destinada à aquisição de novas unidades,

reaparelhamento de suas oficinas de reparos e construções navais e obras de seu dique para reparo de navios de grande porte.

Nº 45-51 — Considera incluídas na reserva remunerada do Serviço de Intendência do Exército e convocados para o serviço ativo, os funcionários do Ministério da Guerra.

Nº 47-51 — Concede auxílio de Cr\$ 1.000.000,00, para a realização, no Distrito Federal, do XIII Congresso de Union Internationale des Avocats.

Nº 48-51 — Autoriza o Instituto Hahnemaniano do Brasil a transferir, à Escola de Medicina e Cirurgia, parte do terreno e prédio sito à Rua Frei Caneca nº 94, no Distrito Federal, e dá outras providências.

Nº 49-51 — Regula a importação de papel e outros materiais de consumo de imprensa.

Nº 51-51 — Cria, na carreira de diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, sete cargos de Ministro de 1ª classe.

Nº 54-51 — Prorroga os prazos para concessão de condecorações a oficiais do Exército.

Nº 56-51 — Concede pensão mensal de Cr\$ 500,00 a Ana Carmelina Pereira, viúva de Joaquim Acúrcio Pereira, ex-contínuo-porteiro, aposentado do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

Nº 58-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 a fim de atender às despesas de transladação para o Rio de Janeiro dos despojos mortais dos Condes d'Eu, bem como do respectivo túmulo na matriz de Petrópolis.

Nº 60-51 — Autoriza o Governo a contratar, mediante concorrência pública, a construção e aparelhamento de porto de Amarração, no Estado do Piauí.

Nº 65-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00 para estudo, projeto e construção de uma ponte sobre o rio Jaguaribe, no Estado do Ceará.

Nº 66-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 7.934.075,70, para paga-

mento à Companhia Serviços de Engenharia.

Nº 67-51 — Prorroga até 31 de dezembro de 1951 a vigência da Lei número 641, de 27 de fevereiro de 1949, que autorizou suspensão, nos exercícios de 1948 a 1950, da cobrança dos direitos de importação e taxas que incidem sobre o cimento Portland.

Nº 68-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 39.779,30, para pagamento de gratificação de magistério.

Nº 70-51 — Dá nova redação ao art. 49, do Código Brasileiro do Ar.

Nº 71-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 10.785.500,00, para pagamento de despesas suplementares decorrentes da aquisição de embarcações pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

Nº 72-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 43.607,70, para pagamento de gratificação de magistério.

Nº 78-51 — Autoriza o Poder Executivo, a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 129.299,50, para pagamento de gratificação de magistério.

Nº 80-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 45.654,00, para pagamento de gratificação de magistério.

Nº 82-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 175.471,30, para atender a pagamento de gratificação de magistério.

Nº 84-51 — Modifica os arts. 2º e 3º da Lei nº 305, de 18 de julho de 1948, que regula a aplicação do art. 15, § 4º da Constituição Federal (quota de imposto de renda destinada aos Municípios).

87-51 — Transfere a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Piauí, em Amarante, para Urussuí.

Nº 88-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 3.000,00 para pagamento de aluguéis do prédio em que funciona

a Junta de Conciliação e Julgamento Santo.

N.º 89-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 5.000,00 para pagamento de salário-família ao pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região.

N.º 90-51 — Releva a prescrição em que incorreu o direito de Dona Dolores Correia Neto Vaz Pinto Coelho, para pleitear em Juízo a melhoria da pensão que percebe como viúva do magistrado Henrique Vaz Pinto Coelho.

N.º 91-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 133.806,00, para atender ao custeio de obras realizadas no Palácio Itamarati.

N.º 92-51 — Modifica a redação do art. 135, letra a, do Código Nacional de Trânsito.

N.º 94-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 64.491,70, para ocorrer a despesas de gratificação de magistério.

N.º 95-51 — Prorroga a vigência da Lei n.º 842, de 4-10-49, que subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior.

N.º 96-51 — Dispõe sobre o aumento de Capital da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco.

N.º 97-51 — Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para atender às operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A., mediante resgate de débito do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil.

N.º 98-51 — Autoriza o Ministério da Fazenda a adquirir, integralizar e subscrever, pelo Tesouro Nacional, ações da Companhia Nacional de Alcalis.

N.º 99-51 — Dá nova redação ao art. 8.º da Lei do Inquilinato.

N.º 100-51 — Considera de utilidade pública a Fundação Laureano, com sede no Distrito Federal.

N.º 101-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 21.690,00,

para pagamento de gratificação adicional assegurada ao servidor José Candido de Andrade Muricy.

N.º 102-51 — Estabelece normas para o aproveitamento de alunos excedentes aprovados em exame de habilitação para ingressar em cursos superiores, especialmente no que se refere às escolas particulares.

N.º 103-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para atender às despesas decorrentes da posse do atual Presidente da República.

N.º 104-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 362.092,50, para pagamento aos ministros vitalícios daquele Tribunal.

N.º 105-51 — Denomina sanatórios e sanatórios-colônias os leprosários do Brasil.

N.º 108-51 — Dá nova denominação ao aeroporto da Capital do Rio Grande do Norte.

N.º 109-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para pagamento da contribuição devida à Sociedade União das Classes, de Poções, no Estado da Bahia.

N.º 112-51 — Revoga a Lei n.º 11, que estabelece normas para a aposentadoria e pensões dos servidores das autarquias pertencentes ao patrimônio da União e revigora os Decreto-leis ns. 3.769, de 28-10-1941, e 8.348, de 10-12-1945.

N.º 113-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina — o crédito suplementar de Cr\$ 5.000,00 como reforço à Verba 3 — Serviços e Encargos do Anexo 26 do vigente Orçamento.

N.º 115-51 — Modifica o art. 2.º da Lei n.º 67, de 13 de junho de 1935.

N.º 116-51 — Dá nova denominação ao Aeroporto de São João, em Porto Alegre.

N.º 117-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 74.880,00, para atender ao paga-

mento da contribuição do Brasil para o Comité Internacional do Algodão.

N.º 118-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.707.383,60, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil à Repartição Panamericana, no exercício de 1949.

N.º 121-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 93.600,00, para o fim que especifica.

N.º 123-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender às despesas resultantes dos contratos parciais com técnicos para lecionarem na Escola Técnica do Exército.

N.º 124-51 — Retifica, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União, para 1951, a fim de atender à despesa com a ampliação de refinarias de petróleo.

N.º 129-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 136.881,20, para pagamento de gratificação a diversos professores.

N.º 130-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 268.650,00 para atender ao pagamento da contribuição do Brasil aos orçamentos de 1949 e 1950, das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

N.º 131-51 — Concede à Sociedade Brasileira de Urologia o auxílio de Cr\$ 480.000,00, para o VI Congresso Brasileiro de Urologia e para o custeio da Delegação no V Congresso Americano e IV Mexicano de Urologia.

N.º 134-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — o crédito especial de Cr\$ 9.000,00, para o fim que especifica.

N.º 137-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 280.800,00, para atender ao pagamento do auxílio do Brasil à Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

N.º 139-51 — Dá nova redação ao artigo da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 — Lei Orgânica do Distrito Federal.

N.º 140-51 — Autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar o pagamento da contribuição devida ao Bureau Pan-Americano do Café.

N.º 141-51 — Aplica a outras eleições, que se sucederem, enquanto não se der a substituição dos títulos eleitorais em vigor, o disposto no § 3.º do art. 197, da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950.

N.º 142-51 — Regulamenta o exercício das funções dos despachantes aduaneiros.

N.º 145-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para conclusão das obras da ponte rodoferroviária entre Joazeiro e Petrolina.

N.º 146-51 — Estabelece a Semana Nacional da Educação.

N.º 149-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado à Universidade de São Paulo.

N.º 150-51 — Autoriza a abertura ao Departamento Administrativo do Serviço Público do crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00.

N.º 153-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.850.589,00, a fim de atender ao pagamento da contribuição do Brasil em 1950, a organismos internacionais.

N.º 154-51 — Modifica incisos de ns. 1 e 2 da Lei n.º 1.249, de 1 de dezembro de 1950.

N.º 156-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 9.960,00 para pagamento a um suplente de Vogal de Empregados da 6.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal.

N.º 157-51 — Inclui cargos de Professor Catedrático no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde (Faculdade de Direito do Ceará).

N.º 158-51 — Extingue o Departamento Administrativo de Recuperação do Material e dá outras providências.

N.º 160-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00, para ocorrer às despesas de um monumento a ser oferecido à Cidade Brasil, nos Estados Unidos da América.

N.º 161-51 — Modifica o art. 8.º da Lei n.º 607, de 6 de janeiro de 1949, que altera a carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

N.º 163-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional da 1.ª Região — crédito especial de Cr\$ 80.000,00, para pagamento dos suplentes dos Presidentes das Juntas de Niterói.

N.º 167-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 9.000,00, para pagamento de diferença de aluguel do prédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

N.º 170-51 — Concede auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 para os festejos comemorativos do 4.º centenário da fundação de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo.

N.º 171-51 — Autoriza a alienação, aos servidores do Território do Guaporé e da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de imóveis residenciais pertencentes ao Patrimônio Nacional, localizados nas cidades de Pôrto Velho e Guajará-Mirim.

N.º 173-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 330.222,90 para pagamento de despesas diversas efetuadas pelo mesmo Ministério.

N.º 174-51 — Altera a carreira de Alfaiate do Quadro Permanente do Ministério da Guerra.

N.º 180-51 — Reestrutura carreiras privativas do Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça.

N.º 183-51 — Modifica o § 2.º do art. 66 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral).

N.º 191-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 42.120,00 para o fim que especifica.

N.º 194-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 19.803.420,00, para o fim que especifica.

N.º 196-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de..... Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas com a Festa Nacional do Trigo a realizar-se em Bagé, Rio Grande do Sul.

N.º 207-51 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 29.150.000,00, destinado à execução das obras de acesso à Cachoeira de Paulo Afonso.

N.º 208-51 — Concede pensão mensal a Benvinda de Holanda Moreira.

N.º 210-51 — Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios de Pôrto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Gravataí e Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

N.º 217-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 2.404.190,90, para atender ao pagamento de contribuição do Brasil ao programa de cooperação técnica para o desenvolvimento econômico dos países americanos.

N.º 226-51 — Suspende o pagamento das prestações a que estão obrigados os pecuaristas reajustados em face da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949, nos municípios compreendidos no Polígono da Sêca.

N.º 230-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00 destinado ao pagamento dos servidores da Navegação da Amazônia e da Administração do Pôrto do Pará.

N.º 239-51 — Retifica a Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, e dá outras providências.

N.º 243-51 — Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

N.º 246-51 — Abre ao Congresso Nacional o crédito suplementar de..... Cr\$ 1.039.073,80 e o crédito especial de Cr\$ 1.700.000,00, respectivamente ao Senado Federal e a Câmara dos Depu-

tados, para pagamento de gratificação por serviços extraordinários.

N.º 252-51 — Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos ao Ministério da Agricultura.

N.º 263-51 — Investe no posto de Marechal do Exército e Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes.

N.º 264-51 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — de crédito suplementar de Cr\$ 3.726.367-40, como reforço das Verbas do Anexo n.º 26, do Orçamento em vigor.

N.º 273-51 — Dispõe sobre recursos financeiros para a Fundação da Casa Popular, altera a lei de Sêlo e dá outras providências.

N.º 286-51 — Estabelece preços mínimos para o financiamento cu aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional.

N.º 288-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00, para atender, no corrente exercício, às despesas destinadas à participação do Brasil em congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro.

N.º 290-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de Cr\$ 15.387.400,00, para cumprimento do que dispõe o art. 16 da Lei n.º 1.254, de 4-12-50, que organiza o sistema federal do ensino secundário.

N.º 298-51 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de Cr\$ 5.021.310,00, destinado à Universidade da Bahia para reconstrução e reaparelhamento da sua Faculdade de Medicina.

N.º 300-51 — Dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções.

N.º 303-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 1.169.532,20 para atender ao pagamento de despesas com a Justiça Eleitoral.

N.º 327-51 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, do crédito suplementar de Cr\$ 4.562.810,00, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça Eleitoral.

N.º 236-51 — Retifica a Lei número 1.249, de 12-12-50, que orça a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeira de 1951.

N.º 241-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça, do crédito especial para pagamento dos proventos de disponibilidade dos ex-servidores dos extintos territórios de Iguazu e Ponta Porã.

N.º 258-51 — Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 14.400.000,00, destinado às despesas complementares da construção de edifícios e instalações de maquinaria para uma fábrica de munição.

N.º 119-51 — Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$.. 13.327,40, destinado à regularização de despesa do exercício de 1949.

N.º 127-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.820.000,00, para pagamento de despesas realizadas pela Viação Férrea Leste Brasileiro.

N.º 128-51 — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Euripedes Nunes dos Santos.

N.º 131-51 — Concede à Sociedade Brasileira de Urologia o auxílio de Cr\$ 480.000,00, para o VI Congresso Brasileiro de Urologia e para o custeio da Delegação no V Congresso Americano e IV Mexicano de Urologia.

N.º 133-51 — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Albino Joaquim de Almeida, falecido em virtude de acidente.

N.º 212-51 — Concede pensão especial à viúva e filhos de Pedro Ferreira da Silva.

N.º 216-51 — Concede pensão especial à Antônia Benevides dos Santos, na importância de Cr\$ 212,10 mensais.

N.º 242-51 — Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

N.º 261-51 — Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados pela Creche Regina Apostolorum, de Sete Lagoas, e outras instituições.

N.º 267-51 — Cria, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas o

5.º Distrito, com sede em Natal, Rio Grande do Norte.

N.º 274-51 — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Humberto Mota Espezim, falecido em virtude de acidente em serviço.

N.º 315-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 76.789,70, destinado ao pagamento de gratificação por serviços eleitorais devida a Juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará.

N.º 341-51 — Autoriza a abertura, ao Congresso Nacional — Senado Federal — um crédito especial de Cr\$ 898.971,70, para pagamento de salário família e de gratificação adicional aos funcionários da Secretaria do Senado — e um suplementar de Cr\$ 1.693.969,80, em reforço da verba des-

tinada ao pagamento de ajuda de custo devida aos Senadores.

N.º 332-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Estado Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de Cr\$ 150.000.000,00, à verba 2 — Material do Anexo n.º 6, da Lei número 1.249, de 1.º de dezembro de 1950.

N.º 347-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do Crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00.

N.º 361-51 — Autoriza o Poder Executivo a dar garantia do Tesouro Nacional a operações de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00, destinadas ao reaparelhamento de portos e ferrovias, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e de desenvolvimento de indústrias básicas de agricultura.

B) PROJETOS DE LEI DA CÂMARA EMENDADOS PELO SENADO E A ELA DEVOLVIDOS COM EMENDAS

Número no Senado — Ementa

Nº 201-47 — Reorganiza a Contadoria Geral da República e dá outras providências.

Nº 182-48 — Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Nº 466-48 — Altera as disposições do Código do Processo Civil, relativas ao mandado de segurança.

484-48 — Cria a Comissão Nacional de Belas Artes, o Salão Nacional de Belas Artes, o Salão de Arte Moderna, e dá outras providências.

Nº 15-49 — Autoriza aos profissionais de farmácia a responderem pela farmácia de que sejam proprietários há mais de dois anos, desde que possuidores de títulos de habilitação.

271-49 — Estabelece a obrigatoriedade da representação pelas companhias teatrais, nacionais, de peças de autores brasileiros.

Nº 379-49 — Autoriza o Poder Executivo a contratar com o Banco do Brasil S.A. o financiamento de máquinas agrícolas e de animais de tração, destinados à agricultura.

Nº 384-49 — Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº 24.508, de 29 de junho de 1934 e revoga-lhe o artigo 20 e seu parágrafo.

Nº 425-49 — Regula o processo das contravenções definidas nos arts. 58 e 60 do Decreto-lei nº 2.259, de 10 de fevereiro de 1944.

Nº 442-49 — Cria em Diamantina, Minas Gerais, o Museu de Diamante e a Biblioteca Antônio Tórres.

Nº 451-49 — Concede anistia aos condenados ou processados por motivo de greve e crimes conexos.

Nº 463-49 — Altera dispositivos das Leis ns. 33, de 13 de maio e 160, de 20 de novembro, ambas de 1947, e dá outras providências.

Nº 86-50 — Concede auxílio à Campanha de Educandários Gratuitos e dá outras providências.

Nº 56-50 — Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras a materiais importados pelo Estado do Rio Grande do Sul e destinados à instalação de usinas elétricas.

Nº 90-50 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00 para auxiliar as obras e instalações dos serviços de luz e força da cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Nº 170-50 — Autoriza o Ministério da Fazenda a regularizar a situação dos lotes de terreno situado no local denominado Vila Turismo, na Avenida dos Democráticos, Estação de Carlos Chagas, no Distrito Federal.

Nº 176-50 — Concede pensão especial de Cr\$ 825,00 mensais a Helena Pereira Muniz, viúva do ex-guarda civil Nestor Muniz de Medeiros Filho.

Nº 236-50 — Dispõe sobre o financiamento destinado a preparar os danos causados à pecuária pela estiagem que assolou o Sul do País.

Nº 240-50 — Concede pensão especial de Cr\$ 150,00 à mãe do extranumerário-diarista da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, José Raimundo da Silva.

Nº 246-50 — Dispõe sobre a marcação de volumes que contiverem produtos brasileiros destinados à exportação para o estrangeiro.

Nº 268-50 — Concede isenção de direitos de importação e demais taxas

aduaneiras para 12 locomotivas elétricas e outros materiais encomendados pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

N.º 275-50 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito suplementar de Cr\$ 58.480.856,50, em reforço da verba que especifica.

N.º 322-50 — Autoriza a abertura do crédito suplementar de Cr\$ 53.200,00 para pagamento de substituições no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

N.º 338-50 — Autoriza declarar de utilidade pública a "Bandeira de Piratininga".

N.º 342-50 — Dispõe sobre o casamento dos funcionários da carreira de diplomata.

N.º 345-50 — Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá para o quinquênio de 1949-1953.

N.º 353-50 — Autoriza a abertura do crédito suplementar de Cr\$ 20.000,00 para pagamento de salário-família ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

N.º 356-50 — Abre o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado a auxiliar a Prefeitura Municipal de Blumenau, nas comemorações do primeiro centenário da fundação do núcleo colonial, hoje cidade do mesmo nome, em Santa Catarina.

N.º 360-50 — Altera dispositivo do Decreto-lei n.º 8.700, de 17 de janeiro de 1946, que dispõe sobre o provimento em cargos da classe inicial da carreira de Oficial Administrativo.

N.º 1-51 — Autoriza a abertura, ao Tribunal de Contas, do crédito suplementar de Cr\$ 48.000,00 para atender a despesas com substituições.

N.º 11-51 — Reconhece aos ex-encomendados e escrevões de Postos Fiscais extintos no Território do Acre, os direitos Assegurados na Lei n.º 3.454, de 1.º de janeiro de 1918 e confirmados pelo Decreto n.º 15.220, de 29 de setembro de 1921 e dá outras providências.

N.º 23-51 — Faculta, a título precário, o magistério secundário aos portadores

de diploma expedido por estabelecimento de ensino superior.

N.º 33-51 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 em favor do IV Congresso Nacional de Jornalistas, e dá outras providências.

N.º 36-51 — Cria nove lugares de desembargador no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, elevando, assim, o número de seus membros componentes, e dá outras providências.

N.º 50-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 19.658.635,60, para pagamento de indenização à Cia. Mate Laranjeiras S/A.

N.º 53-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 20.000,00 para prosseguimento da Campanha Nacional contra a tuberculose.

N.º 77-51 — Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos de Sergipe e dá outras providências.

N.º 106-51 — Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 4.333.969,80 para atender a despesas com a Justiça Eleitoral.

N.º 111-51 — Modifica a Lei número 1.102, de 18 de maio de 1950 (Plano Salte).

N.º 168-51 — Altera a legislação do imposto sobre a renda.

N.º 262-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito suplementar de Cr\$ 1.170.000,00 em reforço de dotações do Anexo 26 do Orçamento vigente.

N.º 264-51 — Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — do crédito suplementar de Cr\$ 3.726.367,40, como reforço das verbas 1 — Pessoal — e 2 — Material — do Anexo n.º 26 do Orçamento em vigor.

N.º 243-51 — Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

C) PROJETOS DE LEI DA CÂMARA REJEITADOS EM 1951

Nº do Senado — Ementa — Data da rejeição.

Nº 275-47 — Estabelece não constituir óbice a prestação de exames em primeira época a falta de frequência às aulas de Educação Física — 20-6-51.

Nº 81-48 — Modifica a tarifa das alfândegas, mandada executar pelo Decreto-lei nº 2.878, de 18 de dezembro de 1940 — 3-7-51.

Nº 314-48 — Dispõe sobre a fundação e concessão de auxílio à Associações com finalidade de educação física ou prática desportiva. — 19-9-51.

Nº 406-48 — Aprova o ato do Presidente da República, de 9 de julho de 1946, sobre a realização da despesa relativa ao pagamento da importância de Cr\$ 521.724,50, proveniente de restituição de imposto de renda do exercício de 1942, à firma Klabin Irmãos & Cia. — 26-4-51.

Nº 24-49 — Concede auxílio ao Conselho Nacional das Associações dos Ex-Combatentes do Brasil, para a realização da II Convenção Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil. — 3-9-51.

Nº 248-49 — Assegura pensão mensal a Alice Leonardos da Silva Lima, viúva do Major da Reserva de 2ª classe do Exército Antônio Caetano da Silva Lima — 21-9-51.

Nº 339-49 — Autoriza o Poder Executivo a criar uma agência telegráfica no Distrito de Cubatão, Município de Santos, Estado de São Paulo — 25-7-51.

Nº 349-49 — Estende os favores da Lei nº 369-A, de 9 de setembro de 1948. — 15-6-51.

Nº 500-49 — Estabelece concurso de títulos para provimento dos cargos de

classificadores de produtos de origem vegetal. — 5-9-51.

Nº 29-59 — Concede pensão a Eulina Emerenciano China. — 24-9-51.

Nº 44-50 — Regula a liquidação da dívida que o Governo do Paraguai assumiu para com os brasileiros que sofreram prejuízos durante as operações de guerra no conflito armado havido entre aquele país o Brasil. 14-5-51.

Nº 54-50 — Autoriza o Poder Executivo a permitir que a Faculdade de Direito do Ceará integre a Universidade do Ceará. — 4-12-51.

Nº 72-50 — Isenta de engajamento os sargentos das Forças Armadas que contarem mais de 10 anos de serviços ininterruptos. — 4-9-51.

Nº 79-50 — Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço para aposentadoria e licença prêmio. 4-9-51.

Nº 108-50 — Auxilia a Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo com a importância de Cr\$ 10.000.000,00, para as obras do seu hospital. — 6-11-51.

Nº 109-50 — Concede anistia aos eleitores que deixaram de votar nas eleições desde 2 de dezembro de 1945. — 1-6-51.

Nº 122-50 — Revoga dispositivos da Lei nº 369-A, de 9 de setembro de 1948. — 7-7-51.

Nº 126-50 — Autoriza o exercício do magistério aos alunos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que hajam concluído o 3º ano e estejam matriculados no 4º ano. — 19-7-51.

Nº 190-50 — Autoriza a instituição, durante o ano de 1950, de um serviço especial de telegramas de texto fixo, por meio de uma taxa reduzidíssima. — 13-4-51.

N.º 195-50 — Exime de licença prévia e concede isenção de direitos aduaneiros aos aparelhos e inseticidas destinados ao combate às pragas da lavoura e dá outras providências. — 8-10-51.

N.º 212-50 — Dispõe sobre a federalização da Faculdade de Direito do Pará. — 24-10-51.

N.º 241-50 — Assegura aos extranumerários mensalistas das Delegacias de Trabalho Marítimo o aproveitamento na classe inicial da carreira de escriturário. — 10-4-51.

N.º 277-50 — Determina o regime de substituições dos Comissários do Departamento Federal de Segurança Pública e dá outras providências. 10-5-51.

N.º 365-50 — Torna obrigatória a participação das classes produtoras nas negociações e na elaboração dos tratados e acordos comerciais. — 21-6-51.
N.º 321-50 — Dispõe sobre a promoção de Oficiais Médicos do Exército 6-6-51.

N.º 344-50 — Dá nova redação aos arts. 10, 11 e 24 do Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil — 29-3-51.

N.º 18-51 — Concede abono de Natal, no exercício de 1950, aos funcionários que especifica — 27-3-51.

N.º 22-51 — Autoriza o Poder Executivo a aplicar a importância de... Cr\$ 1.000.000,00 dotação orçamentária constante da Lei n.º 162, de 1947, na construção da rodovia entre os municípios de Itambé e Macarani, Estado da Bahia — 25-4-51.

N.º 28-51 — Altera o § 1.º do art. 19 e os §§ 1.º e 2.º do art. 20, do Decreto-lei n.º 2.538, de 27 de agosto de 1940, que dispõe sobre a navegação entre portos e aeroportos nacionais — 5 de dezembro de 1951.

N.º 31-51 — Dá nova redação ao art. 574, do Código de Processo Penal — 7-6-51.

N.º 42-51 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de... Cr\$ 75.000.000,00 — 11-4-51.

N.º 61-51 — Assegura aos serventúrios das autarquias o direito ao gozo de licença-prêmio — 9-11-51.

N.º 63-51 — Concede anistia aos eleitores que deixaram de votar a 3 de

outubro de 1950, e dá outras providências — 17-5-51.

N.º 64-51 — Considera de utilidade pública o Centro Espirita Amor e Caridade, de Birigui, Estado de São Paulo — 17-5-51.

N.º 69-71 — Revoga dispositivos do Decreto n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre o casamento de colaterais e restaura o inciso IV do art. 183, do Código Civil — 27-6-51.

N.º 110-51 — Dispõe sobre o exercício da profissão de consertador de carga e descarga, nos portos organizados do país — 4-10-51.

N.º 122-51 — Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Menores, de Santos, São Paulo — 5-9-51.

N.º 125-51 — Declara de utilidade pública a Liga Alagoana contra a Tuberculose, com sede em Maceió — 11 de outubro de 1951.

N.º 132-51 — Declara de utilidade pública a Casa dos Amigos de Santo Antônio, em Porto Alegre — 13-9-51.

N.º 159-51 — Restabelece a vigência do Decreto-lei n.º 8.207, de 22 de novembro de 1945 — 26-11-51.

N.º 164-51 — Declara de utilidade pública a Confederação Nacional de Círculos Operários, com sede no Rio de Janeiro — 3-10-51.

N.º 175-51 — Ajusta aos termos da Consolidação das Leis do Trabalho os contratos de locação de trabalho ou de serviços estabelecidos em termos e condições especiais. — 28-11-51.

N.º 184-51 — Considera de utilidade pública a Associação dos Repórteres Fotográficos do Estado de São Paulo — 28-11-51.

N.º 187 — Considera de utilidade pública a Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo — 28-11-51.

N.º 193-51 — Considera de utilidade pública o Centro dos Amigos de São Sebastião, com sede em Santos, São Paulo — 28-11-51.

N.º 197-51 — Declara de utilidade pública a Associação Paulista de Propaganda — 28-11-51.

N.º 198-51 — Declara de utilidade pública a Federação Brasileira de Homeopatia — 11-10-51.

N.º 203-51 — Modifica o art. 350 do Código do Processo Penal — 6-11-51.

N.º 205-51 — Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Nutricionistas — 7-11-51.

N.º 233-51 — Declara de utilidade pública a Associação Profissional dos Ferroviários da Noroeste do Brasil — 28-11-51.

N.º 234-51 — Declara de utilidade pública a Associação Beneficente dos Funcionários Públicos do Estado do Amazonas — 24-10-51.

285-51 — Suspende o pagamento de importâncias relativas a consignação em folha dos meses de novembro e dezembro de 1951 — 21-11-51.

N.º 358-49 — Autoriza o Poder Executivo a ampliar a capacidade da usina geradora de energia elétrica da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, em Serrinha, Estado da Bahia, e dá outras providências — 13-12-51.

N.º 281-51 — Declara de utilidade pública o Clube Náutico Capibaribe, da cidade de Recife, Estado de Pernambuco — 13-12-51.

N.º 224-51 — Declara de utilidade pública a Fundação Sorocaba, em Sorocaba, Estado de São Paulo — 14 de dezembro de 1951.

N.º 302-51 — Declara de utilidade pública a União do Pessoal Civil da Fábrica de Cartuchos do Realengo — 14 de dezembro de 1951.

D) PROJETOS ORIGINÁRIOS DO SENADO
EMENDADOS PELA CÂMARA

PLSF-33-48 — Autoriza o Governo a contratar, mediante concorrência pública, a construção e aparelhamento do pôrto de Amarração, no Estado do Piauí;

PLSF-39-49 — Altera os arts. 11,

132, 142, 486, 487 e 654, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1-5-43 — Consolidação das Leis do Trabalho.

PLSF-46-49 — Dispõe sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República pelo Congresso Nacional.

E) PROJETOS DE LEI DO SENADO ENCAMINHADOS À CÂMARA EM 1951

Ementa

N.º 3-49 — Dispõe sobre a aplicação do Plano Ferroviário Nacional, no setor Ceará-Piauí.

47-49 — Permite aos empregados das empresas de natureza comercial e industrial a cargo do governo da União ou das suas instituições autárquicas, consignar em fôlha de pagamento até 50% dos proventos em favor de sociedade cooperativa de consumo da qual seja sócio.

13-50 — Considera de utilidade pública a Caixa Operária Beneficente, de Santanópolis, Estado do Ceará.

28-50 — Dispõe sobre a instituição da Ordem do Mérito do Engenheiro e dá outras providências.

43-50 — Fixa normas para o aproveitamento dos diplomados pelo Instituto de Óleos.

50-50 — Permite a promoção de 1.ºs e 2.ºs Tenentes Aviadores ao posto imediato, quando houver vagas, satisfeitas as exigências regulamentares.

58-50 — Considera de utilidade pública o Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército, com sede na cidade de

Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

7-51 — Dispõe sobre a contagem de tempo de Escola, dos alunos da Escola Veterinária do Exército — Curso de formação de Oficiais Veterinários.

9-51 — Considera de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Filosofia, com sede na Capital da República.

N.º 10-51 — Manda erigir, na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, monumento à memória de Pedro Teixeira, em consagração do movimento de que resultou a incorporação da Amazônia ao território nacional.

N.º 18-51 — Modifica as penas de crimes contra a economia popular e altera o seu processo no Distrito Federal.

N.º 21-51 — Retifica o art. 1.º da lei n.º 1.251, de 2-12-50, que declarou de utilidade pública o Instituto Brasileiro de História da Medicina.

N.º 29-51 — Autoriza o Poder Executivo a participar da comemoração do centenário da Província do Amazonas.

N.º 43-51 — Dispõe sobre o regime de férias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

F) PROJETOS DE LEI DO SENADO REJEITADOS EM 1951

Ementa — Data da rejeição

Nº 27-47 — Autoriza o Poder Executivo a mandar proceder às ligações telegráficas, radiotelagráficas ou telefônicas das localidades que especifica. — 2-8-51.

Nº 16-49 — Transfere para a União as Faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia de São Luís (Maranhão) da Fundação "Paulo Ramos" e dá outras providências — 14-5-51.

Nº 32-49 — Cria o estoque de reserva estratégica da borracha para a defesa nacional, à disposição dos Ministérios militares — 25-4-51.

Nº 40-49 — Isenta de taxas de matrícula e exames nos estabelecimentos de ensino da União, e nos fiscalizados pela mesma, os filhos de família numerosa — 6-12-51.

Nº 43-49 — Concede à "Casa de Juvenal Galeno", sociedade de natureza cultural, o auxílio de Cr\$ 150.000,00. — 2-7-51.

Nº 5-50 — Cria o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, subordinado diretamente ao Presidente da República. — 19-9-51.

Nº 6-50 — Dá nova redação ao artigo 1.139 do Código Civil.

Nº 23-50 — Autoriza o Poder Executivo a construir na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, um edifício destinado ao recolhimento de parturientes e que se denominará "Maternidade Santo Antônio de Paraibuna" — 27-7-51.

Nº 35-50 — Dispõe sobre o preenchimento das vagas de catedrático das Faculdades de Ensino Superior. — 25 de maio de 1951.

Nº 48-50 — Autoriza o Governo Federal a manter, além dos estabelecimentos de ensino superior já federalizados, o Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Belas Artes, de Pôrto Alegre e dá outras providências — 3-9-51.

Nº 51-50 — Autoriza o Poder Executivo a conceder à Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba a quantia de Cr\$ 400.000,00, como auxílio à organização do IV Congresso do Triângulo Mineiro — 4-10-51.

Nº 53-50 — Equipara os professores catedráticos já aposentados ou jubilados das universidades e escolas superiores federalizadas, aos servidores federais das mesmas categorias e condições e dá outras providências — 4 de abril de 1951.

Nº 56-50 — Dispõe sobre a promoção de oficiais da reserva remunerada (R.I.), amparados pelo Decreto-lei número 8.013, de 29-9-45 e pela Lei número 421, de outubro de 1948 — 29 de março de 1951.

Nº 60-50 — Põe em execução provisória o disposto na alínea IV do artigo 157, da Constituição Federal e dá outras providências — 18-7-51.

Nº 13-51 — Exonera de pagamento de laudêmios e de foros respectivos um terreno de marinha adquirido pelo Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro — 9-8-51.

Nº 22-51 — Estabelece medidas repressivas de abstenção dos eleitores — 1-8-51.

Nº 26-51 — Reconhece de utilidade pública a "Union Nationalis et Internationalis Totius Energiae Renovatricis" (União Nacional e Internacional

de tãda a Energia Renovadora) Uniter
— 14-11-51.

Nº 36-51 — Cria o tipo de sociedade denominada «cabelaria» e socializa as profissões de cabelereiros, barbeiros, pedicuros e manicuras — 15-10-51.

Nº 39-51 — Dispõe sãbre a aposentadoria dos serventuários da Justiça do Distrito Federal — 26-11-51.

Nº 3-51 — Regula o direito de voto sindical e dá outras providências — 13 de dezembro de 1951.

ANEXO Nº 7

PROJETOS APROVADOS

(Remetidos à sanção e à Câmara)

DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO OS ASSUNTOS

<i>Aeroportos</i>	
Mudança de denominação	3
<i>Agricultura</i>	
Financiamento de máquinas agrícolas e de animais de tração	1
<i>Águas</i>	
Regime de	1
<i>Anistia</i>	
A condenados ou processados por motivo de greve e crimes conexos	1
A condenados por crime de injúria ao Poder Público e seus agentes	1
<i>Artes</i>	
Criação de :	
Com. Nacional de Belas Artes, Salão de Belas Artes e Salão de Artes Moderna	1
<i>Atos internacionais</i>	
Aprovação	17
Autorização para assinar tratado de paz com o Japão	1
<i>Atos do Tribunal de Contas</i>	
1) Manutenção de ato denegatório de registro	46
2) Autorização de registros negados	13
<i>Autarquias</i>	
Aposentadoria de servidores das	*
<i>Auxílios e subvenções</i>	
Modo de pagamento	1
<i>Auxílios especiais</i>	
A Estados	
para comemorações	1
A Municípios	
para comemorações	1
para instalações de serviços de luz e força	1
A entidades privadas	1
<i>Capitania de Portos</i>	
Transferência	1

<i>Casa Popular</i>	
Recursos para a Fundação da	1
<i>Código Brasileiro do Ar</i>	
Alterações	1
<i>Código Eleitoral</i>	
Alterações	2
<i>Código Nacional de Trânsito</i>	
Alterações	2
<i>Código de Processo Civil</i>	
Alterações	1
Mandado de Segurança	1
<i>Comemorações</i>	2
<i>Comissões Parlamentares de Inquérito</i>	1
<i>Cia. Hidro Elétrica de São Francisco</i>	
Aumento de capital	1
<i>Cia. Nacional de Alcalis</i>	
Integralização e aumento de capital	1
<i>Cia. Nacional de Navegação Costeira</i>	
garantia do Tesouro para operação de crédito em favor da	1
<i>Cia. Siderúrgica Nacional</i>	
Aumento de capital	1
<i>Comunicações</i>	
Ferrovias	
Construção	1
<i>Condutores de veículos automotores</i>	
habilitação de	1
<i>Congressos e Conferências</i>	
Auxílios	5
IV — Congresso Nacional de Jornalistas	
VI — Congresso Brasileiro de Urologia	
V — Congresso Americano de Urologia	
IV — Congresso Mexicano de Urologia	
XIII — Congresso da Union Internationale des Avocats	
<i>Congresso Nacional</i>	
Aproveitamento de saldo de verbas orçamentárias	1
<i>Congresso Nacional</i>	
Senado	
Gratificação extraordinária a servidores	2
Alteração de denominação de cargos	2
Aposentadoria de funcionário	2
Regulamento — Alteração	1
Efetivação de interinos	1
Aumento de vencimentos de funcionários	2
Subsídio de Senadores	1
Dispõe sobre a apreciação de vetos da P.D.F.	1

<i>Consolidação das Leis do Trabalho</i>			
Alterações			3
<i>Contas do Presidente da República</i>			2
1947			
1948			
1948			
<i>Contravenções</i>			
Processo			1
Definição de nova			1
<i>Contribuições para órgãos Internacionais</i>			11
Sendo:			
Bureau Brasileiro-Americano do Café			1
Associação Internacional de Cinema Educativo			1
Repartição Internacional de Higiene Pública			1
Repartição Sanitária Pan-Americana			1
Organização Mundial de Saúde			1
Organização de Alimentação e Agricultura			1
Partes contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas aduaneiras			1
Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geo-			
grafia do Instituto Pan-Americano de Geografia e Esta-			
tística			1
Comité Internacional de Algodão			1
Repartição Pan-Americana			1
Associação Interpalamentar de Turismo			1
Programa de cooperação técnica para o desenvolvimento dos			
países americanos			1
<i>Cooperativas</i>			
Consignação em fôlhas em favor das			1
<i>Créditos</i>			
Prorrogação de prazo para créditos especiais			1
<i>Abertura de créditos</i>			86
Sendo:			
ao Congresso Nacional			
<i>Câmara dos Deputados</i>			
especiais (2 projetos)	2.000.000,00		
<i>Senado</i>			
especiais (2 pro-			
jetos)	398.971,70		
suplementares (2			
projetos)	2.733.043,60	3.132.015,30	5.132.015,30
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
à <i>Presidência da República</i>			
<i>Secretaria da Presidência</i>			
especiais (1 projeto)	7.000.000,00		
<i>Dasp</i>			
suplementares (1 projeto)	800.000,00		
<i>Estado Maior das Fôrças Armadas</i>			
suplementares (1 projeto)	150.000,000	7.950.000,00	
	<hr/>		

aos *Ministérios*:

Agricultura

especiais (2 projetos) 516.440,00

Educação

especiais (23 projetos) 205.107.584,70

Fazenda

especiais (2 projetos) 24.627.436,20

suplementares (2 projetos) 68.480.856,50 93.108.292,70

Guerra

especiais (2 projetos) 15.400.000,00

Justiça

especiais (1 projeto) 11.994.394,80

Relações Exteriores

especiais (14 projetos) 30.226.929,30

suplementares (1 projeto) 1.500.000,00 31.726.929,30

Trabalho

especiais (1 projeto) 2.000.000,00

Viação

especiais (8 projetos) 116.538.211,30 476.391.852,80

ao Tribunal de Contas

especiais (1 projeto) 1.350.000,00

suplementares (1 projeto) 48.000,00 1.398.000,00 1.398.000,00

ao Poder Judiciário

Supremo Tribunal Federal

suplementares (1 projeto) 1.170.000,00

Tribunal Federal de Recursos

especiais (1 projeto) 22.400,00

Justiça Eleitoral

especiais (7 projetos) 5.982.291,80

suplementares (4 projetos) 4.641.010,00 10.623.301,80

Justiça do Trabalho

especiais (5 projetos) 459.052,50

suplementares (1 projeto) 3.726.367,40 4.185.419,90 16.001.121,70

Total 506.872.989,50

<i>Despachantes Aduaneiros</i>	
Regula o exercício das funções	I
<i>Diplomatas</i>	
Casamento	I
<i>Economia</i>	
Intervenção no domínio econômico	I
<i>Economia Popular</i>	
Economia popular — crimes contra a	2
<i>Eleições</i>	
Do Presidente e do Vice-Presidente pelo Congresso Nacional ..	I
<i>Emissões</i>	
Transferência para o Tesouro Nacional de parte das emissões e para atender às operações da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil S. A.	I
<i>Empréstimo interno</i>	
Garantia do Tesouro para operação de crédito em favor da Companhia Nacional de Navegação Costeira	I
<i>Empréstimo Externo</i>	
Autorização ao Poder Executivo para dar garantia do Tesouro Nacional a operações de crédito até US\$ 750.000.000,00	I
<i>Ensino Comercial</i>	
Inclusão de cadeira no curso de Ciência Econômica	I
<i>Ensino Superior</i>	
Normas para o aproveitamento de candidatos excedentes do exame de habilitação	I
<i>Exportação</i>	
Marcação de volumes para	I
Licença prévia para a	I
<i>Fôrças Armadas</i>	
<i>Aeronáutica</i>	
Promoção de oficiais	I
Promoção <i>post mortem</i>	I
<i>Fôrças Armadas</i>	
<i>Exército</i>	
Contagem de tempo de Escola dos Oficiais Veterinários	I
Fixação dos efetivos dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços do Exército	I
Reversão do Marechal Mascarenhas de Moraes no posto de Marechal	I
Prorrogação de prazo para concessão de condecorações	I
Inclusão na reserva demunerada e convocação para o serviço ativo do Exército de funcionários do Ministério da Guerra	I
<i>Fôrças Armadas</i>	
<i>Marinha</i>	
Fixação de efetivos dos Oficiais dos Corpos e Juadros	I
Renovação da	I

Transferência para o Corpo de Oficiais da Armada dos Oficiais do Corpo de Engenheiros Navais, em extinção	1
Extinção do Departamento Administrativo de Recuperação do do Material	1
<i>Imóveis</i>	
Autorização para cessão	1
<i>Impôsto de Exportação</i>	
Aumento	3
Bahia	
Piauí	
Maranhão	
<i>Importação</i>	
de papel e materiais de consumo da imprensa	1
Licença prévia para a	1
<i>Impôsto</i>	
Sôbre combustíveis líquidos, reajustamento de	1
<i>Impôsto de Renda</i>	
alteração da legislação	1
aplicação da cota devida aos municípios	1
<i>Impôsto do Sêlo</i>	
Alterações	1
<i>Indenizações</i>	
Créditos para à Cia. Mate Laranjeiras	1
<i>Inquilinato</i>	
Alterações na lei do	1
<i>Isenções de Direitos</i>	
sôbre aumento	1
sôbre artigos importados por particulares	1
por concessionários de serviços públicos por Estados	1
<i>Instituto de Óleos</i>	
Aproveitamento dos diplomados	1
<i>Justiça</i>	
Tribunal Federal de Recursos — Alteração do quadro	1
<i>Justiça do Distrito Federal</i>	
Criação de cargos	1
Construção	1
Férias coletivas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal	1
<i>Lei Orgânica do Distrito Federal</i>	
Alterações	1
<i>Leis Complementares</i>	
A Constituição	
Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República pelo Congresso Nacional	1
<i>Lepra</i>	
Alteração da denominação dos leprocômios	1
<i>Magistério Secundário</i>	
Exercício do ... pelos portadores de diploma expedido por estabelecimentos de ensino suplementar	1

<i>Médicos</i>	
Sanitaristas — Direito de opção pelos vencimentos dos cargos federais, quando na direção de serviços de saúde pública nos Estados	1
<i>Ministérios</i>	
<i>Agricultura</i>	
Normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais	1
<i>Monumentos</i>	1
<i>Municípios</i>	
Autonomia	
(Exclusão de municípios da classificação de bases militares)	1
Aplicação da cota do imposto de renda devida aos municípios	1
<i>Orçamento</i>	
Retificações	3
<i>Pecuária</i>	
Retificações	3
<i>Pecuária</i>	
Financiamento para reparação de danos da estiagem	1
Identificação do gado bovino vacinado contra o abôrto infeccioso	1
Prorrogação de prazo para pagamento de prestações devidas por pecuaristas em virtude de reajustamento de dívida	1
<i>Pensões especiais</i>	14
<i>Plano Salte</i>	
Modificações	1
<i>Portos</i>	
Legislação — Alteração da	1
Construção	1
<i>Prescrição de Direitos</i>	
Relevação	1
<i>Produção Nacional</i>	
Financiamento	1
<i>Profissões</i>	
Regulamentação do exercício da profissão de	1
Condutor de veículos automotores	1
<i>Profissões Liberais</i>	
Criação da Ordem do Mérito do Engenheiro	1
<i>Farmacêuticos</i>	
Autorização para os práticos responderem pela farmácia de que sejam proprietários	1
<i>Sêca</i>	
Prejuízos à pecuária	1
<i>Serviços Públicos</i>	
Reorganização	1
da Contadoria Geral da República	

Serviços Públicos

Construção de prédio para	
Ministério da Guerra	1
Criação	2
Criação de Cargos	
Ministério da Educação	1
Ministério das Relações Exteriores	1
Alteração de carreiras	
Ministério da Guerra	1
Ministério da Justiça e Negócios Interiores	1
Ministério das Relações Exteriores	1
Alteração na Lei de Reajustamento	1

Servidores Públicos

Provisamento de cargos iniciais de Oficial Administrativo	1
Reconhecimentos de direitos	1
Benefícios de família	1
Aproveitamento de interinos	1
Assegura aos médicos sanitaristas na chefia de órgãos de saúde pública, nos Estados — direito de opção pelos vencimentos do cargo federal	1

Taxa

Taxa de remessa de valores para o estrangeiro	1
---	---

Teatro

Obrigações de representarem as companhias nacionais peças de autores brasileiros	1
--	---

Terras da União

Regularização da situação de lotes na Vila — Turismo	1
--	---

Territórios

Divisão Administrativa e Judiciária do Amapá	1
Alienação de imóveis no Território Guaporé, para servidores públicos	1

Tribunal Marítimo

Organização	1
-------------------	---

Trigo

Auxílio para a festa do	1
-------------------------------	---

Tuberculose.

Crédito para prosseguimento da Campanha Nacional contra a tuberculose	1
---	---

Usinas Elétricas

Isenção de impostos para materiais importados	1
---	---

<i>Utilidade Pública</i>	16
--------------------------------	----

Vice-Presidente da República

Autorização para se ausentar do país	1
--	---

ANEXO Nº 8

PROJETOS REJEITADOS

DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO OS ASSUNTOS

<i>Alfândegas</i>		
<i>Tarifa</i>		
Alterações		1
<i>Autarquias</i>		
Licença-Prêmio		1
<i>Auxílios Especiais</i>		
Congressos Médicos		1
Congressos de outra natureza		1
A sociedades culturais		1
A sociedades de beneficiência		1
A maternidades		1
<i>Boraccha</i>		
Criação do estoque de reserva estratégica		1
<i>Código Civil</i>		
Alterações		3
<i>Código de Processo Penal</i>		
Alterações		2
<i>Comunicações</i>		
<i>Correios, Rádio, Telégrafos e telefones</i>		
Novas comunicações entre localidades		1
Criação de Agências postal-telegráficas		1
Telegramas sociais		1
<i>Rodovias</i>		
Construção		1
<i>Congresso Nacional</i>		
<i>Senado</i>		
Distribuição de avulsos nas residências dos Senadores		1
Alteração de regulamento da Secretaria		1
Alteração do quadro de funcionários		1
<i>Consolidação das Leis do Trabalho</i>		
Alterações		1
<i>Desportos</i>		
Fundação e concessão de auxílios a Associações com finalidade de educação física ou prática desportiva		1

<i>Divida de Guerra</i>	
Liquidação da dívida do Governo do Paraguai para com particulares brasileiros	1
<i>Energia Elétrica</i>	
Ampliação da capacidade de usina	1
<i>Eleições</i>	
Medidas punitivas contra a abstenção de eleitores	1
Anistia aos eleitores que deixaram de votar	1
<i>Ensino</i>	
Gratuidade do ensino oficial	1
<i>Ensino Militar</i>	
Revoga dispositivos da Lei nº 369-A, de 9-9-48 (aproveitamento de professores interinos, regentes e instrutores interinos da Escola de Aeronáutica, Escola Naval e Escola de Especialistas de Aeronáutica.	
<i>Ensino Secundário</i>	
Falta de freqüência a aulas de Educação Física	1
Exercício do magistério secundário aos alunos das Escolas de Filosofia	1
<i>Ensino Superior</i>	
Preenchimento das vagas de catedrático nas Faculdades de Ensino Superior	1
Federalização de escolas	3
Incorporação de escola a universidade	1
<i>Fôrças Armadas</i>	
Engajamento de sargentos	1
<i>Fôrças Armadas</i>	
<i>Exército</i>	
Promoção de oficiais da reserva remunerada	1
Promoção de oficiais médicos do Exército	1
<i>Fôrças Armadas</i>	
Aproveitamento de professores da Escola de Aeronáutica, da Escola Naval e da Escola de Especialistas de Aeronáutica em exercício em 1947 ou nomeados em 1948	1
<i>Índios</i>	
Criação do Conselho Nacional de Proteção aos	1
<i>Isenção de Tributos</i>	
De laudêmios e foros	1
de direitos de importação em favor de aparelhos de inseticidas	1
<i>Lucros</i>	
Participação dos empregados nos lucros das empresas	1
<i>Pensões especiais</i>	2
<i>Profissões</i>	
Cabeleireiros, barbeiros, pedicuros e manicues	2
Enfermeiros de Companhias de Navegação	1
Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil. — Alterações	1
Consertador de carga e descarga	1

Servidores Públicos

Aposentadoria dos serventuários da Justiça	1
Abono de Natal	1
Aproveitamento de extranumerários	1
Situação dos professores das escolas federalizadas já apontadas ..	1
Suspensão de consignações em fôlha no mês de dezembro	1
Contagem de tempo de serviço	1
Concurso de títulos para classificadores de produtos de origem anual	1
Substituições de comissários no D.F.S.P.	1

Sindicatos

Voto sindical	1
---------------------	---

Terras da União

Doação	1
--------------	---

Tratados comerciais

Participação das classes produtoras nas negociações e na elaboração	1
---	---

Tribunal de Contas

Aprovação de recusa de registro	4
Autorização de registro negado	6

Utilidade Pública

Declaração de	17
---------------------	----

ANEXO Nº 9

INDICAÇÕES APRESENTADAS EM 1951 (SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA)

N.º — Data — Ementa

N.º 3-51 — 2-4-51 — Sobre a obrigatoriedade ou não de ser consultado o Senado pelo Presidente da República, no caso de continuação no poder do Prefeito do Distrito Federal nomeado na Legislatura anterior. (Hamilton Nogueira).

N.º 4-51 — 23-4-51 — Sobre a possibilidade de serem estendidas aos Presidentes dos Diretórios Nacionais dos Partidos Políticos, devidamente registrados, as imunidades e mais garantias asseguradas, inclusive no estado de sítio, aos Senadores e Deputados Federais. (Mozart Lago).

N.º 5-51 — 18-10-51 — Sobre permissão aos senadores e deputados para

aceitar e exercer funções de embaixador ou de ministro plenipotenciário nos países para os quais, em regra, são designados diplomatas de carreira, em caráter permanente. (Mozart Lago).

N.º 6-51 — 20-11-51 — Sobre a conveniência de, nas futuras sessões legislativas, ser comemorado com maior solenidade o "Dia da Bandeira". (Mozart Lago).

N.º 7-51 — Autoriza a Mesa do Senado e elaborar Projeto de Resolução sobre a conveniência do Congresso Nacional dispor de oficinas próprias, autônomas, em que possam ser compostos o "Diário do Congresso Nacional".

ANEXO Nº 10

VETOS PRESIDENCIAIS

A) VETOS PRESIDENCIAIS APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL EM 1951 (SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA)

*Data — Nº do Proj. — C.D. — S.F.
— Ementa — Resultado*

9-5-51 — 1.401-50 — 187-50 — Faz reverter ao Exército o 1.º Ten. Hélio de Albuquerque Lima. — Rejeitado.

9-5-51 — 214-49 — 89-50 — Concede vantagens aos sub-oficiais e sub-tenentes dos Quadros das extintas aviações da Marinha e do Exército que participaram das operações de guerra. — Aprovado.

12-5-51 — 750-49 — 2-51 — Restabelece o Tribunal de Apelação do Território do Acre, com jurisdição extensiva a todos os territórios Federais e dá outras providências. — Aprovado.

11-5-51 — 891-49 — 163-50 — Dispõe sobre a promoção, quando transferidos para a reserva remunerada, dos oficiais, sub-oficiais sub-tenentes e sargentos das Forças Armadas que combateram a revolta de 1910. — Aprovado.

15-5-51 — 844-48 — 337-49 — Dispõe sobre a transferência para a reserva remunerada, no posto imediatamente superior, de oficiais da ativa das Forças Armadas. — Aprovado.

18-5-51 — 970-48 — 457-48 — Autoriza o Governo Federal a expedir títulos definitivos de propriedade em favor dos atuais colonos dos Núcleos Coloniais São Bento, Sta. Cruz e Tinguá e revoga a alínea *b* do art. 19 do Decreto-lei n.º 6.117, de 16-12-47 — Aprovado.

18-5-51 — 799-48 — 358-48 — Faculta o ingresso no Quadro do Exército ativo aos oficiais subalternos e capitães da reserva, de 2.ª classe e de 2.ª linha, médicos, convocados para o Serviço de Saúde de Guerra e dá outras providências. — Aprovado.

22-5-51 — 27-48 — 156-50 — Introduce modificações no Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal. — Aprovado.

22-5-51 — 698-48 — 235-48 — Dispõe sobre o exercício dos cargos em comissão e das funções gratificadas. — Aprovado.

30-6-51 — 1.030-49 — 39-50 — Dispõe sobre a classificação das tesourarias subordinadas às repartições de que tratam os arts. 1.º e 2.º da Lei número 403, de 24-9-48. — Aprovado.

1-9-51 — 367-48 — 5-49 — Dispõe sobre a profissão de Economista. — Aprovado.

16-10-51 — 332-49 — 52-50 — Altera dispositivos da Lei do Imposto de Consumo — Aprovado.

10-11-51 — 1.112-49 — 359-50 — Reajusta o imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos. — Aprovado.

13-11-51 — 569-48 — 164-50 — Concede auxílio às duas primeiras indústrias que se instalarem em cada região geo-econômica do país para produção de inseticidas. — Aprovado.

14-11-51 — 552-49 — 324-50 — Assegura aos ex-funcionários interinos da carreira de Oficial Administrativo aprovados no último concurso preferência para nomeação e dá outras providências. — Aprovado.

22-11-51 — 161-48 — 288-49 — Modifica a Tarifa das Alfândegas mandada executar pelo Decreto-lei número 2.878, de 19-12-40. — Aprovado.

10-12-51 — 9-47-3-48 — 15-49 — Autoriza os práticos de farmácia a responderem pelos estabelecimentos de que sejam proprietários há mais de dois anos, desde que possuídores de títulos de habilitação — Aprovado.

B) VETOS PRESIDENCIAIS AINDA NÃO APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

*Número do projeto — Na C.D. —
No S.F. — Ementa*

325-50 — 45-51 — Considera incluídos nas reserva remunerada do Serviço de Intendência do Exército e convocados para o serviço ativo os funcionários do Ministério da Guerra.

121-C-50 — 300-51 — Disção sobre o pagamento de auxílios e subvenções.

Dispositivos vetados:

§§ 4º e 5º do art. 4º, art. II e seus parágrafos.

Após a apresentação deste relatório foram vetados mais os seguintes projetos:

*Nº na Câmara — Nº no Senado —
Ementa*

550-47 — 201-47 — Reorganiza a Contadoria Geral da República.

Dispositivos vetados:

Art. 10º e tabela anexa.

605-50 — 23-51 — Faculta o exercício do magistério secundário aos portadores de diplomas de ensino superior.

Veto total.

842-50 — 39-49 — Altera os artigos 11, 132, 142, 486, 487 e 654 do De-

creto-lei nº 5.452, de 1-5-43 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Dispositivos vetados:

Art. 11 e seu parágrafo;
§ 1º do art. 486.

1.014-49 — 11-51 — Reconhece aos Ex-Encarregados e Escrivães de Postos Fiscais extintos do Território do Acre, os direitos assegurados na Lei nº 3.454, de 6-1-18 e confirmados pelo Decreto nº 15.220, de 29-9-21, e dá outras providências.

866-48 — 432-48 — Estabelece, entre os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, comunidade de serviços médicos para para combate à tuberculose e outras moléstias nocivas à coletividade, cria o Conselho de Medicina da Previdência Social e dá outras providências.

588-51 — 243-51 — Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

Parte vetada: as expressões «no corrente exercício», do art. 32 (referentes à vigência do crédito aberto para atender as despesas de pessoal e material necessárias à execução da lei no Distrito Federal e nos Territórios.

ANEXO Nº 11

VETOS DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL APRECIADOS EM 1951

- Nº — *Data* — *Assunto* — *Resultado*
- Nº 1 — 8-6-51 — Dispõe sobre horário de bondes, cobranças de passagens e dá outras providências. *Aprovado.*
- Nº 2 — 18-7-51 — Autoriza o Prefeito a declarar de utilidade pública, para imediata desapropriação, imóveis ocupados por colégios particulares e sob ação de despejo. *Aprovado.*
- Nº 3 — 2-8-51 — Dispõe, para efeito de jubilação, sobre a contagem de tempo, de serviço dos professores primários que se matricularam ou concluíram o curso da antiga Escola Normal, sob o regime do Decreto nº 2.100, de 14-1-49. *Aprovado.*
- Nº 4 — 31-10-51 — Reconhece, em benefício dos Despachantes da Prefeitura do Distrito Federal, o direito de aposentadoria pelos cofres públicos e dá outras providências.
- Nº 5 — 29-11-51 — Dispõe sobre a escolha de nomes para membros do Conselho de Recursos do Distrito Federal.
- Nº 6 — 4-12-51 — Altera o art. 6º da Lei nº 481, de 2-10-50, sobre investidura nos cargos da carreira de Fiscal. *Aprovado.*

ANEXO Nº 11-A

VETOS DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL

Ainda não apreciados pelo Senado :

- N. 7 — 4-12-51 — Dispõe sobre transportes urbanos de camionetes ou micro-ônibus;
- N. 8 — 10-12-51 — Determina a inclusão da Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo e do Instituto de Serviço Social da Universidade do Distrito Federal.

ANEXO Nº 12

ESCOLHAS DE AUTORIDADES APROVADAS PELO SENADO EM 1951 (SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA)

Data — Nome — Cargo

20-4-51 — Dr. João Carlos Vital — Prefeito do Distrito Federal.

2-5-51 — João Emílio Ribeiro — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo do Panamá.

14-5-51 — Dr. Mário Guimarães — Ministro do Supremo Tribunal Federal.

14-5-51 — Pedro de Alcântara Nabuco de Abreu Filho — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo de Honduras.

25-5-51 — Desembargador Nelson Hungria Hoffbauer — Ministro do Supremo Tribunal Federal.

24-7-51 — Caio Melo Franco — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo do Peru.

24-7-51 — Luís Pereira Ferreira de Faro Jr. — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Federal da Alemanha.

20-8-51 — João Batista Luzardo — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Argentina.

23-8-51 — Valter Só Jobim — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República do Uruguai.

14-9-51 — General Brasileiro Americano Freire — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo do Paraguai.

8-10-51 — Argeu de Segadas Machado Guimarães — Ministro Plenipo-

tenciário junto ao Governo da Tchecoslováquia.

6-11-51 — Abelardo Bretanha Bueno do Prado — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Índia.

14-11-51 — José Fabrino de Oliveira Baião — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo de Israel.

27-11-51 — Jorge Latour — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo da Finlândia.

27-11-51 — Paulo Hasslocher — Embaixador Extraordinário junto ao Governo da República Dominicana.

7-12-51 — Cyro de Freitas Vale — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo do Chile.

7-12-51 — Heitor Lira — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo do Canadá.

14-12-51 — Wergniaud Wanderley — Ministro do Tribunal de Contas da União.

14-12-51 — Silvio Ribeiro de Carvalho — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo da Costa Rica.

14-12-51 — Temístocles da Graça Aranha — Ministro Plenipotenciário junto ao Governo da Etiópia.

14-12-51 — Rui Pinheiro Guimarães — Ministro Plenipotenciário junto ao Rei da Grécia.

15-12-51 — Manuel Cantuária Guimarães — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo do Haiti.

ANEXO N.º 13

A — MENSAGEM AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO SÔBRE A DEMORA NA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELO SENADO FEDERAL

Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Na realização do papel constitucional que lhe cabe, como câmara iniciadora ou revisora de leis, é frequente sentir o Senado Federal a necessidade de se dirigir, por iniciativa de suas Comissões ou dos próprios Senadores, a órgãos da administração federal, para lhes solicitar pronunciamento ou informações sobre assuntos pertinentes a projetos em elaboração.

2. Acontece, porém, que nem sempre as entidades consultadas atendem, ou atendem prontamente, às solicitações formuladas. Em alguns casos deixa de ser prestada colaboração julgada útil ou necessária à obra legislativa do país, e, noutros, desaparece, com a demora, a possibilidade de se aproveitarem os elementos fornecidos, ou se retarda demasiadamente a adoção de medidas quiçá reclamadas pela coletividade.

3. É óbvia a conveniência de recorrerem os legisladores, em certos casos, às autoridades executoras das leis, para lhes conhecer a experiência ou as observações sobre os problemas em causa, antes da fixação definitiva de normas cuja aplicação, posteriormente, lhes irá caber.

4. É evidente, porém, que a possibilidade de utilização desses subsídios depende muito da presteza com que sejam fornecidos, tanto mais quanto as Comissões técnicas do Senado, nos termos do Regimento a que estão sujeitas, só dispõem de quinze dias para o preparo dos seus pareceres, prazo que não pode ser excedido sem prejuízo para o rendimento da atividade

desta casa, já de si muito prejudicada por fatores inúmeros que a dificultam, como a falta de instalações adequadas e de órgãos consultivos que lhe prestem, permanentemente, assistência técnica no estudo dos variadíssimos assuntos sobre os quais lhe cumpre legislar.

5. Por outro lado, e de toda a conveniência, para o bem do Brasil, que haja um estreito intercâmbio entre o Legislativo e o Executivo, no sentido do aprimoramento da obra legislativa do país.

6. Assim entendendo, a Presidência do Senado tem procurado trazer os órgãos administrativos mais altamente qualificados a par das medidas em elaboração nesta casa do Congresso, tomando a iniciativa de enviar-lhes elementos de estudo que, a seu ver, lhes possam interessar, e estimaria que, em compensação, esses mesmos órgãos, não só encaminhassem ao Senado, por intermédio dos seus relatores em tempo oportuno as suas ponderações e sugestões, mas também, quando consultados, respondessem às consultas rapidamente.

7. Ao ter a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, nesta oportunidade, permito-me solicitar sejam feitas nesse sentido as necessárias recomendações às autoridades competentes.

8. Para ilustrar o assunto, julgo oportuno juntar uma relação das consultas e pedidos de informações que presentemente se acham sem resposta.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de meu respeitoso apreço.

Em 28 de junho de 1951. — *João Café Filho.*



B -- INFORMAÇÕES E PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS PELAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Departamento Administrativo do Serviço Público:

Of. CJ-64, de 28-9-51, solicitando esclarecimento sobre a conveniência de conversão em lei do Projeto de Lei do Senado n.º 10, de 1950, que regula a aposentadoria do pessoal auxiliar da Delegacia do Tesouro no Exterior.

Ministério da Fazenda:

Of. CJ-38, de 29-9-51, solicitando informações sobre o projeto de Lei da Câmara n.º 178-50, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 308.799.977,60, para ocorrer às despesas relativas à sentença proferida pelo Juízo Arbitral, instituído pelo art. 12 do Decreto-lei n.º 9.521, de 26-7-46, modificado pelos Decretos-lei 4.648, de 2-9-42 e 7.024, de 6-11-44, que regulam o destino dos bens deixados por Henrique Lage.

Of. CJ-61, de 18-9-51, solicitando esclarecimentos sobre o projeto de Lei da Câmara n.º 165, de 1951, que dá garantia do Tesouro Nacional a aval do Banco do Brasil nas promissórias de responsabilidade do Loide Brasileiro.

Of. CJ-70, de 4-7-51, solicitando informações sobre o projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1951, que altera a legislação de Bolsas de Valores e dá outras providências.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Of. CJ-37, de 29-9-51, solicitando informações sobre o projeto de Lei da Câmara n.º 178, de 1950, que autoriza a abertura pelo Ministério da Fazenda do crédito especial de Cr\$ 308.799.977,60, para ocorrer às despesas relativas à sentença proferida pelo Juízo Arbitral, instituído pelo art. 12 do Decreto-lei n.º 9.521, de 26-7-46,

modificado pelos Decretos-leis 4.648, de 2-9-42 e 7.024, de 6-11-44, que regulam o destino dos bens deixados por Henrique Lage.

Of. CJ-79, de 12-11-51, solicitando informações sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 85, de 1951, que cria o Ministério da Saúde e Assistência.

Of. CJ-56, de 4-9-51, solicitando informações sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 114, de 1951, que declara de utilidade pública a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, com sede no Distrito Federal.

Of. CJ-62, de 19-9-51, solicitando esclarecimentos sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 147, de 1951, que considera de utilidade pública a Casa Betânia, entidade de beneficência sediada nesta Capital.

Of. CJ-65, de 28-9-51, solicitando informações sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 179, de 1951, que considera de utilidade pública a Associação dos Seringalistas do Amazonas.

Of. CJ-67, de 28-9-51, solicitando informações sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 172, de 1951, que altera os §§ 3.º, e 4.º e 5.º do art. 14 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Of. CJ-71, de 4-7-51, solicitando informações sobre o projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1951, que altera a legislação de Bolsas de Valores e dá outras providências.

Tribunal Superior Eleitoral:

Of. CJ-83, de 5-12-51, solicitando informações sobre o projeto de Lei da Câmara n.º 298, de 1950, que altera a organização do Quadro do Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Ministério da Agricultura:

Of. C.F. n.º 2, de 12-1-51, consultando sobre a conveniência do Proje-

to de Lei do Senado n.º 36, de 1949, que autoriza o loteamento da área emancipada do Núcleo Colonial Santa Cruz.

Of. C.F. n.º 38, de 28-6-51, consultando sobre a conveniência do Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1948, que extingue o Serviço de Expansão do Trigo do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Ministério da Educação e Saúde:

Of. C.F., de 12-4-51, consultando sobre a conveniência do Projeto de Lei da Câmara n.º 172, de 1950, que dispõe sobre a inclusão, na classe "J" da carreira de Técnico de Laboratório, dos Microscopistas do extinto Serviço de Saneamento Rural do Ministério da Justiça.

Ministério da Fazenda:

Of. C.F. n.º 7, de 11-5-50, consultando sobre a conveniência do Projeto de Lei do Senado n.º 22, de 1949, que regula a aplicação do art. 15 § 4.º da Constituição Federal, disciplinando a distribuição pelos Municípios, da cota de 10% sobre o imposto de renda.

Of. C.F. n.º 25, de 5-6-51, consultando sobre a conveniência do Projeto de Lei do Senado n.º 52, de 1949, que dispõe sobre as operações de câmbio manual.

Of. C.F. n.º 17, de 27-4-51, consultando sobre a conveniência do Projeto de Lei do Senado n.º 37, de 1950, que modifica disposições do Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945.

Of. C.F. n.º 27, de 5-6-51, consultando sobre a conveniência do Projeto de Lei do Senado n.º 12, de 1951, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Patronato Santa Catarina Labouré, de Piripirí, Piauí, os terrenos e edifícios que, na mesma localidade, serviram às instalações da Comissão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Of. C.F. n.º 8, de 14-4-51, consultando sobre a conveniência do Projeto de Lei da Câmara n.º 253, de 1950, que dispõe sobre as contribuições do Montepio Civil e dá outras providências.

Of. C.F. n.º 40, de 12-7-51, consultando sobre a Conveniência do Projeto de Lei da Câmara n.º 304, de 1950, que modifica o Decreto-lei n.º 8.768, de 21 de janeiro de 1946, que concede aumento aos pensionistas do IPASE e dá outras providências.

Ministério da Guerra:

O. C. F. n.º 20, de 21-7-51, solicitando informações sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 41, de 1950, que concede pensão mensal de Cr\$ 1.000,00 às famílias dos falecidos na explosão dos depósitos de material de Deodoro.

Of. C.F. n.º 20, de 27-4-51, solicitando informações sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 41, de 1950, que concede pensão mensal de Cr\$ 1.000,00 às famílias dos falecidos na explosão dos depósitos de material bélico de Deodoro.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Of. C.F. n.º 39, de 4-7-51, solicitando esclarecimentos sobre a conveniência de ser aprovado o art. 6.º do Projeto de Lei n.º 232, de 1950, que fixa para o quinquênio 1951-1956, a divisão administrativa e judiciária do Território do Acre, e dá outras providências.

Of. C.F. n.º 32, de 13-6-51, solicitando informações sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 52, de 1951, que cria novos órgãos da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Of. C.F. n.º 31, de 12-7-51, solicitando informações sobre a conveniência e oportunidade do Projeto de Lei da Câmara n.º 75, de 1951, que dispõe sobre os cargos de direção e chefia do Departamento Federal de Segurança Nacional.

Ministério da Marinha:

Of. C.F. n.º 16, de 27-4-51, solicitando informações sobre a conveniência do Projeto de Lei do Senado número 44, de 1950, que autoriza o Poder Executivo a constituir uma comissão para estudar as necessidades e problemas da construção naval e da Marinha Mercante e dá outras providências.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Of. C.F. n.º 41, de 12-7-51, solicitando informações sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 304, de 1950, que modifica o Decreto-lei n.º 8.768, de 21 de janeiro de 1946, que concede aumento aos pensionistas do IPASE e dá outras providências.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Of. C.F. n.º 18, de 27-4-51, solicitando informações sobre a conveniê-

cia do Projeto de Lei do Senado número 37, de 1950, que modifica disposições do Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945.

Of. C.F. n.º 13, de 26-4-51, solicitando informações sobre a conveniência do Projeto de Lei do Senado número 44, de 1950, que autoriza o Poder Executivo a constituir uma comissão para estudar as necessidades e problemas da construção naval e da Marinha Mercante e dá outras providências.

Conselho Nacional de Economia:

Of. C. F. n.º 24, de 5-6-51, solicitando informações sobre a conveniência e oportunidade do Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1948, que dispõe sobre a incorporação do Banco Central de Emissão e Redescuento do Banco do Brasil S. A. e dá outras providências.

Of. C. F. n.º 50, de 13-9-51, solicitando esclarecimentos sobre a conveniência do Projeto de Lei da Câmara n.º 440, de 1949, que dá nova redação ao art. 183 da 1.ª Seção, classe 7.ª da Tarifa que acompanha o Decreto-lei n.º 2.878, de 18 de dezembro de 1940.

Departamento Administrativo do Serviço Público:

Of. C. F. n.º 26, de 5-6-51, solicitando informações sobre a conveniência e oportunidade do Projeto de Lei da Câmara n.º 287, de 1950, que dispõe sobre a classificação de Diaristas como Mensalistas.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos:

Of. C. F. n.º 14, de 26-4-51, solicitando esclarecimentos sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 44, de 1950, que autoriza o Poder Executivo a constituir uma comissão para estudar as necessidades e problemas da construção naval e da Marinha Mercante e dá outras providências.

COMISSÃO DE FÔRÇAS ARMADAS

Ministério da Aeronáutica:

Of. C. F. A. 6, de 10-9-51, solicitando esclarecimentos sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 83, de 1951, que extingue a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas.

Ministério da Guerra:

Of. C. F. A. n.º 4, de 10-9-51, solicitando esclarecimentos sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 83, de 1951, que extingue a Comissão de Readaptação aos Incapazes das Forças Armadas.

Ministério da Marinha:

Of. C. F. A. n.º 5, de 10-9-51, solicitando esclarecimentos sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 83, de 1951, que extingue a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas.

Ministério da Guerra:

Of. C. F. A. n.º 11, de 11-12-51, solicitando informações sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 47, de 1950, que revoga dispositivos do art. 140, do Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946.

Comissão de Viação e Obras Públicas

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem:

Of. C. V. O. P. n.º 5, de 26-11-51, solicitando informações sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 38, de 1951, que destaca do Fundo Rodoviário Nacional a verba de Cr\$ 15.000.000,00, para a construção de uma ponte mista sobre o Rio Canindé, na cidade de Oeiras, no Estado do Piauí.

Comissão de Trabalho e Previdência Social

Ipase:

Of. CTPS-4, de 18-6-51, solicitando informações sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1951, que dispõe sobre a situação de segurados obrigatórios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio

Ministério da Fazenda:

OF. CAIC-3, de 14-11-51, solicitando informações sobre o Projeto da Câmara n.º 117, de 1950, que altera a tributação do imposto de consumo sobre fósforos.

C — INFORMAÇÕES E PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS EM PLENÁRIO

Ministério da Fazenda:

Of. 531, de 5-7-51 — Indagando se o Brasil cumpriu integralmente o último acôrdo comercial assinado com a Tchecoslováquia e, caso não o tenha feito, esclarecer o que falta cumprir e os motivos que determinaram tal procedimento. — (Requerimento n.º 204-51 do Senhor Carlos Lindemberg).

Of. n.º 738, de 22-8-51 — Solicitando informações sôbre o movimento das Carteiras de empréstimos em dinheiro aos funcionários das Caixas Econômicas Federais. — (Requerimento n.º 251-51 do Senador Mozart Lago).

Of. n.º 1.243, de 22-11-51 — Indagando se funciona a Câmara de Reajustamento Econômico e, no caso positivo, por que ainda funciona. — (Requerimento n.º 396-51 do Senador Luiz Tinoco).

Ministério da Justiça:

Of. n.º 236, de 4-4-51 — Solicitando informações sôbre o Projeto de Lei da Câmara n.º 19, de 1951, que reorganiza as Secretarias do Ministério Público Federal, cria o respectivo quadro do pessoal, reajusta seus servidores, cargos e vencimentos, e dá outras providências. — (Requerimento número 119-51 do Senador Mozart Lago).

Of. n.º 1.244, de 22-11-51 — Indagando o motivo da prisão do líder sindical Osvaldo Silva de Almeida, membro do Partido Socialista Brasileiro. — (Requerimento n.º 397-51 do Senador Alberto Pasqualini).

Ministério do Trabalho:

Of. n.º 623, de 18-7-51 — Solicitando informações sôbre a possibilidade

de serem facilitados os exames prescritos no Decreto-lei n.º 9.545, de 5-8 de 1946, à Polícia Civil do Distrito Federal e aos Chauffeurs desta. — (Requerimento n.º 213-51 do Senhor Mozart Lago).

Presidência da República:

Mensagem 124, de 23-7-51 ao Sr. Presidente da República, Of. n.º 643, de 23-7-51 ao Sr. Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, solicitando informações sôbre a mudança das instalações do Liceu de Artes e Ofícios.

(Requerimento n.º 168-51 do Senador Mozart Lago, reiterado pelo de n.º 215-51 do mesmo Senador).

Of. n.º 439, de 13-6-51 ao Sr. Chefe do Gabinete Civil — Solicitando informações sôbre o lucro auferido pelo Banco de Crédito da Amazônia, outrora Banco de Crédito da Borracha, nos anos de 1946, 1947, 1948, 1949 e 1950, destacadamente, nas operações de compra e venda da borracha. — (Requerimento n.º 177-51 do Senador João Villasbôas).

Of. n.º 572, de 11-7-51 do Sr. Chefe do Gabinete Civil — Solicitando informações sôbre as normas estabelecidas para revisão das Tabelas Únicas e se as vagas deixadas pelos funcionários demitidos são extintas ou podem ser preenchidas.

(Requerimento n.º 209-51 do Senador Hamilton Nogueira).

Of. n.º 740, de 22-8-51 ao Sr. Chefe do Gabinete Civil — Pedindo que sejam solicitadas ao Instituto do Açúcar e do Alcool informações sôbre o custêio e funcionamento das refinarias e outras indústrias da Cia. Usinas Nacionais S. A.

(Requerimento n.º 354-51 do Senador Apolônio Sales).

ANEXO N.º 14

OFÍCIOS AO PRESIDENTE DA CÂMARA SÔBRE A ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GP-84 Reservado — 31 de outubro de 1951.

Excelentíssimo Senhor Doutor Ne-reu Ramos, M. D. Presidente da Câmara dos Deputados.

Não pode ter passado despercebido, a quem acompanhe de perto os trabalhos do Poder Legislativo, o esforço, verdadeiramente digno de destacado registro, desenvolvido por Vossa Excelência, à frente da Câmara dos Deputados, no sentido de, cumprindo o Regimento Comum, evitar, êste ano, o atraso que em regra se observa no preparo da lei orçamentária.

2. Graças a êsse esforço, puderam quasi todos os anexos em que se subdivide o projeto referente a 1952 ser remetidos ao Senado dentro do prazo estipulado pelo Regimento Comum, apenas tendo excedido êsse prazo os de ns. 18 e 21 (Ministério da Educação e Justiça, respectivamente).

3. A essa orientação não têm sido indiferentes o Senado Federal e a sua Presidência, um e outra animados do sincero desejo de cooperar com a Câmara a fim de que o estudo da lei de meios se faça sem os atropelos dos anos anteriores, tão prejudiciais à sua perfeição.

4. Assim entendendo, julgo de meu dever, nesta oportunidade, dar conhecimento, com as emendas que lhe ção em que se acha o estudo da matéria no Senado.

5. Dispõe o art. 44 do Regimento Comum que o Senado devolva à Câmara dos Deputados o projeto de orçamento com as emendas que lhe queira apresentar, até o dia 31 de outubro.

6. Termina hoje, pois, o prazo estipulado nêsse dispositivo do Regimento Comum.

7. Dos 26 anexos constantes do projeto, foram votados pelo Senado os

de ns. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, e 26, já restituídos à Câmara dos Deputados, conforme se vê da lista anexa, em que estão mencionadas as respectivas datas de recebimento e de devolução.

8. Restam os de ns. 1, 18, 19 e 25, correspondentes, respectivamente, à Receita e aos Ministérios da Educação, Fazenda e Viação.

9. O do Ministério da Viação, recebido em 25 de setembro, teve o seu estudo ultimado ontem na Comissão de Finanças, devendo estar em Plenário no início da próxima semana.

10. Quanto, porém, aos da Educação, da Fazenda e da Receita, não pôde a sua apreciação ser ainda concluída por motivos independentes desta casa do Congresso.

11. O da Educação, aqui chegado no dia 8 dêste mês, recebeu emendas em número superior a trezentas, cujo exame, a despeito do intenso esforço feito, à Comissão de Finanças ainda não foi possível terminar. Acredito, porém, que até o fim da próxima semana, votado pelo Senado, possa estar em condições de voltar à Câmara.

12. Quanto ao da Fazenda, depende de elementos que estão sendo aguardados, para a inclusão de verbas necessárias ao Executivo.

13. Finalizando, no tocante ao da Receita, só dentro de alguns dias a Comissão poderá encerrar o seu estudo, por ter sido julgado necessário, em virtude de entendimento entre os líderes dos principais Partidos representados no Congresso Nacional, nêle incluir novos recursos, indispensáveis aos planos de administração do Governo da República e resultantes de alterações do imposto de renda dependentes de lei cuja elaboração se processa em caráter urgente.

14. E' o que julgo de meu dever comunicar a Vossa Excelência, a fim de que possa programar os trabalhos que a Câmara ainda restará realizar, quanto à lei orçamentária em preparo, após o recebimento dos anexos ora em poder do Senado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e mais distinta consideração. — *João Café Filho.*

Anexo	Recebimento	Devolução
1	27- 9-51	
2	31- 7-51	10- 9-51
3	1- 8-51	11-10-51
4	31- 8-51	1-10-51
5	11- 9-51	24-10-51
6	31- 8-51	1-10-51
7	28- 8-51	1-10-51
8	31- 8-51	1-10-51
9	18- 9-51	1-10-51
10	29- 8-51	1-10-51
11	29- 8-51	1-10-51
12	28- 8-51	1-10-51
13	18- 9-51	17-10-51
14	28- 8-51	1-10-51
15	31- 8-51	1-10-51
16	18- 9-51	24-10-51
17	20- 9-51	
18	8-10-51	
19	11- 9-51	
20	3- 8-51	28- 9-51
21	3-10-51	
22	31- 7-51	11-10-51
23	24- 7-51	10- 9-51
24	31- 7-51	13- 9-51
25	25- 9-51	
26	31- 7-51	17- 9-51

Em 30 de novembro de 1951

GP-97 — Exmo. Sr. Dr. Nereu Ramos — M.D. Presidente da Câmara dos Deputados.

No Diário do Congresso Nacional de 22 do corrente vejo publicado, à páginas 11.567, 1.^a coluna, na ata da sessão da Câmara dos Deputados de 21, o ofício em que o Presidente da Comissão de Finanças dessa Casa do Congresso, anunciando a Vossa Excelência a remessa ao Plenário, naquele dia, dos anexos ns. 9, 17 e 21, ao Projeto de lei orçamentária para 1952, declara:

“... deixando de remeter os Anexos ns. 1 — Receita, 18 — Ministério da Educação e Saúde,

19 — Ministério da Fazenda e 25 — Ministério da Viação e Obras Públicas, por não terem sido os mesmos recebidos, até presente momento, do Senado Federal, apesar dos esforços despendidos nêsse sentido”.

2. A declaração contida no trecho transcrito, tal como está formulada, poderia ser interpretada de maneira desfavorável ao Senado Federal, como se esta Casa tivesse retido injustificavelmente, “apesar dos esforços despendidos” pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados em sentido contrário, os citados anexos.

3. Julgo, pois, de meu dever, para que não parem dúvidas a respeito pedir a Vossa Excelência se digne de dar conhecimento à Câmara dos termos do ofício reservado que lhe dirigi em 17 de outubro, expondo os motivos por que o Senado se via impossibilitado de observar o prazo estipulado no Regimento Comum (art. 44) para devolução do projeto de lei orçamentária.

4. A rigor, aliás, só se deveriam iniciar, nesta Casa, os trabalhos de revisão de projetos dessa natureza quando aqui estivessem todos os seus anexos e não alguns.

5. Ora, só se poderia considerar recebido o projeto relativo ao exercício de 1952, pelo Senado, em 26 de setembro, ao chegar o último dos anexos enviados.

6. É óbvio que não pode a câmara revisora emendar a despesa sem que esteja de posse da estimativa da receita e sem que tenha em seu poder tôdas as partes em que se subdivide a própria despesa.

7. O Anexo n. 25, Ministério da Viação e Obras Públicas, só foi recebido no Senado em 26 de setembro.

8. Por outro lado, o estudo da receita só podia ser ultimado depois de sancionadas as leis de votação terminada nos últimos dias, que previam novos recursos para o Tesouro no próximo ano — a que alterava a legislação do imposto de renda e a que dispunha sobre recursos financeiros para a Fundação da Casa Popular.

9. Ainda deve ser lembrada a circunstância de ter sido necessário aguardar, do Executivo, elementos para a elaboração de emendas de in-

terêsse da administração, aos Anexos referentes aos Ministérios Educação, Fazenda e Viação.

São êsses os esclarecimentos que julguei de meu dever trazer a Vossa Excelência e que estimaria fossem dados

a conhecer à Câmara dos Srs. Deputados.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. — *João Café Filho*.

ORÇAMENTO PARA 1952

Datas de recebimento, pelo Senado, e de devolução dos anexos à Câmara

Anexos	Recebimento	Devolução
1. Receita	27-9-51	27-11-51
2. Congresso Nacional	31-7-51	10-9-51
3. Tribunal de Contas	1-8-51	11-10-51
4. Presidência da República	31-8-51	1-10-51
5. DASP	11-9-51	24-10-51
6. Estado Maior F. Armadas	31-8-51	1-10-51
7. Com. Readaptação Incapazes das Fôrças Armadas	28-8-51	1-10-51
8. Com. Repartições de Guerra	31-8-51	1-10-51
9. Com. Vale do São Francisco	18-9-51	9-11-51
10. Conselho Nacional Aguas e Energia Elétrica	29-8-51	1-10-51
11. Conselho Nacional de Economia	29-8-51	1-10-51
12. Conselho de Imigração e Colonização	28-8-51	1-10-51
13. Conselho Nacional do Petróleo	18-9-51	17-10-51
14. Conselho de Segurança Nacional	28-8-51	1-10-51
15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	31-8-51	1-10-51
16. Ministério da Aeoronáutica	18-9-51	24-10-51
17. Ministério da Airicultura	20-9-51	5-11-51
18. Ministério da Educação	8-10-51	21-11-51
19. Ministério da Fazenda	11-9-51	21-11-51
20. Ministério da Guerra	3-8-51	28-9-51
21. Ministério da Justiça	3-10-51	9-11-51
22. Ministério da Marinha	31-7-51	11-10-51
23. Ministério do Exterior	24-7-51	10-9-51
24. Ministério do Trabalho	31-7-51	13-9-51
25. Ministério da Viação	25-9-51	21-11-51
26. Poder Judiciário	31-7-51	17-9-51

ANEXO N.º 15

PARECERES

DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO OS RELATORES

Alberto Pasqualini

(Relator do Orçamento do Ministério do Trabalho,
Indústria e Comércio).

Totais
Pareceres

COMISSÃO DE FINANÇAS

211 — 240 — 368 — 399 — 522 — 707 — 711 — 738
763 — 785 — 1.276 — 1.329 — 1.354

13

Alfredo Nasser

(Ex-Senador)

COMISSÃO DE FINANÇAS*

(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior).

588 — 1.410

2

Alfredo Neves

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(Em substituição)

586

1

COMISSÃO DE FINANÇAS

(Relator do Orçamento do Ministério das Relações
Exteriores).

187 — 248 — 405 — 455 — 532 — 561 — 575 — 596 —
674 — 701 — 716 — 736 — 745 — 774 — 778 — 833 —
908 — 929 — 947 — 983 — 985 — 1.025 — 1.027 —
1.035 — 1.075 — 1.080 — 1.147 — 1.181 — 1.330 —

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

247 — 282 — 300 — 315 — 471 — 1.060

6

36

Alfredo Simch

COMISSÃO DE SAÚDE

590 — 611 — 728 — 1.222 — 1.431

5

Totais
Pareceres

Aloisio de Carvalho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

136 — 270 — 291 — 293 — 310 — 311 — 345 — 398 —
433 — 462 — 472 — 483 — 485 — 487 — 489 — 491 —
493 — 495 — 497 — 499 — 501 — 548 — 652 — 664 —
755 — 804 — 809 — 834 — 988 — 1.044 — 1.059 —
1.061 — 1.062 — 1.136 — 1.162 — 1.163 — 1.169 —
1.271 — 1.280 — 1.330 — 1.334 — 1.339 — 1.360 —
1.369 — 1.428 — 1.450

46

Alvaro Adolpho

(Relator do Orçamento do Ministério da Viação e
Obras Públicas).

COMISSÃO DE FINANÇAS

148 — 201 — 203 — 204 — 243 — 432 — 448 — 457 —
463 — 465 — 468 — 573 — 599 — 600 — 648 — 722 —
744 — 747 — 987 — 1.009 — 1.013 — 1.099 — 1.135 —
1.174 — 1.177 — 1.186 — 1.211 — 1.272 — 1.282 —
1.316 — 1.325 — 1.338 — 1.345 — 1.389 — 1.391 — 1.415 36

COMISSÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA

(Em substituição)

146 1 37

Andrade Ramos

(Ex-Senador)

COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

(Parecer proferido na legislatura anterior).

1.442 1

Anisio Jobim

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

191 — 199 — 256 — 286 — 301 — 309 — 369 — 381 —
509 — 541 — 580 — 584 — 622 — 708 — 784 — 824 —
852 — 872 — 878 — 899 — 917 — 922 — 990 — 991 —
1.008 — 1.047 — 1.057 — 1.076 — 1.081 — 1.117 —
1.141 — 1.153 — 1.160 — 1.185 — 1.251 — 1.261 —
1.307 — 1.317 — 1.347 — 1.378 — 1.379 — 1.388 —
1.400 — 1.412 — 1.424 — 1.429 — 1.436 —.....

47

Antônio Bayma

COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS

141 — 220 — 262 — 290 — 306 — 321 — 363 — 402 —
523 — 555 — 556 — 570 — 571 — 578 — 607 — 689 —
724 — 773 — 969 — 974 — 980 — 981 — 1.006 —
1.015 — 1.017 — 1.018 — 1.095 — 1.172 — 1.288 —
1.356 — 1.357 — 1.372 — 1.453

33

Apolônio Sales

COMISSÃO DE FINANÇAS

(Relator do Orçamento do Ministério da Agricultura).

193 — 269 — 327 — 358 — 395 — 443 — 512 — 642 —
776 — 808 — 925 — 938 — 945 — 1020 — 1.023 —
1.029 — 1.037 — 1.038 — 1.091

19

Totais
Pareceres

Arêa Leão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

185 — 425 — 552 — 602 — 629 — 760 — 836 — 991 —
1.053

9

Artur Santos

Ex-Senador

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(Pareceres proferidos na legislatura anterior).

158 — 376 — 469 — 576 — 1.001 — 1.417

6

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior).

299 — 623

2

8

Atilio Vivacqua

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

171 — 188 — 202 — 210 — 216 — 226 — 230 — 244 —

259 — 283 — 297 — 298 — 316 — 354 — 377 — 442 —

466 — 519 — 559 — 585 — 592 — 651 — 658 — 696 —

829 — 915 — 936 — 1.231 — 1.237 — 1.265 — 1.403

31

Augusto Meira

Ex-Senador

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior).

161 — 254 — 275 — 326 — 628 — 948 — 1.030 —

1.409

8

Azevedo Ribeiro

(Suplente em exercício)

COMISSÃO DE SAÚDE

(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior).

1.234

1

Bernardes Filho

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

560 — 682 — 779 — 1.203

4

Braga Pinheiro

Ex-Senador

COMISSÃO DE FÔRÇAS ARMADAS

(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior).

145

1

Camilo Mércio

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

212 — 219 — 231 — 263 — 268 — 278 — 341 — 352 —

372 — 389 — 420 — 422 — 423 — 478 — 533 — 608 —

631 — 641 — 649 — 671 — 675 — 677 — 679 — 684 —

686 — 712 — 719 — 753 — 759 — 761 — 767 — 792 —

838 — 848 — 865 — 866 — 867 — 868 — 869 — 870 —

Totais
Pareceres

871 — 912 — 918 — 924 — 930 — 932 — 986 — 1.036 —
1.093 — 1.165 — 1.241 — 1.273 — 1.315 — 1.350 —
1.382 — 1.386 — 1.414 — 1.439 — 1.449

59

Carlos Lindenberg

(Relator do Orçamento do Ministério da Marinha).

COMISSÃO DE FINANÇAS

205 — 318 — 388 — 683 — 709 — 780 — 906 — 956 —
1.066 — 1.073 — 1.078 — 1.157 — 1.193 — 1.223 —
1.312 — 1.397 — 1.399 — 1.402 — 1.408

19

Carlos Saboia

(Suplente em exercício)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

638 — 646 — 768 — 770 — 771 — 807 — 827 — 926 —
950 — 958 — 999 — 1.028 — 1.065 — 1.088 — 1.119 —
1.120 — 1.121 — 1.122 — 1.123 — 1.129 — 1.170 —
1.195 — 1.202 — 1.214 — 1.332 — 1.343 — 1.366

27

César Vergueiro

(Relator do Orçamento do Ministério da Aeronáutica)

COMISSÃO DE FINANÇAS

277 — 350 — 900 — 994 — 1.045 — 1.387 — 1.406 —
1.419 — 1.421 — 1.437 — 1.444 — 1.446

12

Cícero de Vasconcelos

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(Em substituição)

169 — 357 — 1.187 3

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

135 — 159 — 304 — 379 — 540 — 688 — 805 — 826 —
1.308 — 1.425 — 1.118 11

COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS

139 — 143 — 224 — 225 — 252 — 289 — 302 — 345 —
401 — 452 — 474 — 513 — 529 — 536 — 566 — 567 —
569 — 579 — 636 — 656 — 660 — 692 — 723 — 734 —
772 — 786 — 787 — 794 — 821 — 881 — 882 — 902 —
910 — 962 — 963 — 964 — 967 — 975 — 977 — 998 —
1.003 — 1.007 — 1.052 — 1.054 — 1.113 — 1.124 —
1.127 — 1.252 — 1.294 — 1.295 — 1.435 51

COMISSÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA
SOCIAL

997 — 1.242 2

67

Clodomir Cardoso

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

207 — 258 — 271 — 391 — 415 — 421 — 481 — 619 —
624 — 626 — 627 — 653 — 693 — 695 — 797 — 840 —
863 — 874 — 884 — 960 — 961 — 970 — 1.026 — 1.048 —
1.050 — 1.070 — 1.131 — 1.143 — 1.149 — 1.155 —
1.219 — 1.368 — 1.373 — 1.381 — 1.392 — 1.422 —
1.440 — 1.459 38

COMISSÃO DE PROJETO DE REFORMA
CONSTITUCIONAL 2-49

Totais
Pareceres

621	1	39
<i>Costa Paranhos</i>		
COMISSÃO DE FINANÇAS		
(Suplente em exercício).		
1.189 — 1.215 — 1.246 — 1.413 — 1.082 — 1.154 —		
1.377		7
<i>Costa Pereira</i>		
COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS		
144 — 178 — 221 — 223 — 251 — 320 — 458 — 459 —		
514 — 539 — 553 — 554 — 568 — 606 — 640 — 657 —		
659 — 665 — 691 — 733 — 782 — 788 — 789 — 790 —		
820 — 883 — 901 — 909 955 — 965 — 966 — 968 —		
976 — 978 — 979 — 1.004 — 1.005 — 1.016 — 1.055 —		
1.056 — 1.096 — 1.114 — 1.125 — 1.128 — 1.171 —		
1.217 — 1.371		47
<i>Dario Cardoso</i>		
Presidente.		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
400	1	
COMISSÃO DE PROJETO DE REFORMA CONSTITUCIONAL 1-51		
591	1	
COMISSÃO DE PROJETO DE REFORMA CONSTITUCIONAL 2-49		
384	1	3
<i>Domingos Velasco</i>		
(Relator do Orçamento do Congresso Nacional)		
COMISSÃO DE FINANÇAS		
279 — 281 — 418 — 435 — 518 — 543 — 562 — 565 —		
630 — 667 — 669 — 741 — 783 — 796 — 806 — 1.069 —		
1.187		17
<i>Durval Cruz</i>		
(Relator do Orçamento do Ministério da Fazenda e do Tribunal de Contas).		
COMISSÃO DE FINANÇAS		
150 — 160 — 170 — 172 — 164 — 190 — 232 — 284 —		
355 — 373 — 428 — 436 — 461 — 577 — 943 — 957 —		
1.032 — 1.104 — 1.105 — 1.134 — 1.297 — 1.302 —		
1.311 — 1.327 — 1.331 — 1.342 — 1.361 — 1.363 —		
1.370 — 1.393 — 1.423		31
<i>Epitácio Pessoa</i>		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
410 — 503 — 544 — 613 — 614 — 632 — 655 — 673 —		
689 — 700 — 704 — 706 — 721 — 725 — 762 — 775 —		
842 — 846 — 858 — 941 — 1.145 — 1.398		22

		Totais Pareceres
<i>Ernesto Dornelles</i>		
Ex-Senador.		
COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
(Parecer proferido na sessão legislativa anterior) :		
1.418	1	
 <i>Etelvino Lins</i>		
COMISSÃO DIRETORA		
418 — 542 — 714 — 1.376 — 1.452 — 1.460	6	
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior).		
175 — 197 — 308 — 313 — 550	5	11
 <i>Euclides Vieira</i>		
Presidente		
COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
467 — 572 — 1.299 — 1.344		4
 <i>Evandro Vianna</i>		
(Suplente em exercício)		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior).		
164 — 166 — 173 — 214 — 336 — 959 — 1.420	7	
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
(Parecer proferido na sessão legislativa anterior) :		
1.031	1	8
 <i>Ezechias da Rocha</i>		
COMISSÃO DE SAÚDE		
378 — 799 — 1.078 — 1.301 — 1.401		5
 <i>Fernandes Távora</i>		
Ex-Senador.		
COMISSÃO DE FÔRÇAS ARMADAS		
(Parecer proferido na sessão legislativa anterior) :		
276		1
 <i>Ferreira de Souza</i>		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior).		
154 — 168 — 182 — 195 — 233 — 239 — 246 — 412 — 508 — 604	10	
COMISSÃO DE FINANÇAS		
(Relator do Orçamento da Receita)		
162 — 163 — 209 — 215 — 234 — 337 — 361 — 397 — 470 — 477 — 520 — 634 — 635 — 689 — 703 — 713 — 730 — 766 — 798 — 819 — 831 — 837 — 916 — 940 — 949 — 1.107 — 1.201 — 1.206 — 1.207 — 1.232 —		

		Totais Pareceres
1.233 — 1.254 — 1.264 — 1.266 — 1.309 — 1.318 —		
1.321 — 1.323 — 1.333 — 1.335 — 1.340 — 1.348 —		
1.384 — 1.389	44	
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES		
1.034	1	55
<i>Filinto Müller</i>		
Ex-Senador.		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior).		
404 — 597		2
<i>Flávio Guimarães</i>		
COMISSÃO DE AGRICULTURA		
476 — 574 — 587 — 815	4	
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
346 — 382 — 383 — 473 — 549 — 581 — 593 — 616 —		
812 — 907 — 989 — 993 — 1.010	13	
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES (Em substituição)		
181	1	18
<i>Fortunato Ribeiro</i>		
(Suplente em exercício)		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Em substituição)		
1.287 — 1.458		2
<i>Francisco Gallotti</i>		
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (Em substituição)		
217	1	
COMISSÃO DE SAÚDE (Em substituição)		
237	1	
COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
431 — 639 — 830 — 914 — 1.066 — 1.102 — 1.362	7	9
<i>Georgino Avelino</i>		
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES		
1.000		1
<i>Gomes de Oliveira</i>		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
198 — 208 — 253 — 265 — 266 — 294 — 295 — 322 —		
324 — 328 — 330 — 332 — 424 — 449 — 791 — 1.020 —		
1.043 — 1.100 — 1.106 — 1.137 — 1.146 — 1.158 —		

		Totais Pareceres
1.175 — 1.180 — 1.198 — 1.208 — 1.229 — 1.239 —		
1.247 — 1.259 — 1.267 — 1.275 — 1.310 — 1.337 —		
1.349 — 1.352 — 1.390 — 1.416 — 1.427	39	
COMISSÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL		
764 — 1.002 — 1.130	3	42
<i>Hamilton Nogueira</i>		
COMISSÃO DIRETORA		
206 — 538 — 1.346		3
<i>Hélio Coutinho</i>		
(Suplente em exercício).		
COMISSÃO DE AGRICULTURA		
(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior):		
189 — 394 — 427 — 434	4	
COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
(Parecer proferido na sessão legislativa anterior).		
1.443	1	5
<i>Henrique de Novais</i>		
(Falecido em 1951).		
COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior)		
598 — 1.281		2
<i>Ismar de Góis</i>		
Relator do Orçamento da Presidência da República e Órgãos imediatos.		
COMISSÃO DE FINANÇAS		
245 — 317 — 353 — 375 — 445 — 756 — 758 — 814 —		
816 — 817 — 825 — 849 — 851 — 853 — 855 — 860 —		
889 — 890 — 891 — 892 — 893 — 894 — 895 — 896 —		
897 — 935 — 995 — 996 — 1.041 — 1.042 — 1.051 —		
1.098 — 1.144 — 1.228 — 1.256 — 1.258 — 1.270	37	
COMISSÃO DE FÔRÇAS ARMADAS		
525 — 1.084	2	39
<i>Ivo D'Aquino</i>		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
312 — 319 — 343 — 344 — 507 — 521 — 530 — 537 —		
545 — 620 — 654 — 735 — 739 — 742 — 746 — 777 —		
801 — 802 — 832 — 844 — 921 — 952 — 1.012 —		
1.024 — 1.033 — 1.074 — 1.079 — 1.089 — 1.090 —		
1.143 — 1.182 — 1.190 — 1.269 — 1.292 — 1.293 —		
1.298 — 1.305 — 1.394		38
<i>João Villasbôas</i>		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
138 — 192 — 267 — 274 — 287 — 334 — 364 — 441 —		
524 — 583 — 610 — 681 — 737 — 934 — 1.194 — 1.196 —		

		Totais Pareceres
1.218 — 1.220 — 1.226 — 1.291 — 1.303 — 1.313 — 1.319 — 1.374 — 1.433 — 1.438 — 1.447 — 1.448	28	
COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS		
140 — 142 — 151 — 177 — 222 — 261 — 307 — 454 — 475 — 482 — 504 — 535 — 582 — 637 — 663 — 1.112 — 1.126 — 1.133 — 1.168 — 1.216 — 1.243 — 1.336	22	50
<i>Joaquim Pires</i>		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Em substituição)		
861 — 862 — 880 — 903 — 928 — 1.022 — 1.068 — 1.083 — 1.086 — 1.087 — 1.139 — 1.156 — 1.178 — 1.221 — 1.227 — 1.283	16	
COMISSÃO DE FINANÇAS		
296 — 603 — 609 — 612 — 617 — 1.014	6	22
<i>Júlio Leite</i>		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Em substituição)		
822 — 864 — 920 — 1.039 — 1.108 — 1.257 — 1.263 — 1.326 — 1.358		9
<i>Kerginaldo Cavalcanti</i>		
COMISSÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL		
157 — 1.240		2
<i>Landulfo Alves</i>		
COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
339 — 347 — 605 — 618 — 1.248 — 1.306 — 1.353 — 1.451		8
<i>Levindo Coelho</i>		
COMISSÃO DE SAÚDE		
715 — 1.383		2
<i>Lima Campos</i>		
COMISSÃO DE FINANÇAS		
342 — 407 — 506 — 534 — 754		5
<i>Lúcio Corrêa</i>		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior)		
155 — 356 — 360 — 511		4
<i>Luiz Tinoco</i>		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
152 — 186 — 280 — 351 — 396 — 416 — 702 — 748 — 811 — 939 — 1.103	11	

		Totais Pareceres
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
450 — 547 — 717 — 1.212 — 1.213	5	
COMISSÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL		
1.132	1	17
<i>Magalhães Barata</i>		
COMISSÃO DE FINANÇAS (Em substituição)		
1.274 — 1.142 — 1.167 — 1.367	4	
COMISSÃO DE FÔRÇAS ARMADAS		
228 — 751 — 1.085 — 1.150 — 1.209	5	9
<i>Matias Olimpio</i> (Relator do Orçamento do Poder Judiciário)		
COMISSÃO DE FINANÇAS		
165 — 167 — 255 — 257 — 335 — 365 — 440 — 510 — 697 — 705 — 740 — 781 — 800 — 828 — 845 — 904 — 923 — 1.071 — 1.138 — 1.161 — 1.230 — 1.249 — 1.284 — 1.304 — 1.314 — 1.359 — 1.365	27	
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES		
288 — 913	2	29
<i>Melo Viana</i> Presidente		
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES		
414 — 743		2
<i>Novais Filho</i>		
COMISSÃO DE AGRICULTURA		
517 — 1.341	2	
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES		
417 — 625 — 732 — 1.049	4	6
<i>Olavo Oliveira</i>		
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
137 — 179 — 180 — 227 — 229 — 242 — 249 — 303 — 338 — 340 — 359 — 374 — 411 — 438 — 444 — 446 — 460 — 515 — 615 — 643 — 710 — 750 — 1.255		23
<i>Onofre Gomes</i>		
COMISSÃO DE FÔRÇAS ARMADAS		
272 — 387 — 887 — 1.405	4	

		Totais Pareceres
COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
447 — 589 — 647 — 1.176	4	3
<i>Oton Mäder</i>		
COMISSÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL		
1.404 — 1.159	2	
COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
367 — 1.224	2	4
<i>Pedro Diniz</i> (Suplente em exercício)		
COMISSÃO DE AGRICULTURA		
942 — 1.166 — 1.300		3
<i>Pereira Pinto</i>		
COMISSÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL		
1.235		1
<i>Pinto Aleixo</i> Relator do Orçamento do Ministério da Guerra.		
COMISSÃO DE FINANÇAS		
156 — 273 — 823 — 898 — 927 — 933 — 954 — 1.011 — 1.151 — 1.179 — 1.184 — 1.191 — 1.210 — 1.244 — 1.262 — 1.268 — 1.286 — — 1.430	18	
<i>Pinto Aleixo</i> Presidente		
COMISSÃO DE FÔRÇAS ARMADAS		
260 — 757 — 888 — 953 — 1.204	6	23
<i>Plínio Pompeu</i> Relator do Orçamento do Ministério da Educação e Saúde.		
COMISSÃO DE FINANÇAS		
176 — 196 — 213 — 218 — 236 — 238 — 250 — 305 — 323 — 325 — 329 — 331 — 333 — 371 — 390 — 392 — 409 — 426 — 451 — 484 — 486 — 483 — 490 — 492 — 494 — 496 — 498 — 500 — 502 — 516 — 551 — 644 — 645 — 650 — 672 — 676 — 678 — 680 — 685 — 687 — 718 — 720 — 749 — 803 — 810 — 813 — 835 — 839 — 841 — 843 — 847 — 857 — 859 — 873 — 875 — 877 — 931 — 951 — 1.064 — 1.111 — 1.152 — 1.164 — 1.236 — 1.411 — 1.426		65
<i>Prisco dos Santos</i>		
COMISSÃO DE SAÚDE		
380 — 726 — 1.063		3
<i>Ribeiro Gonçalves</i> Ex-Senador		
COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
(Parecer proferido na sessão legislativa anterior). 430		1

		Totais Pareceres
<i>Roberto Glasser</i>		
	COMISSÃO DE FÔRÇAS ARMADAS	
546 — 752		2
<i>Rui Carneiro</i>		
	COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES	
1.101	1	
	COMISSÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	
563 — 885 — 1.328 — 1.380	4	5
<i>Sã Tinoco</i>		
	COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
314 — 937		2
<i>Santos Neves</i> Ex-Senador		
	COMISSÃO DE FINANÇAS	
(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior)		
183 — 184		2
<i>Silvio Curvo</i>		
	COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
153 — 264 — 527 — 1.109 — 1.116 — 1.140	6	
	COMISSÃO DE FÔRÇAS ARMADAS	
528 — 1.238 — 1.260	3	9
<i>Vergniaud Wanderley</i>		
	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
134 — 147 — 149 — 194 — 200 — 235 — 292 — 349 — 366 — 385 — 386 — 393 — 403 — 406 — 408 — 437 — 464 — 479 — 480 — 505 — 526 — 531 — 601 — 633 — 727 — 729 — 765 — 793 — 818 — 850 — 854 — 856 — 876 — 879 — 886 — 905 — 919 — 944 — 946 — 971 — 972 — 973 — 982 — 984 — 1.040 — 1.072 — 1.115 — 1.173 — 1.192 — 1.225 — 1.250 — 1.253 — 1.285 — 1.289 — 1.290 — 1.320 — 1.322 — 1.324 — 1.364 — 1.396 — 1.407 — 1.445	62	
	COMISSÃO DE FÔRÇAS ARMADAS (Em substituição)	
1.183	1	63
<i>Vespasiano Martins</i>		
	COMISSÃO DIRETORA	
564 — 594 — 661 — 662 — 668 — 670 — 694 — 731 — 795 — 911 — 1.019 — 1.058 — 1.092 — 1.110 — 1.197 — 1.245 — 1.351		17

Vitormo Freire

Relator do Orçamento do Ministério da Justiça.

COMISSÃO DE FINANÇAS

439 — 1.046 — 1.094 — 1.097 4

COMISSÃO DE SAÚDE

Vivaldo Lima

370 — 595 — 1.432 3

Waldemar Pedrosa

(Pareceres proferidos na sessão legislativa anterior)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

429 — 456 — 690 — 1.441 4

Walter Franco

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

413 — 1.296 2

ANEXO N.º 16

PROJETOS AINDA NÃO ULTIMADOS

Projetos nas Comissões

Agricultura	10
Diretora	4
Educação	4
Finanças	150
Fôrças Armadas	6
Justiça	126
Relações Exteriores	4
Saúde	2
Trabalho	10
Viação	4
 	<hr/>
Total	320
Projetos ainda não despachados	33

ANEXO N.º 17

PROJETOS PENDENTES DE SOLUÇÃO NO INÍCIO (15 DE MARÇO) E NO ENCERRAMENTO (15 DE DEZEMBRO) DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1951

Comissões	Em 15-3-1951	Em 15-12-1951
Agricultura, Indústria e Comércio	7	10
Constituição e Justiça	122	126
Diretora	—	4
Educação e Cultura	8	4
Finanças	131	150
Fôrças Armadas	3	6
Relações Exteriores	3	4
Saúde	2	2
Trabalho e Previdência Social	2	10
Viação e Obras Públicas	2	4
	<hr/>	<hr/>
	280	320
Projetos ainda não distribuídos às Comissões	—	33
	<hr/>	<hr/>
Totais:	280	353
	<hr/>	<hr/>

ANEXO N.º 18

LISTA DOS PROJETOS AINDA EM ESTUDO NAS COMISSÕES

AGRICULTURA

Prefixo — N.º — Ano Ementa —
Entrada na Comissão — Destino —
Observações

PLC — 469-48 — Autoriza a organização de Frigoríficos Nacionais S. A. para a instalação de uma rede de armazéns e transportes frígóricos, e dá outras providências — (Para se pronunciar sobre emenda) — Redistribuída 2-8-51.

PLC — 117-50 — Altera a tributação do imposto de consumo sobre fósforos — 11-10-51 — Diligências 14 de novembro de 1951.

PLC 171-50 — Autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da nova capital da República — 6-9-51 — Viação — (Para se pronunciar sobre emenda).

PLC — 245-50 — Dispõe sobre a medição, demarcação e registro de propriedades das terras ocupadas pelos silvícolas — 27-9-51.

PLC — 286-50 — Dispõe sobre a bonificação de Cr\$ 10,00 por arroba de 10 quilos de algodão em pluma aos produtores ou beneficiadores que tenham entregue a mercadoria ao Banco do Brasil — 2-10-51.

PLC — 32-51 — Eleva a taxa a que se refere o art. 5.º do Decreto-Lei 2.300 de 10-6-49, e dá outras providências — 6-8-51 — Finanças.

PLC — 244-51 — Autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades aos que instalarem fábricas de cimento no país — 20-11-51.

PLC — 248-51 — Autofiza a organização de seringais-escolas, nos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso e nos Territórios Federais do Acre e Guaporé. — 22-11-51.

PLC — 283-51 — Dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo, por processo de devolução — 13-12-51 — Aguarda a próxima sessão legislativa.

PLC — 301-51 — Altera o art. 209 do Decreto-Lei 3.651, de 25-9-41 (Código Nacional de Trânsito) — 13-12-51 — Aguarda a próxima sessão legislativa.

COMISSA DIRETORA

PLC — 254-50 — Abre o crédito especial de Cr\$ 110.000,0, para estudos de adaptação do Palácio Monroe — 15-6-51.

PRS — 14-51 — Altera disposições do Regimento Interno do Senado — 4-9-51.

PRS — 18-51 — Dispõe sobre dispensa de interstício para promoções na Secretaria do Senado Federal — 9-11-1951.

PRS — 22-51 — Admite, como exce-dentes, no Quadro da Portaria do Senado Federal, dois serventes classe G — 26-11-51 — Relatado, 13-12-51 — Diligência, 13-12-51.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PLC 155-51 — Converte em monumento nacional os remanescentes históricos das cidades de São Vicente, no Estado de São Paulo e Pôrto Calvo, no Estado de Alagoas. — 6-12-51 — (Aguarda nova sessão legislativa)

PLC 229-51 — Dispensa os servidores públicos, de caráter estável e paraesttal, matriculados em estabelecimentos de ensino superior, do comparecimento às repartições nos dias de provas parciais ou finais. — 5-11-51 (Diligência, 13-12-51).

PLS 15-51 — Regula realização simultânea pelo aluno, de dois cursos

superiores — 29-5-51 Diligência, 5-7, de 1951) — Cumprida — voltou ao Relator, 28-11-51).

PLC 256-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado à ereção de monumento a Amaro Cavalcanti e à publicação de trabalho comemorativo do centenário do seu nascimento. — 13-12-51 — Finanças (Aguarda nova sessão legislativa).

COMISSÃO DE FINANÇAS

Prop. 49-47 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.695.475,60, para cobertura dos "deficits" verificados no exercício de 1945 e no 1º. trimenestre de 1946, na exploração dos serviços da Cia. Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini. — 9-11-49.

PLC 67-48 — Obriga a abreugrafia do torax — 27-3-50 (Plenário).

PLC 72-48 — Extingue o serviço de Expansão do Trigo do Ministério da Agricultura e dá outras providências. — 9-3-49 — Diligência em 19-6-51.

PLC 258-48 — Cria o Departamento de Imigração e Colonização — 30-5-51.

PLC 79-49 — Estabelece cotas de consumo de fio de seda natural nas tecelagens e malharias — 23-9-49 — Diligência.

PLC 81-49 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito de Cr\$ 223.156.000,00, para integralização de ações da Fábrica Nacional de Motores. — 5-7-50.

PLC 252-49 — Equipara os extranumerários da União que exercem função de caráter permanente, aos funcionários públicos federais — 13-12-51.

PLC 316-49 — Isenta do pagamento do imposto de importação e demais taxas aduaneiras o rebocador "Lady Rosemary", importado por Wilson Sons, Co. Ltd. — Pendente, por ordem do Presidente da Comissão.

PLC 348-49 — Altera o art. 114, do Decreto-lei n.º 483, de 28-9-51 de 8 de junho de 1938 — 1-10-51.

PLC 365-49 — Autoriza as Caixas Econômicas Federais a operar em Seguros de Renda Imobiliária de empréstimos hipotecários — 15-9-51 — Diligência, 17-8-51. Cumprida, 5-9-51 — Volta ao Relator em 15-9-51.

PLC — 389-49 — Autoriza o Poder Executivo a dar a concessão da construção e exploração de um túnel

submarino que ligue as cidades do Rio de Janeiro e Niterói — Vista — A. Neves, em 17 de junho de 1951 — Devolvido com voto, em 14 de agosto de 1951. Relator, 16 de setembro de 1951.

PLC — 407-49 — Releva a prescrição do montepio e meio soldo das beneficiárias do Tte. Gustavo Sampaio.

PLC — 433-49 — Concede isenção de direitos aos moinhos de trigo que se destinem a zonas tritícolas.

PLC — 440-49 — Dá nova redação ao art. 183 da 1.ª secção, classe 7.ª, da Tarifa que acompanha o Decreto-lei n.º 2.878, de 18 de dezembro de 1940. (Sedas). — Relatado em 11 de setembro de 1951. Diligência, 13 de setembro de 1951.

PLC — 461-49 — Dispõe sobre a distribuição da correspondência postal e telegráfica. — Relatado em 17 de julho de 1951 — Vista — F. Sousa, 17 de julho de 1951.

PLC — 465-49 — Dôa à União Nacional dos Estudantes o prédio situado na Praia do Flamengo, 132, na cidade do Rio de Janeiro, pertencente ao Domínio da União.

PLC — 496-49 — Concede às empresas ou firmas que explorem a indústria fumageira isenção de direitos para importação de máquinas agrícolas ou industriais a serem aplicadas na cultura e fabricação do fumo em geral e materiais destinados ao cultivo do fumo capeiro. — (Para redação do vencido).

PLC — 18-50 — Autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel ao Secretariado da Assistência Social da Juventude Masculina Católica de Maceió, para os fins que menciona.

PLC — 35-50 — Concede ao Estado de Minas Gerais isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para os materiais importados pela Rádio Inconfidência, que especifica.

PLC — 41-50 — Concede uma pensão mensal de Cr\$ 1.000,00 às famílias dos falecidos na explosão dos depósitos de material bélico de Deodoro. — Diligência em 21 de julho de 1950.

PLC — 76-50 — Altera a Tarifa das Alfândegas nos artigos que indica.

PLC — 77-50 — Releva prescrição do prazo para habilitação de Dorvian Perese Mônaco no montepio deixado por seu pai.

PLC — 80-50 — Releva de prescrição o direito dos herdeiros de Manuel Pio Correia à percepção do respecti-

vo montepio. — Diligência. Cumprida, em 16 de novembro de 1950.

PLC — 81-50 — Dôa casa própria a todo expedicionário, total ou parcialmente invalidado para o trabalho, inclusive a herdeiros. — Diligência, 14 de agosto de 1951. — Cumprida em 16 de outubro de 1951 — Volta ao Relator em 19 de outubro de 1951.

PLC — 105-50 — Concede auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 à Associação Brasileira de Municípios para realização do 1.º Congresso Nacional de Municípios.

PLC — 143-50 — Fixa o horário dos funcionários públicos civis e dos servidores das entidades autárquicas e paraestatais que exercem função médica e odontológica.

PLC — 150-50 — Assegura o direito à habilitação post-mortem, perante o IPASE, por parte dos herdeiros dos contribuintes falecidos até um ano após a vigência do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e dá outras providências.

PLC — 157-50 — Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Educação, o cargo de Professor Catedrático, para atender ao desdobramento da Cadeira de Prótese Dentária em Prótese Fixa e Prótese Móvel e dá outras providências. — Devolvido em 29 de março de 1951 — Vista: F. Souza, em 29 de maio de 1951. Devolvido em 20 de setembro de 1951.

PLC — 161-50 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 554.495,80 para ocorrer às despesas com o fornecimento de notas de papel moeda.

PLC — 172-50 — Dispõe sobre a inclusão na classe "J" da carreira de Técnico de Laboratório dos Microscopistas do extinto Serviço de Saneamento Rural do Ministério da Justiça — Diligência em 12 de abril de 1951.

PLC — 188-50 — Cria o Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos.

PLC — 192-50 — Eleva o salário família instituído pelo Decreto-lei número 5.976, de 10 de novembro de 1943.

PLC — 223-50 — Dispõe sobre o aumento de capital das sociedades anônimas financiadas pelo Banco do Brasil S. A. — Reforma do Código Comercial.

PLC — 224-50 — Estabelece a constituição do Quadro de Oficiais em atraso e dá outras providências. Gerais do Exército.

PLC — 226-50 — Dispõe sobre o amparo a estudantes pobres.

PLC — 228-50 — Autoriza a cobrança sem multa, da dívida fiscal em atraso e dá outras providências — Plenário.

PLC — 232-50 — Fixa o quinquênio de 51-56, a divisão administrativa e Judiciária do Território do Acre, e dá outras providências — Diligência em 5 de julho de 1951.

PLC 253-50 — Dispõe sobre as contribuições do Montepio Civil e dá outras providências — Diligência em 12 de abril de 1951.

PLC — 257-50 — Manda classificar no artigo 1.857 da Tarifa das Alfândegas e submeter a direitos aduaneiros de 100% ad-valorem os laminados e outros artigos à base de resinas vinílicas.

PLC — 263-50 — Torna obrigatória a iodetação do sal de cozinha destinado a consumo alimentar nas regiões bocígenas do país.

PLC — 269-50 — Dispõe sobre a concessão dos favores previstos no Decreto n.º 13.944, de 30 de março de 1918 e no Decreto Legislativo número 4.246, de 6 de janeiro de 1921, à Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas.

PLC — 287-50 — Dispõe sobre a classificação de Diaristas como Mensalistas — Diligência em 5 de junho de 1951.

PLC — 295-50 — Dispõe sobre a situação jurídica dos Procuradores das autarquias federais — Plenário.

PLC — 304-50 — Modifica o Decreto-lei n.º 8.768, de 21 de janeiro de 1946, que concede aumento aos pensionistas do IPASE e dá outras providências — Diligência em 5 de julho de 1951.

PLC — 306-50 — Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para aquisição de silos — Relatado verbalmente em 3 de julho de 1951.

PLC — 309-50 — Dispensa do recolhimento dos Depósitos Compulsórios, Depósitos de Garantia e Certificado de Equipamento, os contribuintes que tenham processos de lançamento pendentes de decisão — Vista: F. Souza, em 25 de abril de 1951.

PLC — 312-50 — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para a Rádio Sociedade Farroupilha Limitada, de Porto Alegre.

PLC — 313-50 — Concede isenção de direitos de importação à Prefei-

tura de Campo Grande, Mato Grosso, para um trator "Caterpillar".

PLC — 314-50 — Isenta de direitos e taxas aduaneiras, exclusive a de providência social, uma draga hidráulica de sucção e recalque importada pela Sociedade de Expansão Comercial e Urbana Ltda., com sede em Recife.

PLC — 316-50 — Assegura pensão pepecial às viúvas dos ex-Presidentes da República.

PLC — 318-50 — Dá nova redação à Lei 283, de 24-5-48, que dispõe sobre licença especial aos servidores públicos civis e aos militares.

PLC — 323-50 — Prorroga por 3 anos a isenção do imposto sobre lucros apurados na verba de propriedades imobiliárias rurais, criado pelo Decreto-lei n. 9.330, de 10-6-46, constante da Lei 154, de 25-11-47 e do Decreto 24.239, de 22-12-47.

PLC — 330-50 — Concede isenção de direitos para material importado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

PLC — 349-50 — Concede isenção de direito de importação e demais taxas aduaneiras às empresas de navegação para importação de aviões, gasolina, peças e materiais sobressalentes respectivos.

PLC — 355-50 — Abre ao Ministro da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para a ereção de um busto do Senador Salgado Filho.

PLC — 357-50 — Concede à Companhia Brasileira de Alumínio isenção de impostos de importação e taxas aduaneiras, salvo a de previdência social, para material destinado à construção de uma fábrica de alumínio.

PLC — 358-50 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 269.253,00 ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para pagamento de diferença de vencimento ao Ministro Antônio Pereira Braga.

PLC — 361-50 — Isenta do pagamento do imposto de importação e taxas aduaneiras 23 chatas e 2 rebocadores importados pela Cia. Moore Mac Comarck (Navegação) S. A.

PLC — 5-51 — Altera a legislação sobre imposto de renda.

PLC — 8-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para aquisição e instalação de equipamento para o Matadouro do Núcleo Agro-Industrial de São Francisco.

PLC — 39-51 — Isenta do imposto de consumo os aparelhos ortopédicos em geral.

PLC — 40-51 — Altera a carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

PLC-5-51 — Cria a Diretoria do Material Bélico da Aeronáutica — 26 de junho de 1951.

PLC — N.º 52-51 — Cria novos órgãos de Justiça do Trabalho e na outros providências. — Diligência em 13 de junho de 1951.

PLC — 57-51 — Concede isenção de direitos de importação e taxas, aduaneiras para máquinas e materiais destinados à S. A. Indústrias Votorantins, de São Paulo — Vista: C. Vergueiro — 19 de junho de 1951.

PLC — 59-51 — Torna extensivo aos técnicos e aos operários da Marinha de Guerra, mobilizados, os dispositivos do Decreto-lei n. 8.361, de 13 de dezembro de 1945.

PLC — 74-51 — Dispõe sobre a isenção de direitos para a Companhia Cimento Brasileiro — 17 de maio de 1951 — 28 de maio de 1951.

PLC — 76-51 — Altera dispositivos da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946 — 26 de novembro de 1951 — Plenário.

PLC — 73-51 — Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências — 12 de junho de 1951.

PLC — 75-51 — Dispõe sobre os cargos de direção e chefia do Departamento Nacional de Segurança Pública — 4 de maio de 1951 — Diligência em 13 de junho de 1951.

PLC — 120-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de .. Cr\$ 385.978,80, para atender às despesas com a indenização, ao Governo do Estado do Pará, de um imóvel requisitado em 1942, pela mesma Secretaria de Estado — 14 de agosto de 1951.

PLC — 135-51 — Manda considerar "post-mortem" as promoções dos ex-capitães de aviação Romeu Everton Quadros e Armando de Melo Meziath e do sargento Dario Perli — 24 de outubro de 1951.

PLC — 16-51 — Dispõe sobre a profissão de conferente de carga e

descarga, nos portos organizados do País — 7 de dezembro de 1951.

PLC — 151-51 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Pirajui, Estado de São Paulo, o prédio da antiga estação do mesmo nome, pertencente à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — 19 de setembro de 1951.

PLC — 152-51 — Erige em monumento nacional o conjunto arquitetônico de Igarapu, Estado de Pernambuco — 17 de outubro de 1951.

PLC — 162-51 — Estabelece gratificações mensais para as funções de Delegado e Assistente de Delegação junto ao Departamento de Imprensa Nacional e Estado Maior das Forças Armadas — 24 de outubro de 1951.

PLC — 176-51 — Dispõe sobre a repressão do contrabando e dá outras providências — 23 de outubro de 1951.

PLC — 177-51 — Manda contar, para efeito de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado junto ao "Serviço Especial de Saúde Pública" (S. E. S. P.) — 16 de novembro de 1951.

PLC — 181-51 — Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras, excetuada a de previdência social, para materiais importados pela Ipiranga S. A., Cia Brasileira de Petróleos — Aguarda a próxima sessão legislativa.

PLC — 185-51 — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material destinado à Usina Elétrica Municipal de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Sul. — 25-10-51.

PLC — 186-51 — Modifica o artigo 3.º da Lei n.º 494, de 26-11-48, e dá outras providências — 22-11-51.

PLC — 188-51 — Torna extensivas às enfermeiras que prestaram serviço no 1.º Grupo de Caça, as Disposições da Lei n.º 1.209, de 25-10-51 — 19-11 de 1951 — Plenário.

PLC — 185-51 — Aplica às pessoas físicas ou jurídicas, alemãs ou japonesas, residentes ou domiciliadas no exterior, as disposições contidas no art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.123, de 3-4-46 — 7-12-51.

PLC — 213-51 — Autoriza o Poder Executivo a imprimir às obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira — 12-12-51.

PLC — 215-51 — Concede ao Instituto de Butantan, no Estado de São Paulo a contribuição anual de Cr\$ 1.900.000,00 destinada à produção de sulfonas e pesquisas de novas substâncias de combate à lepra. — 6-12 de 1951.

PLC — 220-51 — Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à União pelos servidores do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda — 13-12 de 1951.

PLC — 221-51 — Aumenta para ... Cr\$ 1.200,00 mensais a importância da pensão especial concedida a Lenor Barata Cotegipe — 25-10-51.

PLC — 225-51 — Dispõe sobre o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e dá outras providências. — 29-11-51.

PLC — 235-51 — Concede isenção do imposto de importação e taxas aduaneiras, excetuada a de previdência social, para material importado pela Santa Casa de Misericórdia de Maceió, Estado de Alagoas — 19-10-51.

PLC — 245-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para o fim que especifica — 13-12-51.

PLC — 247-51 — Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União — 27-11-51.

PLC — 255-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito suplementar de Cr\$ 3.000.000,00, à verba que especifica — 4-12-51.

PLC — 257-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ... Cr\$ 189.760,00, para pagamento de diferença de vencimentos a Salomão de Vasconcelos — 29-11-51.

PLC — 259-51 — Concede pensão a Ester de Souza Valente — 21-11-51.

PLC — 272-51 — Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — do crédito especial de Cr\$ 792.000,00, para atender às despesas com o pagamento de gratificações adicionais aos Ministros daquele Tribunal — 13-12-51.

PLC — 289-51 — Regula a forma de constituição da comissão de Promoções do Ministério Público junto a Justiça Militar e dá outras providências — 13-12-51.

PLC — 293-51 — Concede auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Associação Médica de Goiás para a realização do III Congresso Médico do Brasil Central e V do Triângulo Mineiro — 13-12-51.

PLC — 313-51 — Regula a quebra natural do sal estocado nas salinas — 12-12-51.

PLS — 7-47 — Modifica as operações cambiais reguladas pelo Decreto-lei n.º 9.625, de 27-2-46, e dá outras providências. — Plenário — Relatado verbalmente pelo Senador Salgado Filho.

Pls. 49-47 — Modifica o Decreto número 942-A, de 31-10-1890, que regula o Montepio Civil. — Aprovado em discussão preliminar, em 29-8-48.

Pls. 51-47 — Os oficiais e praças graduados ou não, sobreviventes dos cercos de Bagé e da Lapa, promovidos ou promissionados, por atos de bravura ou por serviços relevantes, passam a perceber da data desta lei, como os efetivos fôsem, os seus vencimentos pela tabela atual. — Discussão encerrada com 2 emendas. Volta às Comissões, em 24-8-50.

Pls. 11-48 — Dispõe sobre incorporação do Banco Central de Emissão e Redesconto do Brasil S. A. e dá outras providências. — Diligência, 29 de maio de 1951.

Pls. 37-48 — Autoriza o encampamento da Empresa de Navegação Aérea Brasileira S. A. (NAB) e dá outras providências. — Aprovada constitucionalidade, em 13-9-49.

Pls. 1-49 — Dá aplicação e fiscalização da Lei n.º 449, de 14-6-37, que dispõe sobre a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil e autoriza o Governo a emitir papel-moeda. — Aprovada constitucionalidade, em 24 de agosto de 1949.

Pls. 8-48 — Dispõe sobre o funcionamento dos Bancos, sua fiscalização e dá outras providências.

Pls. 22-49 — Regula a aplicação do art. 15, § 4.º da Constituição Federal. — Diligência. (Aprovada constitucionalidade, 24-8-49).

Pls. 36-49 — Autoriza o loteamento da área emancipada do Núcleo Colonial Santa Cruz, e dá outras providências. — Diligência, 12-1-51. — (Aprovada constitucionalidade em 15 de setembro de 1949).

Pls. 38-49 — Dispõe sobre a incorporação do Banco Hipotecário Agrí-

cola e Industrial do Brasil S. A., e dá outras providências. — Diligência cumprida em 28-9-51 — Redistribuído em 23-10-51.

Pls. n.º 52-49 — Dispõe sobre as operações de câmbio manual e dá outras providências. — Diligência, 28 de maio de 1951. (Aprovada constitucio-

Pls. 7-50 — Estende às dividas de qualquer natureza contraídas pelos criadores de gado bovino, antes de 5-1 de 1948, as disposições da Lei número 1.002 de 24-12-49.

Pls. 12-50 — Autoriza o Poder Executivo a entrar em acôrdo com a Prefeitura do Distrito Federal para a construção do Metropolitano do Rio de Janeiro. — (Aprovada constitucionalidade em 8-5-50).

Pls. 16-50 — Dispõe sobre a contribuição do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, dos servidores não inscritos por limite de idade.

Pls. 21-50 — Dispõe sobre a concessão de benefícios aos delegados regionais do Ministério do Trabalho, que durante o período da guerra serviram em zonas discriminadas como perigosas, na conformidade de prescrições militares então vigentes. — Diligência, 28-8-51. Cumprida em 17-9-51. Volta ao Relator em 24-9-51. Relatado em 2-10-51.

PLS — 50-51 — Estende a militares que participaram de operações de guerra, as vantagens da Lei 616, de 1949 — 24-10-51.

PLS — 32-50 — Autoriza o Poder Executivo a construir, na cidade de Sabará, um prédio para Correios e Telégrafos do tipo 3 — Diligências, 6 de abril de 1951. Cumprida em 11-6-51. Volta ao Relator em 3-8-51. Aprovada constitucionalidade em 16-10-51)

PLS 37-50 — Modifica disposições do Decreto-Lei 8.311, de 6-12-45 — Diligência, 25-4-51 (Aprovada constitucionalidade em 17-11-50).

PLS — 44-50 — Autoriza o Poder Executivo a constituir uma comissão para estudar as necessidades e problemas da construção naval e da Marinha Mercante e dá outras providências — Diligência, 26-4-51 (Aprovada constitucionalidade, 31-10-50).

PLS 45-50 — Dispõe sobre a aplicação do art. 15 da Lei 886, de 24-10-49, a funcionários nas condições aí estabelecidas, aposentados antes da publicação dessa lei — 7-11-51.

PLS — 59-50 — Autoriza o Poder Executivo a mandar efetuar a reversão ao serviço ativo do Exército dos Oficiais do Quadro do Serviço de Intendência, que tenham sido compulsados de 2-6-46, até a presente data — 18-7-1951 — (Aprovada constitucionalidade).

PLS — 5-51 — Assegura aos oficiais da Reserva de 2.^a classe da Aeronáutica aproveitados no serviço ativo da F. A. B. inscrição como contribuintes do Montepio Militar — 19-11-51.

PLS — 6-51 — Obriga a desapropriação de áreas irrigáveis dos açudes públicos, adota medidas sobre o arrendamento de terras e bacias hidráulicas e dá outras providências — 19-7-51 — (Aprovada constitucionalidade, 29 de maio de 1951).

PLS 12-51 — Autoriza o Poder Executivo a doar ao Patronato Sta. Catarina Labouré, de Piripirí, Piauí, os terrenos e edifícios que, na mesma localidade, serviram às instalações da Comissão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — Diligência, 28-5-51 (Aprovada constitucionalidade, 24-4-51).

PLS 19-51 — Assegura a transferência dos vencimentos no câmbio oficial ao servidor público que se ausentar do país, em missão cultural ou de estudo — 8-6-51 — Red. 30-9-51 — Relatado em 23-10-51 — Vista: Ismar de Goes, em 23-10-51.

PLS 20-51 — Autoriza o Poder Executivo a doar ao "Clube General Sampaio", com sede em Fortaleza, Ceará, uma quadra para construção, de instalações próprias do referido clube — 6-8-51 — Relatado, 20-9-51. (Aprovada constitucionalidade, 28-6-51).

PLS 37-51 — Autoriza o Poder Executivo a promover a transladação para o Brasil, dos restos mortais da escritora norte-riograndense Nícia Floresta — 5-10-51 — Devolvido sem parecer em 23-10-51 e redistribuído mesma data.

PDL — 62-49 — Aprova o Convênio de Cooperação Econômica, o Protocolo Adicional, do Tratado de Comércio e Navegação, e o Convênio sobre Transporte de passageiros e Turismo — 6-9-51.

PDL — 19-50 — Mantém registro, sob reserva de concessão de melhoria de pensão de montepio (Zilda Corrêa da Silva e outros, viúva e filhos de Deodoro Luís da Silva Pessoa).

PDL 35-50 — Aprova o Acôrdio sobre Privilégios de Imunidades da Organização dos Estados Americanos,

firmado pelo Brasil a 22 de setembro de 1949 — 8-6-51.

PDL 40-50 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais, para realização de trabalho de combate à broca do café naquele Estado.

PDL 55-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo do contrato celebrado entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a Empresa Cavalcânti, Junqueira S. A., para a execução de esgotos no edifício à Praça General Tibúrcio número 83, na Capital Federal.

PDL 59-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado em 7 de dezembro de 1949 e o seu termo aditivo entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército — Ministério da Guerra — e a firma Cavalcânti Junqueira S. A.

PDL 60-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de 30 de janeiro de 1948, de revigoração do aforamento do terreno de marinha, situado na rua Jansen de Matos, onde se acha edificado o prédio 53, na cidade de S. Luís, Maranhão, celebrado entre o Serviço do Patrimônio e Tiago Filgueiras dos Santos.

PDL 63-51 — Aprova a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Proteção aos Índios e a Firma Oto Low & Irmão Ltda., em 13-5-48.

PDL 64-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo do contrato celebrado entre o Ministério da Guerra e José Gissi.

PDL 65-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo do acôrdio celebrado entre o Governo da União e o Estado do Paraná.

PDL 73-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou o registro ao contrato e respectivo termo aditivo, celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a Cia. Moraes Rêgo S. A., para a construção do Pavilhão do Rancho da Rede Aérea de Santa Cruz — Diligência, 24 de outubro de 1951.

PDL — 80-51 — Mantem a decisão do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da

Educação e a firma Construtora Artios Ltda. para a execução de obras na Colônia Juliano Moreira, nesta Capital 18-9-51.

PDL — 84-51 — Mantem a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo de contrato celebrado a 6-12-50 entre o Ministério da Educação e a firma Campos Fernandes & Cia. Ltda. 1-10-51.

PDL — 87-51 — Mantem a decisão do Tribunal de Contas que autorizou o registro sob reservas da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 606.000,00 como "Restos a Pagar" do exercício de 49 à firma Constutora Omar O'Grady Ltda. 27-9-51.

PDL — 91-51 — Mantem a decisão do Tribunal de Contas que recusou Registro ao Acôrdo celebrado entre o Ministério da Educação e o Governo do Paraná, para intensificação da assistência psiquiátrica no mesmo Estado 18-9-51.

PDL — 95-51 — Mantem a decisão do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre a Diretoria do Hospital Militar de Curitiba, e as irmãs da Congregação de São José, para prestação de serviços 10-10-51.

PDL — 96-51 — Mantem a decisão do Tribunal de Contas denegatório do contrato entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções S. A. 24-10-51.

PDL — 103-51 — Mantem a decisão denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de portos, Rios e a firma M. S. Lino & Cia. Ltda. 13-12-51.

PDL — 106-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telegráfos e a Sociedade Campos Bruder & Cia. Limitada 10-12-51.

PDL 108-51 — Mantem o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do contrato entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma A. Pereira Gonçalves 29-11-51.

PDL — 109-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo do contrato celebrado entre a Diretoria dos Correios e Telegráfos do Estado de São Paulo e a firma Companhia Predial de Taubaté 7-12-51.

PDL — 111-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a determinar o registro do Convênio celebrado entre a

União Federal e o Município de Itaúna do Estado de Minas Gerais 7-12-51.

PDL — 115-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Prefeitura Municipal de Itacaré, Estado da Bahia, para a exploração do cais no Município e cidade de mesmo nome, bem como do cais do Município de Poiri 13-12-51.

PDL — 119-51 — Mantem a decisão do Tribunal de Contas, denegatório ao registro do contrato celebrado a 11-12-50, entre a Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura e Gerson Pires de Araújo e sua mulher Adalgisa Luís de Menezes 13-12-51.

PRS — 13-51 — Reverte a atividade nos termos do artigo 167., do Regulamento da Secretaria combinado com o art. 2º da Lei 1.050. de 3-1-50, o auxiliar de portaria padrão K, Anibal Alves Torres 13-12-51.

COMISSÃO DE FÔRÇAS ARMADAS

PLC — 331/50 — Dispõe sobre a exportação de minerios empregados na utilização da energia atômica — 25-8-51 — Diligência — 23-10-51.

PLC — 83/51 — Extingue a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Fôrças Armadas e dá outras providências — Diligência, 22-6-51.

PLC — 93/51 — Estende aos militares amparados pelas Leis ns. 288, 616 e 1.156, a concessão da Medalha de Guerra — 31-7-51 — Diligência, 19 de setembro de 1951.

PLC — 222/51 — Assegura ao Major Cícero Cavalcanti contagem de tempo de serviço — 25-10-51 — Devolvido na mesma data para aguardar nova sessão legislativa.

PLS — 34/50 — Dispõe sobre a aplicação do Decreto-lei 8.264 de 1 de dezembro de 1945. — 25.10.51 —

PLS — 47/50 — Revoga dispositivos da Lei do Serviço Militar — 19-6-51 — Diligência, 11-12-51.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PLC — 248/48 — Assegura prerrogativas aos jornalistas profissionais. — 14-9-51 — Devolvido com parecer e m7-12-51.

PLC — 354/48 — Concede imunidades aos Vereadores Municipais.

PLC — 10/49 — Regula a entrada de imigrantes no País e estabelece normas para a colonização — Finanças — Devolvido com parecer em 23-4-51. — VISTA: — O. Oliveira.

PLC — 346/49 — Regula a liberdade de imprensa — 6-12-51.

PLC — 26/50 — Dispõe sobre a organização sindical. 25-10-51 — Trabalho.

PLC — 33/50 — Dispõe sobre a recondução ao serviço de funcionários civis e militares, e dá outras providências. — Devolvido com parecer em 7-5-51. — Vista: Ivo d'Aquino — Em 16-5-51.

PLC — 34/50 — Concede anistia com participantes do conflito ocorrido na "Tribuna Popular" — Diligência — 4-5-51.

PLC — 93/50 — Altera a redação de dispositivos do Código de Processo Penal — Vistas: A. Jobim, em 11-7-51 — Devolvido com parecer em 23-7-51. — Vista: A. Carvalho, em 27-7-51.

PLC 94/50 — Altera dispositivos dos Decretos ns. 19.606, de 19 de janeiro de 1931 e 20.577, de 8 de setembro de 1931 e revoga o Decreto n.º 26.747, de 3 de junho de 1949 — Saúde — Devolvido com parecer em 17 de agosto de 1951 — — Redistribuído: — 27 de agosto de 1951.

PLC — 144/50 — Dá nova redação ao artigo 28 do Código Penal.

PLC — 158/50 — Institui a Lei Orgânica dos Territórios Federais.

PLC — 178/50 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda do crédito especial de Cr\$ 308.799.977,60, para ocorrer as despesas relativas à sentença proferida pelo Juízo Arbitral, instituído pelo artigo 12 do Recreio-lei n.º 9.521, de 26 de julho de 1946, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.648, de 20 de setembro de 1942 e 7.024, de 6 de novembro de 1944 que regulam o destino dos bens deixados por Henrique Lage. — Finanças. — VISTA: — E. Pessoa., em 20 de junho de 1951. — Devolvido em 27 de agosto de 1951. — Redistribuído em 17 de setembro de 1951. — Diligência, 29 de setembro de 1951.

PLC — 278/50 — Estabelece critério para o caso de acesso à carreira de Técnico de Laboratório do Ministério de Educação e Saúde — Edu-

cação — Redação: — 23 de outubro de 1951.

PLC 285-50 — Completa o art. 31, V, letra B, da Constituição Federal — Plenário — Devolvido com parecer em 4-9-51. Redistribuído: 6-9-51.

PLC 294-50 — Dispõe sobre concursos, estabelecendo preferência para a nomeação de funcionários e servidores efetivos que tenham mais de 5 anos de serviço e que prestem concurso para o preenchimento de vagas acima dos cargos ou funções que ocupam, uma vez que alcancem aprovação — Devolvido sem parecer, em 14-12-51.

PLC 298-50 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte — Diligência, 19-7-51 — Cumpr. e redistribuído em 22-8-51. — Dev. com parecer, 2-10-51 — Volta Relator, 9 de novembro de 1951. — Devolvido com parecer em 26-11-51 — Diligência, 5 de dezembro de 1951.

PLC 320-50 — Extingue o instituto de enfiteuse, aferamento ou emprazamento — Devolvido com parecer em 10-12-51.

PLC 328-50 — Fixa a divisão administrativa judiciária do Território Federal do Rio Branco e abre crédito especial de Cr\$ 332.880,00.

PLC 337-50 — Dá nova redação a dispositivos do Código Civil.

PLC 4-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 49.174.943,30 e dá outras providências. — 16-11-51.

PLC 6-51 — Estende ao pessoal da Marinha Mercante Nacional os direitos e vantagens da Lei 288, de 8-6-48, e concede vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra — 4-12-51 — Devolvido com parecer em 12-12-51 (Aguarda nova sessão legislativa).

PLC 12-51 — Altera o artigo número 1.523, do Código Civil — Devolvido com parecer — Vista: V. Wanderley em 31-5-51 — Devolvido s/voto em 3-9-51 — Redistribuído: 12-11-51. — Devolvido com parecer em 7-12-51.

PLC 25-51 — Revigora o crédito especial de que trata o artigo 3.º da Lei n.º 586, de 23 de dezembro de 1948. — Vista: Olavo Oliveira, em 26-4-51.

PLC 29-51 — Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

PLC 2-51 — Altera o disposto no artigo 295 do Código do Processo Penal — Devolvido com parecer em 17-8-51. — Redistribuído: 14-11-51 — Dev. com parecer em 10-12-51.

PLC 81-51 — Estende os benefícios previstos nas Leis ns. 288, de 1948 e 16, de 1949, que concedem vantagens a militares e civis que tomaram parte em operações de guerra — 5-12-51 — Forças Armadas (Para pronunciar sobre emendas) — Devolvido com parecer em 14-12-51.

PLC 85-51 — Cria o Ministério da Saúde e Assistência e dá outras providências. — 17-5-51 — Diligência, 29 de maio de 1951.

PLC 86-51 — Autoriza a abertura pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 16.511.040,00, para pagamento ao Tesouro Britânico como liquidação de todos os "claims" denegados, constantes do "Aide Memoire", salvo quanto t Brasil Railway Company and Porto of Pará — 21-5, de 1951.

PLC 114-51 — Declara de utilidade pública a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, com sede no Distrito Federal — 20-7-51 — Devolvido com parecer em 27-8-51 — Diligência, 30-8-51.

PLC 143-51 — Define e pune o crime de genocídio — 10-8-51 — Plenário — Dev. com parecer, 20-8-51. Diligência 30-8-51 — Cumpr. 19-9-51 — Volta Relator: 3-10-51.

PLC 147-51 — Declara de utilidade pública a Casa Betânia, instituição, beneficente com sede nesta Capital — 16-8-51 — Dev. com parecer 13-9-51 — Diligência, 18-9-51.

PLC 165-51 — Dá garantia do Tesouro Nacional a aval do Banco do Brasil nas promissórias de responsabilidade do Loide Brasileiro — Patrimônio Nacional — 23-8-51 — Devolvido com parecer em 10-9-51 — Diligência, 13-9-51.

PLC 172-51 — Altera os §§ 3.º e 4.º e 5.º do art. 14 da Lei 217, de 15-1-48 — 29-8-51 — Devolvido com parecer em 25-9-51. Vista: J. Pires — Devolvido em 3-10-51 — Diligência, 9 de outubro de 1951.

PLC 179-51 — Considera de utilidade pública a Associação dos Seringalistas do Amazonas. — 31-8-51 — Dev. com parecer em 18-9-51. — Diligência, 28-9-51.

PLC — 182-51 — Fixa o número de Deputados para a próxima legislatura — 4 de setembro de 1951.

PLC — 199-51 — Dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949 — 17 de setembro de 1951 — Devolvido com parecer em 5 de outubro de 1951.

PLC — 20-51 — Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao serviço ativo do Exército, Marinha e Aeronáutica, os oficiais transferidos para a reserva remunerada e dá outras providências — 20 de setembro de 1951 — Devolvido com parecer em 1 de outubro de 1951. — Redistribuído: 1 de outubro de 1951 (Para redação — vencido).

PLC — 209-51 — Exclui da classificação constante do artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Santos, Estado de São Paulo — 24 de setembro de 1951.

PLC — 211-51 — Exclui da classificação constante do artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947 o Município de São Paulo, Estado de São Paulo — 24 de setembro de 1951.

PLC — 214-51 — Revoga a alínea "a" do artigo 530, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. (Consolidação das Leis do Trabalho) e dá outras providências — 28 de novembro de 1951 — (Para pronunciar sobre emenda).

PLC — 218-51 — Modifica a Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, na parte relativa ao Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso — 26 de setembro de 1951.

PLC — 219-51 — Modifica a Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, na parte relativa ao Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro — 26 de setembro de 1951.

PLC — 223-51 — Modifica os artigos 296 e 301 do Código de Processo Civil e dá outras providências — 26 de setembro de 1951 — Plenário. — Devolvido com parecer em 29 de outubro de 1951.

PLC — 227-51 — Revoga o Decreto-lei n.º 3.284, de 19 de maio de 1941, e dá outras providências — 2 de outubro de 1951 — Devolvido com parecer em 15 de outubro de 1951. — 7 de novembro de 1951. — Devolvido com parecer em 22 de novembro de 1951.

PLC — 250-51 — Declara de utilidade pública o Clube de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — 5 de no-

vembro de 1951 — Devolvido com parecer em 7 de dezembro de 1951.

PLC — 253-51 — Regula o curso da ação de alimentos e dá outras providências — 5 de novembro de 1951.

PLC — 254-51 — Dá nova redação ao artigo 3.º e seu parágrafo 1.º, da Lei n.º 1.185, de 31 de agosto de 1950 — 5 de novembro de 1951 — Forças Armadas. — Redistribuído: 14 de novembro de 1951.

PLC — 260-51 — Concede isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, para material importado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes — 8 de novembro de 1951 — Devolvido com parecer em 7 de dezembro de 1951.

PLC — 268-51 — Prorroga o prazo dos contratos de arrendamento de terras, congela os preços, e dá outras providências — 20 de novembro de 1951 — Devolvido com parecer em 10 de dezembro de 1951.

PLC — 274-51 — Declara de utilidade pública a Casa da Paraíba — 21 de novembro de 1951 — Dev. com parecer, em 7 de dezembro de 1951.

PLC — 277-51 — Altera o item I da letra "a" do artigo 3.º da Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1948 — (Lei do Imposto de Consumo) — 21 de novembro de 1951.

PLC — 280-51 — Faculta a contribuição para diversos Institutos de Previdência e dá outras providências — 21 de novembro de 1951.

PLC — 284-51 — Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação, celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais — 22 de novembro de 1951.

PLC — 287-51 — Aprova o Plano de Carvão Nacional e dispõe sobre a sua execução — 27 de novembro de 1951.

PLC — 291-51 — Dispõe sobre o peñhor dos produtos agrícolas — 29 de novembro de 1951.

PLC — 107-51 — Autoriza o Poder Judiciário a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 30.391.198,30 para atender ao pagamento de indenização devida a Construções Aeronáuticas S. A., concessionária da Fábrica de Aviões de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais — 14 de dezembro de 1951 — (Para pronunciar sobre emenda).

PLC — 292-51 — Autoriza a abertura de um crédito suplementar de Cr\$ 605.734,40, em reforço à verba que especifica — 27-11-51.

PLC — 294-51 — Denomina "Aeroporto Pinto Martins", o Aeroporto do Cororote em Fortaleza — 27-11-51.

— Devolvido com parecer, em 7 de dezembro de 1951.

PLC — 295-51 — Concede isenção de tributos exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados para vários templos religiosos — 27-11-51.

PLC — 296-51 — Altera os artigos 3.º 4.º e 5.º da Lei n.º 794, de 29 de agosto de 1949, que assgurava a inscrição de provisionados no Quadro da Ordem dos Advogados do Brasil — 27-11-51.

PLC — 304-51 — Autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e o pagamento de despesas com a execução de obras na Secretaria do Ministério da Educação e Saúde — 30 de novembro de 1951.

PLC — 305-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, um crédito suplementar de Cr\$ 872.320,00, para atender ao pagamento do pessoal dos Quadros Permanentes e Suplementar daquele Ministério — 30-11-51.

PLC — 306-51 — Isenta do pagamento dos impostos de importação e taxas aduaneiras maquinários usados, destinados ao fabrico de sabão, gordura e produtos similares — 3 de dezembro de 1951.

PLC — 307-51 — Releva a prescrição em que incorreu o direito de Rodolfo de Albuquerque Figueiredo, escrevente do Ministério da Guerra de pedir ratificação do ato de sua nomeação para o referido cargo — 3 de dezembro de 1951.

PLC 308-51 — Denomina professores de Educação Física os atuais Instrutores de Educação Física do Instituto Benjamin Constant — 5 de dezembro de 1951.

PLC — 309-51 — Autoriza a doação de imóveis à Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, em Recife, Estado de Pernambuco — 5 de dezembro de 1951.

PLC — 310-51 — Abre ao Ministério da Marinha o crédito especial de Cr\$ 18.986.786,20 para atender à aquisição de um estabelecimento hospitalar destinado à Assistência Médico-Social da Armada — 5 de dezembro de 1951.

PLC — 312-51 — Altera o artigo 244 do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939. (Código do Processo Civil) — 5 de dezembro de 1951.

PLC — 311-51 — Autoriza o Instituto do Sal a promover a constru-

ção, adaptação e aparelhagem de armazéns para depósito de sal nos principais centros de consumo e dá outras providências — 14 de dezembro de 1951. — (Para se pronunciar sobre emenda).

PLC — 314-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — crédito especial de Cr\$ 45.900,00, a fim de atender ao pagamento de gratificação de representação devida aos Juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, relativamente ao exercício de 1947 — 5 de dezembro de 1951. — Aguarda nova sessão legislativa

PLC — 316-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 34.307,10, destinado a regularidade de despesa do exercício de 1950, com o estudo de letras hipotecárias e escriturada em conta de ordem pela Contadoria Geral da República — 7 de dezembro de 1951. — Aguarda nova sessão legislativa

PLC — 317-51 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.444.319,00, destinado as obras de ampliação das instalações do Tribunal de Contas — 7 de dezembro de 1951. — Aguarda nova sessão legislativa

PLC — 318-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$.. 86.000.000,00, destinado à construção do edifício para a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e demais repartições federais, no Estado de São Paulo — 7 de dezembro de 1951. — Aguarda nova sessão legislativa

PLC — 319-51 — Altera o § 2.º do art. 6.º, letra *a* e letra *e* acrescida ao art. 7.º da Lei 605, de 5-1-49, que regula o repouso remunerado — 7-12-51 — Aguarda a próxima sessão legislativa.

PLC — 320-51 — Revigora, para todos os efeitos, os Decretos de 19 de março de 1937, os quais, em cumprimento de decisão do Supremo Tribunal Federal, melhoraram as reformas dos Generais Francisco Cabral da Silveira e José Cândido da Silva Muricy — 7-12-51 — Aguarda a próxima sessão legislativa.

PLC — 321-51 — Releva a prescrição o direito da menor Ghislene Velasques Hudzick à pensão especial deixada pelo Cadete do Ar, João Hudzick. — 7-12-51 — Aguarda a próxima sessão legislativa.

PLC — 322-51 — Torna aplicável aos servidores das autarquias o disposto no artigo 192 da Constituição Federal — 7-12-51 — Aguarda a próxima sessão legislativa.

PLC — 323-51 — Altera o Decreto-lei n. 4.271, de 17-4-42, que trata do recrutamento de oficiais da Reserva de 2.ª classe — 7-12-51 — Aguarda a próxima sessão legislativa.

PLC — 324-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 217.644,60, para pagamento de diferença de proventos ao sub-oficial reformado Luís de Góes — 7-12-51 — Aguarda a próxima sessão legislativa.

PLC — 325-51 — Concedendo isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados pela Prefeitura Municipal de Formiga e outros — 7-12-51 — Aguarda a próxima sessão legislativa.

PLC — 328-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito suplementar de Cr\$ 30.000.000,00, em reforço da verba que especifica — 10-12-51.

PLC — 329-51 — Amplia o prazo de execução da Lei n. 1.003, de 24 de dezembro de 1949, relativo a financiamento da lavoura do café — 10-12-51.

PLC — 330-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.600.000,00 para despesas decorrentes de substituições — 10-12-51.

PLC — 331-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 980.023,20, para atender às despesas do Ministério Público do Trabalho.

PLC — 333-51 — Altera o artigo 59 do Decreto-lei n. 9.120, de 2 de abril de 1946, que organiza os Quadros efetivos do Exército — 10-12-51 — Forças Armadas.

PLC — 334-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 21.415.680,00, para pagamento de prestações devidas nos termos e condições do Suplemento I ao Ajuste de Liquidação de "Lond Lease" — 12-10-51.

PLC — 335-51 — Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — do crédito especial de Cr\$ 90.468,10, para ocorrer às despesas com substituições de Presiden-

tes de Juntas de Conciliação e Julgamento durante o exercício de 1949, no Tribunal Regional do Trabalho da 1.^a Região — 10-12-51.

PLS — 25-47 — Regula a ação popular instituída pelo art. 141, § 3.^o da Constituição Federal — 31 de agosto de 1951. — (Para se prtnnciar sôbre emendas).

PLS — 10-48 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 734.236,50, sendo Cr\$ 565.78,00 para atender às despesas da Comissão de Reparções de Guerra, no decorrer de 1947, e Cr\$ 77.456,50 para pagamento de gratificação de função aos funcionários da Secretaria da Comissão de Defesa Econômica. — Plenário. — Aguardando esclarecimentos do autor do Projeto, Senador Alfredo Neves. (Informações da Comissão, em 7 de junho de 1951).

PLS — 13-48 — Regula o aproveitamento do militar em cargo público. — 3 de outubro de 1951.

PLS — 20-49 — Dá nova redação ao número XI do art. 27 do Regulamento número 24.646, de 10 de março de 1948.

PLS — 29149 — Revoga o Decreto-lei n.º 9.116, de 1 de abril de 1946. — Plenário.

PLS — 1-50 — Estabelece normas para a execução do disposto no artigo 22 do Decreto-lei n.º 9.669, de 29 de agosto de 1946. — Vista: J. Vilasboas, em 7 de junho de 1951. — Devolvido em 27 de agosto de 1951. — mas.

PLS — 10-50 — Dispõe sôbre a aposentadoria do pessoal auxiliar da Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior. — Plenário. — Diligência, 16 de maio de 1951. — Cumpr e red.: 20 de setembro de 1951. — Devolvido com parecer em 24 de setembro de 1951. — Diligência, 24 de setembro de 1951.

PLS — 19-50 — Declara de interesse social os direitos autorais das obras do escritor Machado de Assis e providência sôbre a sua desapropriação e uma nova edição das mesmas. — Plenário.

PLS — 20-50 — Modifica a ordem d sucessão hereditária legítima e dispõe sôbre as heranças vacantes e a sua distribuição para a formação de patrimônios das Universidades.

PLS — 49-50 — Dispõe sôbre a obrigatoriedade do recebimento para pagamento de impostos, dos coupons

de juros vencidos dos títulos de dívida pública. — Cumpr. diligência — Volta Relator, 25 de junho de 1951. — Devolvido sem parecer, em 16 de agosto de 1951. — Redistribuidt: 14 de novembro de 1951. — Dev. com parecer em 10 de dezembro de 1951.

PLS — 54-50 — Estabelece salário mínimo para engenheiros, arquitetos e agrônomos.

PLS — 1-51 — Dá nova redação ao § 3.^o do art. 121 do Código Penal.

PLS — 2-51 — Dispõe sôbre a estabilidade de pessoal extranumerário. — Diligência, 17 de maio de 1951. Cumprida, 25 de maio de 1951. — Redistribuído: 25 de maio de 1951.

PLS — 4-51 — Altera a legislação de Bolsas de Valores e dá outras providências. — Diligência, 4 de julho de 1951.

PLS — 8-51 — Regula disposições do artigo 48 da Constituição Federal.

PLS — 14-51 — Institui, na Capital Federal, a Bolsa de Pedras Preciosas, Cemi-Preciosas, e dá outras providências. — Cumprida diligência. Volta Relator, 12 de junht de 1951.

PLS — 25-51 — Modifica o artigo 24 do Código Penal, instituindo a ação penal popular para os delitos de responsabilidade.

PLS — 30-51 — Exclui da relação contida no artigo 1.^o da Lei n.º 121, de 1947, o Município de Manaus.

PLS — 35-51 — Estabelece disposições para a criação de sociedades destinadas ao financiamento de industriais básicas e outras. — 20 de julho de 1951. — Devolvido com parecer em 4 de setembro de 1951.

PLS — 40-51 — Dispõe sôbre o trânsito de bicicletas e dá outras providências. — 28 de agosto de 1951.

PLS — 41-51 — Considera anistiados os infratores da legislação vigente por delitos e transgressões decorrentes da propaganda partidária. — 10 de setembro de 1951.

PLS — 42-51 — Define a função pública, o mandato legislativo, o cargo público eletivo e o cargo público propriamente dito. — 26 de setembro de 1951.

PLS — 47-51 — Dá nova redação ao art. 3.^o da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950. — 7 de novembro de 1951.

PLS — 49-51 — Dispõe sôbre aposentado: e pensões dos Institutos e Caixas. — 26 de novembro de 1951. — Devolvido com parecer em 10 de dezembro de 1951.

PLS — 50-51 — Considera promovido o Major Intendente Reformado, Sebastião Izidoro Pereira, em 25 de dezembro de 1942 e estende-lhe as vantagens do Decreto-lei n.º 4.931, d. 6 de novembro de 1942. — 7 de dezembro de 1951. — (Aguarda próxima sessão legislativa).

PDL — 59-49 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que recusou registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Proteção aos Índios e Dellatorre & Irmãos, para venda de pinheiros. — Devolvido só parecer em 30-5-51 — Vtita ao Relator, 27-6-51. Devolvido com parecer em 13-8-51.

PDL 79-49 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Proteção aos Índios e à firma Herminio Tissiani & Cia. Limitada, para venda de pinheiros e cedros — 25-7-51.

PDL 83-49 — Dispõe sobre a convocação extraordinária do Congresso Nacional.

PDL 112-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato entre a Diretoria do Recrutamento do Exército e Maria Eugênia Figueiredo Braga, cancelando, entretanto, a prorrogação, que menciona, constante da respectiva cláusula V. — 22-11-51.

PDL 116-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado entre a Divisão de Caça e Pesca da Agricultura e Cícero Bahia Dantas — 5-12-51.

PDL 117-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma J. Passos Rodrigues. — 5-12 de 1951.

PDL 118-51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Luiz Harold Dirickeon — 5-12-51.

PDL 120-51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado a 8 de setembro de 1949, entre o Governo do Território Federal do Guaporé e Francisco Gaia de Lima — 10-12-51.

PRS 11-51 — Cria o Serviço Legislativo do Senado Federal — 21-5-51.

PRS 20-51 — Acrescenta parágrafo ao art. 2.º do Regimento Interno. — 15-10-51.

PRS 25-51 — Reestrutura os proventos dos funcionários inativos do Senado Federal — 29-10-51.

Veto 7-51 — Dispõe sobre transportes urbanos de camionetes ou microônibus — 5-12-51.

VETO 8-51 — Determina a inclusão na Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo, e do Instituto de Serviço Social, na Universidade do Distrito Federal. — 10-12-51 — Aguarda nova legislação.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

PLC 354-50 — Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, como contribuição do Brasil ao esforço de guerra das Nações Unidas para a defesa da República da Coreia. — 5-10-51.

PDL 88-51 — Aprova o texto do Convênio Cultural entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte, firmado em Washington a 17 de outubro de 1950. — 12-12-51.

PDL 101-51 — Aprova o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e a Itália, firmado em Roma. — 22-11-51.

PDL 107-51 — Aprova a Convenção n.º 98, relativa à aplicação dos princípios do direito organização e de negociação coletivas. — 27-11-51.

COMISSÃO DE SAÚDE

PLC-189-51 — Reorganiza os Cursos do Departamento do Departamento Nacional da Criança (C. D. N. Cr.) e dá outras providências — 13-12-51 — Aguarda próxima sessão legislativa — Em 13 de dezembro de 1951.

PLC-269-51 — Estende os dispositivos da Lei n.º 620, de 12 de fevereiro de 1949, à Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Educação e Saúde — 13-12-51 — Aguarda próxima sessão legislativa — Em 13 de dezembro de 1951.

COMISSÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PLC-69-50 — Dispõe sobre as finalidades do ensino do Serviço Social, sua estruturação, e sobre as prerrogativas dos portadores de diplomas finalidades do ensino do Serviço Sociais — 22-11-51.

PLC-169-51 — Modifica dispositivos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1-5-43 — 18-9-51 — Avocado pelo Presidente da Comissão, em 24 de setembro de 1951.

PLC-178-51 — Considera ferroviários, para os efeitos das Leis do Trabalho e de Previdência Social, os empregados em carros restaurantes e outros — 22-11-51 — Dev. com parecer, 13-12-51.

PLC-190-51 — Altera o artigo 475 e seus parágrafos do Decreto-lei número 5.452, de 1 de maio de 1943 — (Consolidação das Leis do Trabalho) — 22-11-51.

PLC-195-51 — Considera segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os motoristas profissionais empregados de Empresas Concessionárias do Serviço Público — 6-11-51 — Devolvido com parecer, 14-12-51.

PLC-251-51 — Dá nova redação aos artigos 854 e 855, do Decreto-lei número 5.452, de 1 de maio de 1943 — 6-12-51 — Aguarda nova Sessão legislativa.

PLC-271-51 — Altera os artigos 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 9.143, de 8 de abril de 1946 — 6-12-51 — Aguarda nova Sessão legislativa.

PLS-41-49 — Eleva o abono familiar e modifica o conceito de família numerosa para a sua concessão — Diligência. — 5-4-51. — Cumprida, em 18-9-51.

PLS-11-51 — Dispõe sobre a situação de segurados obrigatórios do IPASE — 21-5-51 — Diligência, 16 de agosto de 1951.

PLS-31-51 — Dispõe sobre o serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias — 29-11-51 — Relatado, 12-12-51. Vista: V. Franco, 12 de dezembro de 1951.

COMISSÃO DE VIAÇÃO

PLC — 198-50 — Regula o regime das empresas concessionárias de serviços públicos. — 5-12-51 — (Aguarda nova sessão legislativa.)

PIS — 23-51 — Dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Loide Brasileiro". — 1-6-51.

PLS — 38-51 — Destaca do Fundo Rodoviário Nacional a verba de Cr\$ 15.000.000,00, para a construção de uma ponte mista sobre o Rio Caninde, na cidade de Oeiras, no Estado de Piauí — 2-10-51 — Diligência, 4-10-51.

PLC — 297-51 — Altera o art. 63, do Título II — Serviço Telegráfico Exterior da Lei n.º 498, de 28 de novembro de 1948, que reajusta as tarifas postais e telegráficas e dá outras providências. — 14-12-51. — (Aguarda nova sessão legislativa).

PROJETOS ENTRADOS NOS ÚLTIMOS DIAS DA SESSÃO LEGISLATIVA (SEM DESPACHO)

PLC — 326-51 — Determina as condições para o funcionamento de estabelecimentos de informações reservadas ou confidenciais comerciais ou particulares.

PLC — 336-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

PLC — 337-51 — Modifica os artigos 203, 208, 214 e 464, do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941.

PLC — 338-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 717.904,20, como reforço da Verba I — Pessoal — do Anexo n.º 26, do Orçamento vigente.

PLC — 340-51 — Concede uma subvenção extraordinária de Cr\$ 100.000,00 ao Museu Santos Dumont, no Estado de Minas Gerais.

PLC — 341-51 — Autoriza a abertura ao Congresso Nacional — Senado Federal um crédito especial de Cr\$ 98.971,70 para pagamento de salário família e de gratificação adicional aos funcionários da Secretaria do Senado e um suplementar de Cr\$ 1.693.969,80 em reforço da Verba destinada ao pagamento de ajuda de custo devida aos Senadores.

PLC — 342-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda do crédito suplementar de Cr\$ 4.500,00, em reforço da Verba 2 — Material, do Anexo n.º 19 do vigente Orçamento, destinado a ocorrer ao pagamento de despesas de iluminação da Alfândega de Aracajú, no Estado de Sergipe e Delegacia Fiscal, no Estado do Maranhão.

PLC — 343-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça o crédito suplementar de Cr\$ 44.000,00 em reforço da Verba I — Pessoal, do Anexo n.º 21, da Lei número 1.249, de 1 de dezembro de 1950.

PLC — 344-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de Cr\$.. 300.000,00, como auxílio ao V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, a realizar-se em 1952, na cidade de Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

PLC — 345-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$.. 93.600.000,00, para pagamento de compromissos de guerra.

PLC — 346-51 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — do crédito suplementar de Cr\$ 767.650,00, em reforço das Verbas I — Pessoas, e 3 — Serviços e Encargos, do Anexo 26 da Lei n.º 1.249, de 1.º de dezembro de 1950.

PLC — 348-51 — Altera o Orçamento Geral da República para 1951 (Lei n.º 1.249, de 1 de dezembro de 1950).

PLC — 349-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra, da Justiça e da Marinha, o crédito suplementar de Cr\$ 1.248.451,00, como reforço das verbas respectivas do Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, destinado às despesas, com a aplicação do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

PLC — 350-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 711.800,00, para atender ao pagamento de despesas decorrentes de fornecimento e instalação de equipamento de laboratório para microfilmagem, pela Firma Microfilme Técnica Ltda.

PLC — 351-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 7.361.531,20, para execução do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares em relação ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

PLC — 352-51 — Autoriza o Poder Executivo a adquirir, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas o terreno na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

PLC — 353-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 40.716,40, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça do Trabalho.

PLC — 354-51 — Altera sem aumento de despesa, a Verba 3 — Serviços e Encargos, do Anexo n.º 17 — Ministério da Agricultura — da Lei n.º 1.249, de 1 de dezembro de 1950.

PLC — 355-51 — Autoriza a abertura pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito de Cr\$ 10.000.000,00, para atender às despesas com a reconstrução do edifício em que funcionava o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, no Estado do Rio Grande do Sul.

PLC — 356-51 — Concede pensão especial de Cr\$ 300,00 mensais à Honorina Maria de Jesus, genitora de Vival Alves dos Santos, extranumerário-diarista da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, falecido em consequência de acidente no trabalho.

PLC — 357-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de Cr\$.. 10.000.000,00, para ereção na Capital da República, de um monumento a Ruy Barbosa.

PLC — 358-51 — Estende a todos os chefes servidores dos Postos de Atração e Pacificação dos Índios, quando em expedição pelas regiões habitadas pelos índios não aldeados, os benefícios do Decreto-lei n.º 5.801, de 8 de dezembro de 1943, que considera de interesse militar a Expedição Roncador-Xingú.

PLC — 359-51 — Altera a redação do item XII do artigo 43 do Plano de Uniformes para uso de oficiais e pracas da Aeronáutica.

PLC — 360-51 — Dispõe sobre a situação perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dos armadores de pesca e dos pescadores e empregados em profissões conexas com a indústria da pesca.

PLC — 363-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação, o crédito de Cr\$ 142.000.000,00, para atender no corrente exercício, a manutenção de estabelecimentos de ensino federalizado e integrantes do sistema federal de ensino superior, de que trata a Lei n.º 1.2654, de 4-12-50.

PLS — 364-51 — Altera o § 2.º do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 5.878, de 4-10-43, que autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre o seu fundamento.

PLC 365-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 356.649,00 para pagamento aos serviços Hollerith S. A., em decorren-

cia do Decreto Legislativo n.º 2, de 5-2-48.

PLC 366-51 — Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, e do imposto de consumo para materiais destinados ao Estado do Rio Grande do Sul.

PLC 367-51 — Alter o art. 7.º da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947, e acrescenta um parágrafo único ao art. 3.º da Lei n.º 216, de 9 de janeiro de 1948.

PLC — 368 — Exclui o Município de Belém, do Estado do Pará, do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947.

PLC — 369-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à aquisição de um sincro-ciclotron e seus aparelhos complementares.

PROJETOS LIDOS (SEM
DESPACHO)

PRS 30-51 — Será comemorado pelo Senado Federal, o dia 19 de novembro de cada ano, o dia consagrado à Bandeira Nacional.

PDL — 121-51 — Aprova o Tratado de Paz com o Japão.

ANEXO N.º 19

MESA QUE DIRIGIU OS TRABALHOS DO SENADO FEDERAL NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1951

(1.ª DA 2.ª LEGISLATURA)

Presidente — João Café Filho, Vice-Presidente da República, eleito em 3-10-1950 (Partido Social Progressista, Rio Grande do Norte) e empossado em 31-1-1951. Assumiu a Presidência do Senado em 16-3-1951.

Vice-Presidente — Senador Alexandre Marcondes Machado Filho, representante do Estado de São Paulo (Partido Trabalhista Brasileiro), eleito para o Senado em 2-12-1945.

1.º Secretário — Senador Etelvino Lins de Albuquerque, representante do Estado de Pernambuco (Partido Social Democrático), eleito para o Senado em 2-12-1945.

2.º Secretário — Senador Vespasiano Martins, representante do Estado de Mato Grosso (União Democrática Nacional), eleito para o Senado em 2-12-1945.

3.º Secretário — Senador Waldemar Pedrosa, representante do Estado do

Amazonas (Partido Social Democrático), eleito para o Senado em 2-12 de 1945.

4.º Secretário — Senador Hamilton Nogueira, representante do Distrito Federal (União Democrática Nacional), eleito para o Senado em 2-12 de 1945.

1.º Suplente de Secretário — Senador Francisco Benjamin Gallotti, representante do Estado de Santa Catarina (Partido Social Democrático), eleito para o Senado em 19-1 de 1947.

2.º Suplente de Secretário — Senador João Prisco dos Santos, representante do Estado do Pará (União Democrática Nacional), eleito para o Senado em 3-10-1950.

Eleição do Vice-Presidente, Secretários e Suplentes realizada em 16-3 de 1951.

ANEXO N.º 20

COMISSÕES PERMANENTES

Diretora

Presidente — Marcondes Filho.

1.º *Secretário* — Etelvino Lins.

2.º *Secretário* — Vespasiano Martins.

3.º *Secretário* — Valdemar Pedrosa.

4.º *Secretário* — Hamilton Nogueira.

1.º *Suplente* — Francisco Gallotti.

2.º *Suplente* — Prisco dos Santos.

Secretário — Júlio Barbosa, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Agricultura, Indústria e Comércio

1 — Pereira Pinto — *Presidente*.

2 — Landulfo Alves — *Vice-Presidente*.

3 — Sá Tinoco.

4 — Júlio Leite.

5 — Walter Franco.

Reuniões às terças-feiras.

Secretário — Aroldo Moreira.

Constituição e Justiça

1 — Dario Cardoso — *Presidente*.

2 — Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*.

3 — Anísio Jobim.

4 — Atílio Vivacqua (*).

5 — Camilo Mércio.

6 — Clodomir Cardoso.

7 — Gomes de Oliveira.

8 — Ivo d'Aquino.

9 — João Villasbôas.

(*) Substituído pelo Senador Fortunato Ribeiro.

10 — Olavo Oliveira (**).

11 — Vergniaud Wanderley.

Reuniões — Segundas e quartas-feiras às 15 horas.

Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.

Educação e Cultura

1 — Flavio Guimarães — *Presidente*.

2 — Cícero de Vasconcelos — *Vice-Presidente*.

3 — Arêa Leão.

4 — Luiz Tinoco.

5 — Sylvio Curvo.

Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — *Presidente*.

2 — Ismar de Góes — *Vice-Presidente* — Relator da Presidência da República e Órgãos Imediatos.

3 — Alberto Pasqualini — Relator do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

4 — Alfredo Neves — Relator do Ministério das Relações Exteriores.

5 — Alvaro Adolfo — Relator do Ministério da Viação e Obras Públicas.

6 — Apolonio Sales — Relator do Ministério da Agricultura.

(**) — Substituído pelo Senador Carlos Saboya.

- 7 — Carlos Lindenberg — Relator do Ministério da Marinha.
- 8 — César Vergueiro — Relator do Ministério da Aeronáutica.
- 9 — Domingos Velasco (*) — Relator do Congresso Nacional.
- 10 — Durval Cruz — Relator do Tribunal de Contas e do Ministério do Fazenda.
- 11 — Ferreira de Souza — Relator da Receita.
- 12 — Mathias Olympio — Relator do Poder Judiciário.
- 13 — Pinto Aleixo — Relator do Ministério da Guerra.
- 14 — Plínio Pompeu — Relator do Ministério da Educação e Saúde.
- 15 — Victorino Freire — Relator do Ministério da Justiça.

(*) Substituído interinamente, pelo Sr. Magalhães Barata.

(**) Substituído interinamente, pelo Sr. Costa Paranhos.

Secretário — Evandro Vianna, Diretor de Orçamento.

Fôrças Armadas

- 1 — Pinto Aleixo — *Presidente*.
- 2 — Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.
- 3 — Magalhães Barata.
- 4 — Roberto Glasser.
- 5 — Sílvio Curvo.
- 6 — Ismar de Góis.
- 7 — Vergniaud Wanderley.

Secretário — Ari Kerner Veiga de Castro.

Redação de Leis

- 1 — Clodomir Cardoso — *Presidente*.
- 2 — Cícero de Vasconcelos — *Vice-Presidente*.
- 3 — João Villasbóas.
- 4 — Costa Pereira.
- 5 — Antônio Balma.

Secretário — Américo Facó.

Saúde

- Levindo Coelho — *Presidente*.
Alfredo Simch — *Vice-Presidente*.
Prisco dos Santos.
Ezequias da Rocha.

Vivaldo Lima.

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

Secretário — Aurea de Barros Rêgo.

Trabalho e Previdência Social

- 1 — Carlos Gomes de Oliveira — *Presidente*.
- 2 — Luiz Tinoco — *Vice-Presidente*.
- 3 — Ruy Carneiro.
- 4 — Cícero de Vasconcelos.
- 5 — Kerginaldo Cavalcanti.
- 6 — Walter Franco.
- 7 — Othon Mader.

Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller da Fonseca.

Viação e Obras Públicas

- 1 — Euclides Vieira — *Presidente*.
- 2 — Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.
- 3 — Francisco Gallotti.
- 4 — Alencastro Guimarães.
- 5 — Othon Mader.

Reuniões — Quartas-feiras, às 15,30 horas.

Secretário — Francisco Soares Arruda.

Relações Exteriores

- Melo Viana — *Presidente*.
Mathias Olympio — *Vice-Presidente*.

Alfredo Neves.
Bernardes Filho.
Ferreira de Souza.
Georgino Avelino.
Novais Filho.

Reuniões — Segundas-feiras, às 16 horas.

Secretário — Lauro Portella.

ANEXO N.º 21

Comissões Especiais

Comissão de Reforma do Regimento Interno

Hamilton Nogueira — *Presidente*.
Alfredo Neves — *Vice-Presidente*.
Mozart Lago.
Aloysio de Carvalho.
Secretário — Franklin Palmeira.

Comissão Especial para emitir parecer sôbre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — *Presidente*.
Cícero de Vasconcelos — *Vice-Presidente*.

Dario Cardoso.
Francisco Gallotti.
Anísio Jobim.
Camilo Mercio.
Carlos Lindemberg.
Clodomir Cardoso.
Antônio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Domingos Velasco.
Olavo Oliveira.
Vergniaud Wanderley.
João Villasbôas.

Secretário — Aurea de Barros Rêgo.

Comissão Especial para emitir parecer sôbre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1951

Mello Vianna — *Presidente*.
Olavo Oliveira — *Relator*.
Dario Cardoso.
Anísio Jobim.

Camilo Mercio.
Clodomir Cardoso.
Ivo d'Aquino.
Alfredo Neves.
Ferreira de Souza.
Aloysio de Carvalho.
João Villasbôas.
Joaquim Pires.
Alberto Pasqualini.
Attilio Vivacqua.
Antônio Bayma.

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Comissão Especial de Revisão do Código Comercial

- 1 — Marcondes Filho — *Presidente*.
- 2 — Clodomir Cardoso — *Vice-Presidente*.
- 3 — Ferreira de Souza — *Relator-Geral*.
- 4 — Attilio Vivacqua.
- 5 — Lima Campos.

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Comissão Especial de Estado dos Direitos Cívís da Mulher

Membros:

Alvaro Adolfo.
João Vilasbôas.
Gomes de Oliveira.
Mozart Lago.
Fortunato Ribeiro.
Vitorino Freire.
Costa Paranhos.
Secretário: Ninon Borges Seal.

ANEXO N.º 22

LISTA DOS COMPONENTES DO SENADO EM 15 DE DEZEMBRO DE 1951

Nome por extenso	Nome parlamentar	Partido	Eleição
Amazonas			
Vivaldo Palma Lima Filho	Vivaldo Lima	PTB	3-10-1950
Waldemar Pedrosa	Waldemar Pedrosa	PSD	2-12-1945
Manoel Anísio Jobim (convocado para a vaga do Senador Alvaro Maia, eleito Governador do Estado do Amazonas em 3-10-1950) ...	Anísio Jobim	PSD	19- 1-1947
Pará			
João Prisco dos Santos	Prisco dos Santos	UDN	3-10-1950
Alvaro Adolpho da Silveira	Alvaro Adolpho	PSD	2-12-1945
Joaquim de Magalhães Cardoso Barata	Magalhães Barata	PSD	2-12-1945
Maranhão			
Antonio Alexandre Bayma	Antonio Bayma	PST	3-10-1950
Clodomir Cardoso	Clodomir Cardoso	PSD	2-12-1945
Victorino de Brito Freire	Victorino Freire	PST	19- 1-1947
Piauí			
Raimundo de Arêa Leão	Arêa Leão	PSD	3-10-1950
Mathias Olympio de Mello	Mathias Olympio	UDN	2-12-1945
Joaquim de Lima Pires Ferreira	Joaquim Pires	UDN	2-12-1945
Ceará			
Onofre Muniz Gomes de Lima	Onofre Gomes	PSD	3-10-1950
Plínio Pompeu Saboia de Magalhães	Plínio Pompeu	UDN	2-12-1945
Olavo Oliveira	Olavo Oliveira	PSP	2-12-1945
(Substituído pelo suplente Carlos Viriato Saboia)	Carlos Saboia	PSP	19- 1-1947

Nome por extenso	Nome parlamentar	Partido.	Eleição
Rio Grande do Norte			
Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque	Kerginaldo Cavalcanti	PSP	3-10-1950
Georgino Avelino	Georgino Avelino	PSD	2-12-1945
José Ferreira de Souza	Ferreira de Souza	UDN	2-12-1945
Paraíba			
Ruy Carneiro	Ruy Carneiro	PSD	3-10-1950
Vergniaud Wanderley	Vergniaud Wanderley	UDN	2-12-1945
(Vaga resultante do falecimento do Senador Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque)
Pernambuco			
Apolonio Jorge de Farias Sales	Apolonio Sales	PSD	3-10-1950
Antonio de Novais Filho	Novais Filho	PL	2-12-1945
Etelvino Lins de Albuquerque	Etelvino Lins	PSD	2-12-1945
Alagoas			
Ezechias Jerônimo da Rocha	Ezechias Rocha	UDN	3-10-1950
Cicero Teixeira de Vasconcelos	Cicero de Vasconcelos	PSD	2-12-1945
Ismar de Góis Monteiro	Ismar de Góis	PSD	2-12-1945
Sergipe			
Júlio Cesar Leite	Júlio Leite	PR	3-10-1950
Durval Rodrigues da Cruz	Durval Cruz	PR	2-12-1945
Walter Prado Franco	Walter Franco	UDN	2-12-1945
Bahia			
Landulpho Alves de Almeida	Landulpho Alves	PTB	3-10-1950
Aloysio de Carvalho Filho	Aloysio de Carvalho	UDN	2-12-1945
Renato Onofre Pinto Aleixo	Pinto Aleixo	PSD	2-12-1945

Nome por extenso	Nome parlamentar	Partido	Eleição
Espírito Santo			
Carlos Monteiro Lindenberg	Carlos Lindenberg	PSD	3-10-1950
Attilio Vivacqua	Attilio Vivacqua	PR	2-12-1945
(Substituído pelo suplente José Fortunato Ribeiro)	Fortunato Ribeiro	PR	19- 1-1947
Luiz Tinoco da Fonseca (convocado para a vaga resultante do falecimento do Senador Henrique de Novais)	Luiz Tinoco	PSD	19- 1-1947
Rio de Janeiro			
Francisco Sá Tinoco	Sá Tinoco	PSD	3-10-1950
Alfredo Neves	Alfredo da Silva Neves	PSD	2-12-1945
José Carlôs Pereira Pinto	Pereira Pinto	PSD	2-12-1945
Distrito Federal			
Napoleão Alencastro Guimarães	Alencastro Guimarães	PTB	3-10-1950
Hamilton Nogueira	Hamilton Nogueira	UDN	2-12-1945
Mozart Lago (vaga resultante da perda do mandato de Luiz Carlos Preste)	Mozart Lago	PSP	3-10-1950
Minas Gerais			
Artur Bernardes Filho	Bernardes Filho	PR	3-10-1950
Fernando de Mello Vianna	Mello Vianna	PSD	2-12-1945
Levindo Eduardo Coêlho	Levindo Coêlho	PSD	2-12-1945
São Paulo			
Cesar Lacerda Vergueiro	Cesar Vergueiro	PSP	3-10-1950
Alexandre Marcondes Machado Filho	Marcondes Filho	PTB	2-12-1945
Euclides Vieira	Euclides Vieira	PSP	19-1-1947

Nome por extenso	Nome parlamentar	Partido	Eleição
Goiás			
Domingos Neto de Velasco (Substituído pelo suplente José da Costa Paranhos)	Domingos Velasco	PSB	3-10-1950
	Costa Paranhos	PSB	3-10-1950
Dário Délio Cardoso	Dário Cardoso	PSD	2-12-1945
José Costa Pereira (convocado para a vaga do Senador Pedro Ludovico Teixeira, eleito Governador do Estado de Goiás em 3 de outubro de 1950)	Costa Pereira	PSD	19- 1-1947
Mato Grosso			
Silvio Curvo	Silvio Curvo	UDN	3-10-1950
João Villasbôas	João Villasbôas	UDN	2-12-1945
Vespasiano Barboza Martins	Vespasiano Martins	UDN	2-12-1945
Paraná			
Othon Mader	Othon Mader	UDN	3-10-1950
Flavio de Carvalho Guimarães	Flavio Guimarães	PSD	2-12-1945
Roberto Glasser	Roberto Glasser	PSD	2-12-1945
Santa Catarina			
Carlos Gomes de Oliveira	Gomes de Oliveira	PTB	3-10-1950
Ivo d'Aquino Fonseca	Ivo d'Aquino	PSD	2-12-1945
Francisco Benjamin Gallotti (vaga do Senador Nereu Ramos, eleito Vice-Presidente da República em 17-9-1946)	Francisco Gallotti	PSD	19- 1-1947

Nome por extenso	Nome parlamentar	Partido	Eleição
Rio Grande do Sul			
Alberto Pasqualini	Alberto Pasqualini	PTB	3-10-1950
Carlos Alfredo Simch (suplente convocado para a vaga do Senador Ernesto Dornelles, eleito Governador do Rio Grande do Sul em 3-10-1950)	Alfredo Simch	PSD	19- 1-1947
Camilo Teixeira Mercio (suplente convocado para a vaga do Senador Getúlio Dornelles Vargas, eleito Presidente da República em 3-10-1950)	Camilo Mercio	PSD	19- 1-1947

PARTIDOS REPRESENTADOS NO SENADO

	Representantes
Partido Social Democrático (PSD)	20
União Democrática Nacional (UDN)	14
Partido Republicano (PR)	4
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	6
Partido Social Progressista (PSP)	5
Partido Social Trabalhista (PST)	2
Partido Socialista do Brasil (PSB)	1
Partido Libertador (PL)	1

ANEXO N.º 23

SENADO FEDERAL

SECRETARIA

Direção

Diretor Geral — Júlio Barbosa de Matos Corrêa.

Vice-Diretores Gerais — Aderson Magalhães e Luiz Nabuco.

Diretores de Serviços:

Anais e Documentos Parlamentares — Alfredo da Silva Neves (em exercício de mandato de Senador, substituído por Auto de Sá).

Ata e Sinópse — Vitor Midosi Chermont.

Arquivo — Hilário Ribeiro Cintra.
Bibliotéca — Franklin Palmeira.

Contabilidade e Pessoal — Flavio Amorim Goulart de Andrade.

Expediente — Marcos José Lisboa de Oliveira.

Orçamento — Evandro Mendes Viana.

Taquigrafia — José Euvaldo Fontes Peixoto.

SERVIÇOS AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Secretário Geral da Presidência — Isaac Brown.

ANEXO N.º 24

REPRESENTANTES DA IMPRENSA, DO RÁDIO E DAS AGÊNCIAS TELEGRÁFICAS CREDENCIADOS JUNTO AO SENADO FEDERAL

1) *Jornalistas*

Raymundo Souza Dantas	A Noite
Gondim da Fonseca	Fôlha da Noite
Lourival Muniz Paes	Rádio Globo
Arthur Veiga	O Estado
Arnaldo Sampaio	A Manhã
Roberto Groba	Agência Meridional
Guilherme Guerreiro Falcão	Diário do Povo
Hildon Rocha	Rádio Nacional
René Nunes	Rádio Guanabara
Odilon Jucá	Vanguarda
Paulo Costa Lima Filho	A Hora
Arthur Seixas dos Anjos	O Estado de São Paulo
Armando Tom Asi	A Época
José Augusto de Almeida	Gazeta de Notícias
Carlos Affonso de Mello Sobrinho ...	Rádio Quitandinha
Brasil Gerson	O Jornal
Reynaldo Fonseca	O Dia
Augusto de Almeida Filho	O Radical
Mario Signoretti	Jornal do Brasil
Moacyr Arêas	Rádio Mayrink Veiga
Ivan Alves	O Mundo e A Tribuna
José Vitorino de Lima	Press Continental
Augusto Villas-Bôas	Rádio Tamoio
Aníbal Pinho	Diário Trabalhista
Gildo Wichers Lopes	Diário Popular
Reis Vidal	Agência Argus
Antônio Soares da Silva	A Tribuna (Niterói)
Annibal Duarte	Correio Paulistano
Antônio Rodrigues de Paula Filho ...	A Voz Trabalhista
Stenio de Oliveira	Difusora Brasileira
Humberto Hugo de Alencar	A Última Hora
Mário Henrique Antunes	A Tribuna (Santos)
Paulo Gomes de Oliveira	A Época
José Ribamar S. Freitas	Panamericana
Otto Oliveira Lara Rezende	Diário Carioca
Arnaldo Castro Nogueira	Televisão Tupi
Renato Melcher	Fôlha do Rio
Pedro Andrade Gomes	Tribuna de Imprensa
Narciso Vieira da Silva Júnior	Agência Nacional
Genaro Bittencourt	Correio da Noite
Paulo da Costa Lima Filho	Vanguarda
Francisco Silbert Sobrinho	Emissora Continental
José Ribamar Castelo Branco	O Globo
João Austregesilo de Athayde	Diário da Noite
Otávio Santiago da Silva	O Jornal
Caio César de Menezes Pinheiro	Tribuna de Imprensa
João Batista Castejon Branco	Diário de Notícias
Ivan Ponte e Sousa Palmeira	A Noite e o Correio do Povo (Pôrto Alegre)
Paulo Figueiredo	A Manhã
José da Silva Lisboa	O Estado (Niterói)
Pedro Müller	A Fôrça da Razão

2) *Cronistas*

Júlio Barbosa	Jornal do Comércio
José Dalvan Loureiro Lima	Rádio Tupí
Manuel Egídio dos Santos	Diário de Notícias
Benedito Amorim Parga	O Tempo
Raul Lemos Nogueira	Rádio Golbo
Antônio Carvalho Guimarães	E. do Rio Grande
Ascendio Leite	Fôlha da Noite e Fôlha da Tarde
Giuseppe Amado	Rádio Tupí
Sarah Marques	Diário Popular
Breno Pinheiro	Jornal do Brasil
Edgar Bahiense D'Almeida	Press Continental
Alvaro Gonçalves	Diário Trabalhista
Beneval de Oliveira	Agência Argus
Ari Gambôa Vizeu	Rádio Guanabara
Temístocles C. Silva	Agência Meridional
Manuel Caetano Bandeira de Melo ...	Gazeta de Notícias
Alvaro Cotrim	A Noite
Carlos Pereira Nunes	O Radical
Abelardo Romero	O Jornal
Percio Gomes de Melo	A Voz Trabalhista
Ernani Reis	Rádio Mayrink Veiga
Mauricio Kissis	O Mundo
Waldemar Bombonati	Vanguarda
Murilo Marroquim de Sousa	O Jornal
Franklin Palmeira	A Noite

COMITÉ DE IMPRENSA

Presidente — *Augusto de Almeida F.º* — Vice-Presidente — *Mário Signoretti e João Austregésilo de Athayde.* — Secretários — *Narciso Vieira F. e José Vitorino de Lima.*

DISCURSOS DE ENCERRAMENTO

Dos trabalhadores do Senado Federal na Sessão Legislativa Ordinária de 1951.

O SR. BERNARDES FILHO — Sr. Presidente, costumamos, no encerramento do ano legislativo, tecer considerações em torno dos nossos trabalhos e do que nos tenha sido possível fazer em prol da Nação com a colaboração da Mesa e das Comissões técnicas.

A obediência a esta praxe cresce, hoje, de importância, pelos motivos que V. Exa. bem frizou no seu relatório: quando são lançadas críticas ao Congresso pela suposta morosidade dos seus trabalhos e pela suposta negligência no cumprimento do dever.

Alguns, Sr. Presidente, dos autores dessas críticas o que visam, a rigor, é criar um ambiente de animosidade contra o Parlamento e — porque não dizê-lo? — de antipatia e de hostilidade aos seus membros; mas não o conseguirão, porque o país já os conhece, muitos deles de experiência própria, não ignorando, tampouco, os intuitos que os possam inspirar.

Sr. Presidente, o balanço das nossas atividades não deve ser apreciado unilateralmente, mas à luz de um cotejo com fatores diversos, que com eles interfiram, direta ou indiretamente; e é da ausência desse cotejo que nasce a falsa impressão de lentidão do Congresso, da qual se valem os seus inimigos para lhe atribuírem propósitos de retardamento na votação de providências apontadas como urgentes.

Nada disso existe, entretanto.

E' preciso desconhecer o afluxo do trabalho nas Comissões Técnicas e a consciência de responsabilidade de todos os seus membros para se lhes atribuir negligências ou má-vontade, mormente quando se trata de providências com as quais se vise a aparelhar o Poder Executivo para um melhor desempenho das suas funções.

E' preciso considerar ainda, Sr. Presidente, que o primeiro ano de uma legislatura, que coincida com inauguração de período presidencial, caracteriza-se quase sempre, e necessariamente, por uma expectativa em torno do novo governo, do seu programa, dos seus primeiros atos, das providências que venha a solicitar do Congresso; mas, sobretudo, do seu programa efetivo, porque nem sempre as promesas do candidato se transformam em realizações do Presidente.

No caso especial do Sr. Getúlio Vargas, que na campanha presidencial e no início do seu governo andou, de fato, assustando a Nação, com discursos inconvenientes e alarmantes — e agora a surpreende gratamente, pela sua discrição — essa expectativa ainda mais se justifica, porque propagandistas exaltados da sua candidatura anunciavam que, com a sua eleição, uma verdadeira revolução se operaria em todos os setores da atividade nacional.

E como alardeavam a intenção, sem particularizarem os setores a serem atingidos pelas radicais alterações, a impressão deixada e agravada pelos antecedentes era de que a preocupação no sabor da inovação em causa própria.

Por outro lado, Sr. Presidente, as ligações ostensivas de alguns, muito poucos, dos seus correligionários com o Estado Argentino, ou, se preferirmos, com seu chefe, fazia suspeitar que o novo governo pudesse vir a pensar em qualquer forma de negação direta ou indireta da democracia entre nós. Temíamos que se pretendesse aqui instaurar um *fac simile* do Estado justicialista que impera na República Argentina cavando, a meu vêr, a ruína e seu desprestígio no seio das nações unidas.

Felizmente, Sr. Presidente, nada disso ocorre nem ocorrerá, em face do

nosso sentido democrático de vida e para honra do próprio governo. Com tudo isso, porém, o Congresso tinha que ser, como vem sendo, cauteloso; além do cuidado com que normalmente examina projetos em andamento maior atenção é de compreender-se que pudesse quando solicitado a apreciar instrução sugeridas pelo Executivo e que pudessem interferir a fundo com a nossa economia ou com as linhas mestras do regime.

As acusações ao Congresso apresentaram-se sob o pretexto de não estarem sendo votadas algumas das medidas consubstanciadas em mensagens do Executivo. Ainda aí é manifesta a improcedência da crítica. Quando o governo pede ao Congresso leis, como a da modificação do impôsto de renda, a da autorização para empréstimos externos, e oferece elementos que não deixam realmente dúvida sôbre sua urgente necessidade em face do objetivo imediato que têm em vista, essas leis transitam pelas duas Câmaras e são prontamente aprovadas, não obstante as divergências e os debates esclarecedores.

Se de outro lado, entretanto, pleiteia a intervenção no domínio econômico, a criação de juízos de exceção, a restauração da C.C.P., e se supõe que o Congresso abre mão de alterá-las, votando-as com modificações inspiradas na sua concepção do interesse público e no respeito a direitos que a Constituição considera invioláveis, aí sim, o Governo, ou quem assim supuzer, engana-se, porque o Parlamento não está disposto a despojar-se das suas prerrogativas para se transformar em instrumento do pensamento do ante projeto do Executivo.

E' o que acontece, Sr. Presidente — e Deus nos livre não acontecesse — quando o Congresso e o Executivo não estão de acôrdo sôbre o melhor remédio a aplicar para minorar os males que afligem o povo.

Sr. Presidente, os conceitos e considerações que venho de emitir em nada se distanciam dos que foram lidos por V. Ex.^a e que refletem seguramente suas convicções, porque não pude ainda notar em V. Ex.^a nenhuma

mudança de quando era legislador e hoje como parte do Executivo.

Sem nenhum favor V. Ex.^a é um brasileiro digno da admiração dos seus compatriotas e quando tinha seus pontos de vista firmados em convicções foi dos que mais se bateram na defesa dêles em tôda e qualquer trincheira.

As nossas responsabilidades hoje são bem menores diante das que nos aguardam no próximo ano, porque muitos dos problemas que nos preocupam, sobretudo aqueles que mais de perto interessam ao povo, serão fatalmente agravados pela série de imprevistos ocasionada também pela natureza e não apenas pelo homem, como em geral se procura fazer crer.

O governo federal despende, talvez, trinta por cento da sua energia na solução de problemas que dizem respeito ao Distrito Federal. Compreende-se que assim seja, porque aqui é a séde da capital da República. Compreende-se que o governo Federal tenha deveres para com o Distrito Federal; mas o que não se pode compreender é que pretenda bitolar a economia do interior do Brasil pelos problemas que são apenas cariocas.

Vou revelar ao Senado — e sei que não trarei nenhuma novidade — que êste ano foi, realmente, de grandes secas e estiagens, até em Minas Gerais que, a rigor, só as conheço no norte do Estado. Êste ano todo o Estado foi assolado pelas secas. Tive oportunidade de ouvir de fazendeiros e criadores que os caminhões costumam viajar léguas e léguas para transportar água para o gado; que muitas vêzes só conseguem bebê-la em cuia como lá se chama ou em coité como se diz no norte.

Não é possível que continuemos a iludir o povo, dando-lhe a impressão de que pode adquirir, no Distrito Federal gêneros de primeira necessidade por preço inferior ao da fonte de produção.

Sei, Sr. Presidente, que o intermediário é, em certas oportunidades, o grande responsável pelas especulações e pela alta, e não duvido que êle tenha, nesta emergência, uma parcela

de responsabilidade juntamente com os especuladores e os exploradores.

Entretanto, Sr. Presidente, a verdade é que nos cumpre o dever de falar claro e franco à Nação, sobretudo à população do Distrito Federal. E a verdade que se lhe tem de dizer é que o Governo está empenhado em procurar resolver, tanto quanto possível, as dificuldades do abastecimento do Distrito. O que não é possível é que o Governo prometa aquilo que realmente só poderá cumprir se se dispuser a financiar os gêneros de primeira necessidade, adquirindo-os nas fontes de produção aos preços por que aí são vendidos para vendê-los no Distrito Federal, com prejuízo, o que acontecerá se tal fôr o caso.

Não se compreende que com a CCP se queira dar ao povo do Distrito Federal a ilusão de que todos os gêneros de primeira necessidade estão em mãos dos açambarcadores e custando nas fontes de produção uma ninharia.

Estas e outras verdades, Sr. Presidente é que precisamos ter a coragem de dizer ao povo, que sabe nos terá a seu lado contra aquêles que o dito popular já alcunhou de "tubarões", e que, na minha maneira de defini-los, são aquêles que vivem da exploração da miséria alheia e se aproveitam de oportunidades como esta para enriquecer.

E' necessário tenhamos a coragem de assim falar, porque se não o fizermos dia virá em que as críticas que hoje se dirigem contra o Congresso amanhã se estenderão ao Executivo; e, a partir dêste momento, não poderemos, possivelmente, controlar e advinhar os efeitos dessa campanha de descrédito, que já não será contra o Congresso ou contra o Executivo, mas contra o regime.

O SR. VICTORINO FREIRE —
Muito bem.

O SR. BERNARDES FILHO —
Sr. Presidente, V. Ex.^a frisou muito bem no seu relatório que a crítica é da essência da democracia e ninguém realmente se insurge contra ela. Mas, a verdade é que nós, brasileiros, sabemos, por experiência própria, que há duas espécies de crítica — a de boa e a de caso pensado.

Lembrem-se a Nação e o povo brasileiro — e a história dos povos aí está para prová-lo — e aquêles que não sejam democratas, aquêles que não encontram no nosso regime o sistema ideal dos povos, não se esqueçam de que tôda vez que se sai da democracia em busca de soluções fora dela, volta-se a ela, porque sem ela não haverá salvação. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Sr. Presidente. Não será demais que, nesta oportunidade, passemos em revista, ainda que numa visão panorâmica, os problemas que nos assoberbam.

Nem estaremos à altura das responsabilidades que nos cercam, se não tivermos acertado na definição desses problemas.

E, em realidade, padecemos dos males de um desenvolvimento tumultuário e desordenado.

Se encararmos os meios e os processos da nossa atividade pública, vemos em vez de partidos políticos, simples agrupamentos se multiplicando, sem um fundo ideológico que lhes dê a coesão indispensável.

E entre as mais ponderáveis agremiações políticas, vemos que os seus componentes estão desajustados, pois que ainda se agrupam dentro daquela velha fórmula, de Partidos do governo e Partidos da oposição.

E mesmo um Partido como o Trabalhista, que tem as suas raízes num movimento universal e que, bem o sentimos, é agitado por um impulso ideológico, ainda luta com tendências personalistas desagregadoras e não conseguiu polarizar e atrair tantos espíritos que, militando em outras correntes políticas, nele teriam a sua posição natural.

Daí as dificuldades para condenar a ação das Câmaras legislativas fora daquele velho e lamentável conceito de governacionismo e oposicionismo, em vez de o ser em torno de ideais, de um programa de governo que tenha apoio ou oposição dos partidos, livre de consideração subalternas.

Se, na reconstituição da nossa vida democrática, por duas vezes, nos últimos vinte anos, não conseguimos organizar, como convinha, a opinião polí-

tica do país, ainda pelo tumulto em que se processou, não devemos quedar-nos à espera de uma evolução que pode ser demasiado lenta.

Havemos então de estimulá-la com medidas que levem à concentração das forças políticas em menor número de Partidos, como já procuramos fazer, e com uma reforma profunda em nossa organização político-constitucional, instituindo o parlamentarismo.

Só por esta forma conseguiremos conjugar o esforço dos poderes Executivo e Legislativo através do gabinete, para uma ação harmônica e consciente em torno de programas de governo, que aglutinem as correntes políticas.

Os partidos ganharão, assim, a coesão e a altura que lhes falta para a realização plena de seus fins, não só na organização da opinião política do país, como para a garantia de bom funcionamento do regime democrático.

Ficaremos assim, melhor aparelhados para enfrentar os males da desordem que vai por outros setores básicos da vida do país.

Os transportes, que estão sendo apontados como o ponto mais frágil da nossa vida econômica, não progrediram no mesmo ritmo das atividades produtoras.

E é certo que, no setor ferroviário, não só não temos renovado o material, como, praticamente, não aumentamos a quilometragem da sua sede.

Preferimos enveredar para o rodoviarismo, para o uso de veículos e combustíveis que se importam sem cessar, carreando para o estrangeiro os lucros de uma economia já de si precária.

E num mundo em que a produção em grande escala é o meio mais comum de barateá-la, nós insistimos no transporte por veículos em unidade, abandonando, quase, a estrada de ferro.

Mas não é só. A desordem começa nos rumos da atividade produtora.

Em roda das cidades e das capitais, os terrenos passaram a granjas para vilegiaturas de abastados cidadãos.

O verdadeiro lavrador, lutando com as terras cançadas, ou veio para a cidade ou emigrou para o interior, em busca de terras novas.

E então deparamos, inesperadamente, com uma grande produção mas, não poderia ter ainda chegado até lá.

E quando chega, é penoso e caro.

Assim, sem plano de assistência ao lavrador, em que os fertilizantes e a máquina devem constituir elementos básicos, deixamos a produção agrícola ao léu, sem orientação, sem plano,

O boi, por sua vez, por força de circunstâncias naturais em regiões distantes, ainda há de vir em pé, cançado e emagrecido, para a alimentação das populações nos grandes centros.

As indústrias urbanas, por outro lado, montadas, em grande parte, no atropelo da última guerra, para aproveitar a ocasião, aí estão, já obsoletas, e com o seu maquinário gasto, produzindo pouco e caro.

E, com um desejo natural de progredir, suprem as suas deficiências, carregando, mais no preço.

E, sobre isso tudo, sopra o vendaval da inflação.

E o dinheiro passa a valer menos e cada vez menos, num declive que está agitando o nosso ambiente social.

Os detentores do capital, os donos de empresa, reclamam também, mas contra os impostos, contra as dificuldades, desapertam porém para o consumidor que é constituído pela massa de trabalhadores, quantos, nas repartições públicas, nos escritórios, nas oficinas, nas fábricas, nos portos, na própria lavoura vivem de salários.

E chegamos assim, ao encarecimento do custo de vida que é o problema angustiante dos nossos dias.

Os remédios para essa situação estão, evidentemente, naquelas soluções de base, que aliás Alberto Qasqualini tem, com autoridade moral e intelectual, invulgar focalizado aqui.

Mas, a solução de emergência estará, sem dúvida também, nas medidas

de controle econômico, a que nenhum povo tem escapado, em circunstâncias determinadas pela inflação, geradora de especulação e de ganância.

Clamei aqui, em comêços dêste legislativo, no sentido de que examinássemos a situação de angustia da classe trabalhadora.

Pudemos, entretanto, nos projetos de lei sobre intervenção no domínio econômico, que nos remeteu o Executivo, estudar algumas medidas, em maior parte, aliás, já previstas em leis vigentes.

Em outros projetos pudemos também armar o Governo de elementos financeiros ou que lhe permitam obtê-los no estrangeiro, necessários à solução

O Partido Trabalhista Brasileiro na sua preocupação do maior bem para o maior número, encara os problemas econômicos, como fundamentais para a solução dos problemas do povo.

Contra tudo o que possa embarçar o progresso das atividades produtoras no seu aperfeiçoamento técnico e na libertação das forças econômicas batalhamos para que os benefícios do capital deixem de constituir privilégio de poucos e se estendam em benefícios para todos.

O Poder público há de, pois, intervir onde e até quando seja preciso para destruir os núcleos do conservatismo esclerosado sem que por isso deixar de apreciar e amparar o esforço particular compreensivo dos problemas do nosso tempo.

Sr. Presidente, ouvi o relatório apresentado por V. Ex.^a ao Senado.

Vimos, por êle, quanto trabalhamos, quanto produziu esta Casa Legislativa sob a orientação de homem ilustre, cômico da sua responsabilidade como V. Ex.^a.

Congratulo-me com êsse esforço, com a inteligência e clarividência com que V. Ex.^a orientou os nossos trabalhos, e congratulo-me, também, com os demais companheiros do Senado pelo esforço, espírito de cordialidade e de compreensão demonstrados neste trabalho patriótico, que, ainda a esta hora, estamos fazendo. (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas.*)

O SR. FERREIRA DE SOUZA -- Sr. Presidente, o relatório que Vossa Excelência acaba de ler ao Senado, sobre o seu movimento, apreciando oportuna e seguramente a situação política brasileira e a posição das Casas Legislativas, deve ser acompanhada, de nossa parte, de um exame das nossas atividades, do nosso trabalho e, do mesmo passo, de uma análise particular de cada grupo ou de cada um no que tange à sua colaboração na obra comum.

Realmente, o Senado ainda neste ano, honrou o Brasil. Os problemas políticos foram, aqui debatidos com apuro, com conhecimento de causa e com patriotismo.

Erros — deve ter havido. Houve muitos, possivelmente. Não foram, porém, erros de vontade; serão todos erros de entendimento.

Demora na votação de leis? Os apressados, os desconhecedores da boa técnica legislativa, os que não alcançam a importância de uma lei, os que não pensam nas suas consequências, os que lhe não avaliam os reflexos na economia do país e no direito de cada um, podem apontar-nos como relapsos apodando-nos de incapazes de satisfazer à ingente obra que o povo nos cometeu. Não o fazem os que bem penetram as dificuldades de que está erigida a nossa tarefa.

Pode ter havido, e houve, demora. Mas quando o Parlamento não se aqoda em fazer leis, em as produzir em série, em as multiplicar a cada momento, é que cuida bem de examinar o conteúdo de cada projeto, o teor de cada norma, o núcleo de cada disposição. Assim agindo, domina-o o sentido da sua responsabilidade, a convicção da importância do seu papel na

administração da coisa pública e na fixação das regras a que devemos todos obedecer, como uma condição da nossa livre e frutuosa convivência social.

Que nos importam os ataques e que valem a censuras, se o País é que nos julga?

Melhor é que, no aplicar de cada diploma legislativo, juizes e partes interessadas de todos os matizes, possam proclamá-lo seguro, lógico, adaptado a cada situação e correspondente ao ideal de justiça, que sermos elogiados como excessivamente trabalhadores, mas tidos por descuidados, autores de preceitos absurdos, viciados de erros de técnica muita vez fatais à exigência do indivíduo, à garantia dos direitos e à prosperidade coletiva.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Muito bem!

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Compreendo, Sr. Presidente — devemos todos compreender — as críticas que se nos dirigem. A beleza do regime democrático está justamente nisto: em que todos possam dizer o que pensam e o que querem. Mas também está em que o Parlamento, composto de representantes dos diversos setores da opinião pública, possa, como o fazemos neste instante, erguer a cabeça e afirmar ao país que soube cumprir o seu dever, e não falhou aos compromissos assumidos, e não negou as promessas feitas ao eleitorado e jamais se deixou dirigir por qualquer preocupação subalterna por pretensão menos digna, e tem a sua atuação dominada pela suprema preocupação do bem público.

Estamos muito bem, nós os da bancada da União Democrática Nacional, neste conclave. Também fizemos, en-

tre nós, o nosso exame de consciência; volvemos o nosso olhar para o passado, indagando de todos e de cada um qual foi a nossa contribuição, qual foi o resultado do nosso esforço nessa gigantesca construção legislativa e administrativa, a que pusemos ombro.

E êsse exame, Sr. Presidente, não resulta em decepção para nós; dêsse exame nenhuma possibilidade de remorso. Estamos cada vez mais convencidos de que servimos o Brasil; de que, dentro da bandeira de nosso partido, orientados pelo programa contido nas suas normas institucionais, nenhum de nós deixou de, aqui, tomar em consideração patriótica os altos problemas sôbre os quais teve de se manifestar.

Não somos um partido com responsabilidade diretas no Govêrno. 1951 encontrou-nos após uma derrota eleitoral; não nos possibilitou a assunção imediata e direta da gestão da coisa pública. Mas, essa derrota não nos trouxe amargura, não nos tornou em revoltados, não nos transformou em maldizentes, nem diminuiu uma parcela, por mínima que fôsse, da nossa vontade de tudo dar para a perfeição das obras legislativas e governamentais.

Não saíram das nossas fileiras os timoneiros imediatos do barco do Govêrno. Mas o Brasil continua, o Brasil sobrevive e todos nós. Os desastres eleitorais, ainda quando grandes, ferem indivíduos ou grupos, porém não fazem desaparecer a nossa pátria, nem nos dispensam de oferecer tôda a nossa capacidade, todo o nosso entusiasmo, tôda a nossa inteligência para o seu bem, vale dizer, para o bem do povo.

Começamos o ano sentindo profundamente o pêso das nossas responsabilidades. Eramos e somos um partido de oposição com responsabilidade marcada na fiscalização da coisa pública.

Seremos, entretanto, um partido de oposição, no sentido clássico ou tradicional da palavra no sentido mais intimamente ligado ao regime presidencial? Não, e a bancada da União Democrática Nacional, no Senado da República, assim não entende. Faz ela o seu conceito de govêrno e compreende

o que vale e o quo é cada um dos poderes da soberania.

Vimos e vemos o Parlamento não como arena onde se chocam paixões partidárias, onde se travam lutas intensas e terríveis em tôrno de pessoas, onde a oposição faz profissão de crítica e não colabora e confunde o adversário com o país.

Não compreendemos a própria palavra "oposição" como atitude permanente e sistematicamente contrária aos que empunham as rédeas do poder.

Para nós, o corpo legislativo, não é um composto de representantes de partidos, de indivíduos ou de opiniões a se insultarem, a discutirem, a travarem pelejas árduas e aceradas, preocupados com a popularidade fácil, com os encantos das conquistas demagógicas ou mesmo com o brilho intelectual. Consideramos todos em que êsse conceito está superado, em que já lá se foi o tempo de partidos simplesmente designados de govêrno e partidos de oposição.

O Poder Legislativo é um dos órgãos do Govêrno, uma forma de exercício de Govêrno; cada um dos seus membros tem responsabilidades de govêrno. Não há aqui oposição entre o govêrno, de um lado, e o povo de outro, entre o Tesouro e os contribuintes, entre a autoridade e a liberdade. Todos nós compomos o govêrno. As nossas opiniões, as nossas discussões, os nossos votos são meios de apuração, não da vontade dêste ou daquele, não da vontade de um grupo, de um partido ou de uma aliança, e sim da vontade coletiva, síntese das opiniões individuais. E as resoluções aqui elaboradas visam as medidas mais necessárias ao progresso e à felicidade do povo.

O SR. JOÃO VILLASBOAS —
Muito bem.

O SR. FERREIRA DE SOUZA —
Porque assim pensamos, não desconhecemos as censuras de que somos objeto. Enfrentamo-las na certeza de que jamais faltamos ao cumprimento dos nossos deveres.

E' possível, que, assim procedendo, às vêzes parecêssemos, ao apreciador menos cauto e menos cuidadoso, até

aliados do adversário. Quando lhe defendemos alguns planos ou projetos assumindo, mesmo, posição de quase iniciativa, muitos talvez nos tivessem interpretado mal. Somos, entretanto fiéis, profundamente fiéis, aos nossos compromissos com o Brasil, com nossa terra, com a nossa gente e com os nossos correligionários.

Éstes não nos encomendaram brilhaduras de tribuna, nem torneios de técnica ou de tática parlamentar. Não nos impuseram o sacrifício da demagogia em troca de popularidade. Enviaram-nos, por que concorressemos, com manifestações das nossas e das suas opiniões, para o bem da terra comum.

Quando o Parlamento foi agitado por proposições que a nós nos pareceram contrárias ao interesse público; perigosas para a liberdade de homens capazes de desmanchar, de destruir o que entendemos dogmas fundamentais do regime e da vida em sociedade — a Liberdade e a Lei — então, Sr. Presidente, todos os Senadores presenciaram o nosso zêlo, ouviram a nossa palavra. Fomos um só homem, uma só palavra, uma voz única, um voto coletivo em defesa do que sempre juramos defender e continuaremos a defender, qualquer que seja a sorte do nosso Partido ou a sorte isolada de cada um de nós.

Proclamamos sempre e continuaremos a proclamar a beleza, a excelência do regime da Lei. Pugnamos, e continuaremos a pugnar pela preeminência do Direito, na ordem social e estatal. Nunca compreendemos, e penso poder dizer que jamais compreenderemos, o arbítrio, a força desacompanhada do Direito, a força bruta do velho conceito, do Ihering. Nunca chegamos a penetrar a possibilidade de um Estado solto, sem peias, sem atenção ao indivíduo. Mas também, Sr. Presidente, nunca a voz de qualquer um de nós aqui se ergueu para afirmar ou auxiliar de longe embora, a supremacia absoluta do indivíduo, em face do Estado.

Partido de orientação centrista, que não se coloca nos extremos das questões sociais, pugnamos constantemente por

garantir, ao lado da liberdade de cada indivíduo, a permanência de todo o bem comum e a segurança do Estado. Membro de um partido que compreende a necessidade da harmonia entre os indivíduos e o Estado, entre o indivíduo e a sociedade, colocamo-los sempre nos seus lugares.

Quando falavamos ser necessária a autoriade, o poder do Estado, pensávamos, igualmente, no homem como uma realidade absoluta e invencível. E quando qualquer pretensão de fundo ou individualismo do poder pretendeu reafirmar a sua onipotência, evidentemente ultrapassada, todos soubemos reagir contra ela, afirmando também supremacia do bem público. E quando o Estado pretendia a onipotência absoluta no terreno do Direito, opuzemo-nos a essas pretensões estatais, manifestando a nossa convicção de que a sociedade sem direito, de que o Estado sem liberdade individual, não merece sequer organização, de que a vida em tal sociedade não vale a pena de ser vivida.

Certo divergimos muito. Foram divergências de detalhes. Mas sempre que as idéias básicas da nossa organização foram postas em choque, então, a bancada da União Democrática Nacional foi um só homem, um só Senador a discutir, a votar e a colaborar pelo bem de todos. E tudo sem procurar enganar, sem ludibriar o povo, sem agitá-lo, sem insuflá-lo, sem parti-lo em classes que se odeiam; sempre dizendo a verdade.

Com esas palavras, Sr. Presidente, que valem, como disse de início, pelo nosso exame de consciência, por uma espécie de estudo interior de nós mesmos e de julgamento próprio, quero dizer que, se o Senado da República pode hoje afirmar, vaidosa, mesmo orgulhosamente, não ter faltado ao cumprimento do seu dever, a nossa bancada contribuiu quanto pôde, na medida da inteligência e da capacidade dos seus membros, para êsse resultado.

Nós também estamos satisfeitos porque também cumprimos o nosso dever.

Assim, Sr. Presidente, é com prazer imenso que neste cerrar de ano legis-

lativo, no momento das despedidas, quando todos nos afastamos para as festas cristãs do Natal, para comemorar com a família o maior acontecimento da Humanidade em todos os tempos, dirigimos a V. Excia. e à Mesa as nossas saudações e os nossos agradecimentos pela maneira correta e humana com que sempre procurou pautar e pautou as suas decisões.

Dirigimos aos nossos companheiros de Senado e dos outros partidos a nossa palavra de cordialidade, mesmo de agradecimento, pela maneira por que todos se houveram conosco e nos trataram, pela forma fraterna, quase familiar, com que agimos, fazendo desaparecer as barreiras partidárias, por forma a nos reunirmos num todo e não sermos só União Democrática Nacional, mas um Senador, uma unidade falando em nome de um pensamento — pensamento pelo Brasil.

Também dirigimos a nossa saudação aos funcionários da Casa, tão atenciosos, tão cuidadosos, tão solícitos no cumprimento dos seus deveres; e à imprensa que nos acompanha e que — como V. Excia., Sr. Presidente, disse no seu relatório — mesmo quando faz críticas injustas, fá-lo com boa

fé e vontade de colaborar conosco — essa imprensa, para a qual apelamos diariamente, pedindo-lhe, não que nos elogie ou nos louve, mas que nos critique, nos indique os êrros e aponte as soluções para os problemas que não conseguimos resolver.

Nesta hora, Sr. Presidente, a bancada da União Democrática Nacional, conscia de que cumpriu o seu dever, faz questão de reafirmar sua convicção da beleza do regime democrático, do brilho e da magnificiência do sistema de liberdade, da segurança que êsse regime traz aos direitos individuais, da paz que só êle pode conceder à Humanidade. Afirmamos a nossa crença nesse regime e repetimos o nosso juramento de que jamais nos afastaremos do caminho traçado, jamais deixaremos de ser o que temos sido.

E assim, dirigimos a todos as nossas saudações de Natal. Que todos possamos voltar, depois das festas cristãs do Natal, aos nossos deveres, cada vez mais convencidos de que esta Casa é uma oficina de trabalho, trabalho duro pelo Direito, pela Liberdade, e pela felicidade do Brasil. (*Muito bem; muito bem. Palmas*). *O orador é cumprimentado*).



O SR. EUCLIDES VIEIRA — Senhor Presidente, já os nossos colegas disseram que o Senado cumpriu nesta legislatura, seu dever; é verdade. Esta Casa, mercê de Deus, no primeiro ano legislativo da segunda legislatura, da vigência da Constituição de 1946, honrou sua tradição.

O SR. ALFREDO NEVES — Muito bem.

O SR. EUCLIDES VIEIRA — Sr. Presidente, os homens passam, mas a vida continua e através dela o Brasil é amparado pelos seus filhos ilustres, pelos seus homens de cultura, de saber, e por quantos exercem a força física. Nossa pátria se engrandece, em benefício da humanidade.

Temos, diante de nós, o busto do inesquecível Rui Barbosa que tanto iluminou as consciências, no tempo em que desempenhava o mandato de Senador, espargindo as luzes de sua personalidade fulgurante, não somente sobre os homens dentro de nossa pátria, como aos de fora dos seus limites.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito bem.

O SR. EUCLIDES VIEIRA — Não é tempo de julgarmos os que conosco convivem. Mas, podemos afirmar, com segurança, que para o futuro muitos serão lembrados como grandes beneméritos, pelo valor, e pelo trabalho eficaz em proveito da pátria que amamos.

O Senado da República cumpriu uma das suas finalidades precípua: a de revisor na elaboração das leis. Ela lhe impõe o dever de fraternidade para com todas os Estados da Federação. Encontramo-nos, nesta Casa, em igualdade de condições. As unidades da Federação aqui se encontram niveladas. A representação estadual é igual para todos. Nesta Casa não há grandes

des nem pequenos Estados. Essa compreensão perfeita dos deveres foi seguida, com exatidão, pelos legítimos representantes de cada um dos Estados.

Sr. Presidente, não desejo alongar o tempo de que dispomos. Já é tarde e o cansaço se manifesta entre todos. Quero, entretanto, afirmar, como representante do Partido Social Progressista e do Estado de São Paulo, minha fé inabalável nos destinos do Brasil e a confiança nos poderes constituídos da República, dentre os quais avulta, por indispensável ao bem da Democracia, o Legislativo.

O SR. ALFREDO NEVES — Muito bem.

O SR. EUCLIDES VIEIRA — Sr. Presidente, há dois dias, ouvi a confirmação destas palavras na oração do ilustre governador, o honrado professor Lucas Nogueira Garcez, que bem soube interpretar o pensamento do povo paulista. Refiro-me ao discurso pronunciado por S. Excia. diante de toda a representação federal do Estado de São Paulo, discurso que me dispense de analisar porque seus conceitos já são por demais conhecidos, pela repercussão, que teve em todo o país e porque já se acha transcrito nos Anais da Câmara dos Deputados.

Afirmou S. Excia. desejar o povo paulista que sua representação no setor federal seja coesa em benefício dos legítimos interesses do país que são também os do Estado de São Paulo. (*Muito bem*).

Lá vimos reunidos representantes paulista de todos os partidos, Deputados, Senadores, e representante de São Paulo no setor estadual, Ministros paulistas e o presidente do Banco do Brasil. Foi uma festa íntima de demonstração de solidariedade aos poderes constituídos da República, especialmente ao Excelentíssimo Senhor

Presidente da República, com o apoio do Poder Legislativo.

O Partido Social Progressista desta Casa, esteve êste ano ao lado do Governo da República sem, entretanto, forçar as consciências dos seus componentes; todos tiveram liberdade de se pronunciar como bem pensavam, desde que seus votos não viessem a prejudicar a boa marcha dos negócios públicos, e a organização do Poder Executivo, ao qual nos submetemos para bem da nação.

Sr. Presidente, congratulo-me com V. Excia. pela direção brilhante imprimida aos nossos trabalhos durante o ano; com os membros da Comissão

Diretora e peço permissão para destacar entre êles a pessoa do meu prezado amigo, o vice-presidente do Senado, ilustre Senador Marcondes Filho. Congratulo-me também com os meus colegas pelo brilhante serviço prestado à Pátria. À bancada da imprensa, sempre amiga e intérprete dos nossos pensamentos envio votos de felicidades. Aos funcionários do Senado, todos conscios do cumprimento de suas atribuições e aos meus pares os votos de um bom Natal e feliz Ano Novo, votos que estendo a V. Excia., Senhor Presidente, aos representantes da imprensa, e aos funcionários da Casa. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. VICTORINO FREIRE — Sr. Presidente, com as constantes e sucessivas inversões da matéria da Ordem do Dia da última sessão, requeridas pelos nobres colegas, entre os quais se destacam os Senadores Mozart Lago, Kerginaldo Cavalcanti e Ivo d'Aquino, inverteu-se também nesta sessão a ordem dos oradores, na cerimonia do encerramento.

Antigamente iniciava-se pelos grandes partidos, hoje começou-se pelos de menor representação nesta Casa.

Não se atemorize V. Exa. com o volume de folhas que tenho nas mãos, porque o discurso é pequeno e a letra é grande.

Sr. Presidente, o Partido Social Trabalhista ao ensêjo do encerramento desta legislatura, vem pela minha voz congratular-se com V. Exa. e com o Senado, pelos resultados obtidos com o esforço de nosso trabalho em benefício da Nação e do seu povo.

V. Exa., Sr. Presidente, que como Deputado foi um dos mais fogosos parlamentares, aqui chegando para presidir nossos trabalhos, escolhido que foi pelo voto livre, num regime livre de livre opinião, aqui chegando, repito, despiu-se das suas roupagens partidárias para ser o magistrado que a Constituição designou para presidir nossos trabalhos e zelar pelo prestígio desta Casa.

Rebatendo com serena energia as críticas injustas e improcedentes feitas ao Senado, tornou-se V. Exa. credor dos nossos aplausos, do nosso acatamento e consideração amiga.

Procurei no exercício de meu mandato prestigiar a ação de V. Exa. e o renome desta Casa colocando os debates no terreno doutrinário sem preocupações de natureza política. Vo-

tamos tôdas as medidas que o Governo solicitou para enfrentar a crise que assoberba a Nação com o encarceramento da vida, que não é culpa do Governo passado, como se procura insinuar, mas crise decorrente de fatores vários cujos responsáveis não podem ser apontados como bem acentuou em magistral discurso o Senador Alberto Pasqualini, com sua inteligência preclara e reconhecida intrepidez.

Votamos projetos de lei imperfeitos e mal redigidos e os votamos com ressalva, para que não se atirasse amanhã contra nós a responsabilidade de negarmos ao Governo as armas de que necessita para salvar a Nação.

Oxalá que as leis que votamos sejam aplicadas com justiça e possam atingir os seus nobres objetivos.

Congratulando-me com V. Ex.^a, Senhor Presidente, desejo-lhe maiores felicidades na vida pública e estendo as minhas congratulações aos meus colegas que me honram com sua estima e amizade.

Congratulo-me, finalmente, Sr. Presidente com o funcionalismo desta Casa e com os representantes da imprensa com votos de felicidades a todos.

Sr. Presidente, há poucos dias folheando um pequeno livro, lembrança de um filho, encontrei esta máxima divina: "Tende uma boa consciência e tereis sempre alegria".

Termino a legislatura cansado, mas alegre. Tenho a consciência de que cumpri com dignidade o meu dever e daqui saio hoje sem as sombras dos remorsos que geram os deveres mal cumpridos.

Felicidades a todos, do mais alto ao mais humilde dos funcionários que trabalham nesta Casa. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. FRANCISCO GALLOTTI

— Sr. Presidente, o Senado da República acaba de ouvir a palavra de vários de seus mais ilustres membros e também a de V. Ex.^a que prestou contas à Nação do que se passou nesta Casa durante a sessão legislativa de 1951.

Todos os Senadores fizeram verdadeira profissão de fé na democracia e não menor profissão de fé na esperança da grandeza do Brasil.

A mim por poucos instantes cabe ocupar a atenção do Senado, cumprindo determinação do meu líder o Senador Ivo d'Aquino, para proferir algumas palavras em nome do Partido Social Democrático a que pertença.

Sr. Presidente, as primeiras palavras que desejo proferir são de sincera saudação à Imprensa do Brasil, a essa Imprensa que aqui nos acompanha diariamente, a essa Imprensa que se, às vezes, nos fere é, como foi dito aqui com a boa intenção, com a intenção de acertar, e é inegável que sua colaboração nos é indispensável.

Saudando a Imprensa do Brasil, saúdo uma das suas fôrças; e os votos que faço, os mais sinceros, são para que ela, sempre bem orientada, possa ser um dos elementos propulsores da grandeza de nossa Pátria, mesmo aquela parte da Imprensa que às vezes, nas suas críticas, nos aguilhoa. E aqui lhe rogo uma praga; consigam os jornalistas ser eleitos para o Parlamento e venham para o nosso lado então sentirão que nem tudo quanto escrevem e nem tudo quanto desejam poderá ser alcançado. Segundo sabemos, em breve o povo de um de nossos Estados deve mandar para esta Casa uma das estrelas jornalísticas nacionais. Recebâmo-lo, ouçâmo-lo, e de-

pois comentaremos sua ação dentro ao Parlamento.

Sr. Presidente, estendo êsses votos de saudação à Agência Nacional, a qual, a par de ser um órgão que obedece a uma orientação governamental, é também, e sobretudo, um dos grandes elementos a que o Parlamento deve render homenagem. Dirigida hoje pelo Coronel Caio Miranda, presta realmente serviços através do noticiário, pelo Brasil inteiro, através das ondas do rádio, dizendo à Nação no mesmo dia, tudo quanto se passou no Parlamento Nacional.

Cabe-me, agora, em nome do Partido Social Democrático, trazer a nossa saudação ao funcionalismo do Senado Federal.

A todos, indistintamente, desde o mais modesto limpador da Casa, que, quando aqui chegamos mais cedo, já encontramos no pôsto, preparando a sala onde o Senado realiza as suas sessões. Dentro dêsses agradecimentos ao funcionalismo, cabe uma saudação especial aos beneméritos taquígrafos, que só Deus sabe com que sacrifícios procuram efetivamente traduzir aquilo que proferimos; aos funcionários da Ata — o funcionalismo que não tem sequer um instante de descanso — a nossa homenagem especial.

O Sr. Presidente, não devemos esquecer, neste instante, a direção geral da nossa Secretaria, cujo chefe, o Doutor Júlio Barbosa, merece, por justiça, o nosso aplauso e a nossa admiração.

À Comissão Diretora que administra esta Casa, e cuja direção principal está entregue ao ilustre representante de São Paulo, Senador Marcondes Filho tendo como companheiros as figuras proeminentes dos Senadores Etelvino Lins, Vespasiano Martins, Val-

demar Pedrosa e Hamilton Nogueira, eu que tive a honra, por alguns dias, de fazer parte dessa Comissão, tão somente para lhe beber os ensinamentos, tão somente para lhe receber as lições, agora lhe trago o nosso aplauso pela retidão e pelo espírito de justiça com que ali exerce o seu mister.

O Sr. Presidente, ao apagar da sessão legislativa de 1951, a nossa saudação do Partido Social Democrático a todos os colegas de outros partidos,

e a V. Excia., dirigindo também a nossa saudação a todos os senadores, saudamos o próprio povo do Brasil, com os votos mais sinceros para que 1952 seja cheio de paz, de progresso e de grandeza, para que o Brasil prossiga dentro da democracia; dentro dos princípios de liberdade humana para assim nos orgulharmos, cada dia mais, de ser' filhos desta terra. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. COSTA PARANHOS — Senhor Presidente, não poderia quebrar a praxe desta Casa deixando de ocupar a tribuna quando já findam os nossos trabalhos.

Desejo apresentar também as minhas congratulações, em nome do Partido Socialista Brasileiro, que tenho a honra de representar e, ao mesmo tempo, fazer uma declaração de fé democrática.

Desde moço sempre lutei pelo regime democrático, por considerá-lo o que mais se coaduna com a dignidade humana.

Por todos os dias de minha vida hei de bater-me pela liberdade do cidadão.

Em rápidas palavras, palavras páli-
das é verdade (*Não apoiado*) mas vin-
das de um coração sincero, apresento a
V. Excia., à Mesa, aos Srs. Senadores,
que cumpriram com seus deveres pe-
rante a Nação, as minhas congratula-
ções pelo trabalho desenvolvido no
decorrer do ano. Todos fizeram, te-
nho a certeza, o máximo dentro de

suas possibilidades, para servir a seus Estados e eleitores.

Sinto-me satisfeito em dizer que, em-
bora por poucos dias em que aqui
estive, procurei dentro de minhas con-
vicções dar meu aplauso e voto às
medidas que julguei de justiça.

Nessas breves palavras, Sr. Presi-
dente, repito, congratulo-me com Vossa
Excia., com a Mesa, com os senhores
Senadores e funcionários com que tive
o prazer e a honra de privar.

Como trabalhista, ou melhor, como
socialista — retifico, embora não con-
sidere uma *gafe* porque o Partido
Socialista Brasileiro está na linha do
Partido Trabalhista Britânico, — sinto-
me satisfeito de ter contribuído, com
palavras obscuras embora, (*Não apoi-
dos*) através da Imprensa, à qual ren-
do também homenagens, para divul-
gação dos nossos pensamentos nesta
Casa.

Era o que tinha a dizer. (*Muito
bem; muito bem. Palmas*).

O SR. IVO D'AQUINO — Senhor Presidente, pela quinta vez tenho a oportunidade de, em momento como êste, dirigir minha palavra ao Senado da República.

Nesta sessão, um pouco diferente talvez seja o comentário que dirijo aos meus pares em razão das funções que, nesta Casa, exerço.

Durante os quatro anos do Governo passado tive a honra de ser o líder do Partido Social Democrático; e, destarte, o intérprete do pensamento do Governo da República, cujo chefe fôra eleito pelo meu Partido, e ao qual durante todo o seu período governamental recebeu o nosso apóio partidário. Pensava eu que ante uma curva que se abria diante dos meus passos com a mudança para o novo Governo, ficasse desobrigado dos deveres e das responsabilidades que durante quatro anos pesaram sobre os meus ombros e que só me foram aliviados pela cordialidade, pelo apreço e pela amizade com que ininterruptamente os meus pares me agraciaram.

As contingências, porém, dos homens políticos sem sempre resultam da suas vontades; e foi assim que, em virtude delas, me vi, novamente, obrigado nesta Casa, durante esta sessão legislativa, pela confiança do meu Partido e do novo Governo, a representar-lhes o pensamento.

Quando aceitei a missão, o estudo regressivo que fiz em relação às minhas atividades no Senado deu-me o conforto e a convicção de que nada eu teria a relegar, nada a desdizer, nada a ocultar a mim mesmo ou a quem quer que seja, do que disse e da forma por que o disse.

Agora, Sr. Presidente, após o transcurso desta sessão legislativa, o primeiro juiz a quem me dirijo para o

meu julgamento é a minha própria consciência, certo de ter, se não conseguido, pelo menos procurado cumprir com o meu dever. E se sinceramente pude corresponder às aspirações dos que me delegaram tão altos poderes de confiança, se dentro desta Casa pude interpretar-lhes o pensamento, paralelamente às tradições do Senado e as lições que os homens mais eminentes pregaram neste recinto e que, podemos dizê-lo, ressoam ainda tôda vez que precisamos alertar a nossa consciência para bem servir o Brasil, sempre me julguei severamente. E embora não duvide da franqueza do próximo, tenho sempre em consideração a generosidade dos que me cercam.

Sinto-me, por isto, em paz com a minha consciência e, de pé, aguardo tranqüilo o julgamento dos meus pares relativamente ao modo por que me desincumbi do meu mandato.

Nem todos podem compreender missões como as que desempenhamos. Entendem muitos que a circunstância de representarmos o pensamento de alguém ou cumprirmos obrigações a nós delegadas, significa o alheamento do nosso discernimento, da nossa consciência, da nossa dignidade.

Não podemos esquecer, porém, que diante de nós e mais do que a nossa própria honorabilidade, se levanta a tradição de uma Casa que desde o regime passado deu à Nação, pelas vozes mais autorizadas dos seus representantes, exemplo de serviço permanente e do respeito às mais altas instituições, bases do próprio regime.

Não são de hoje, Sr. Presidente — e V. Excia. já o acentuou, bem como outros oradores que me antecederam na tribuna — os ataques ao Parlamento. Julgam-no um "deus ex máquina", capaz de dar a tudo soluções imedia-

tas, lograr o milagre de resolver todos os problemas.

Esquecem-se os que assim levemente o criticam que o Estado repousa no trabalho, na harmonia e na colaboração de três Poderes, sobre os quais assenta, e que nem sempre, por contingências humanas ou falhas explicáveis, podem êles satisfazer a tôdas as aspirações.

No nosso sistema parlamentar bicameral, em que a maioria das iniciativas pertence à Câmara dos Deputados, é o Senado muitas vêzes chamado a colaborar, sob a premência do tempo, dêle se exigindo decisões apressadas, sem exame atento dos assuntos, pretendendo-se que se transforme em órgão meramente homologador, abrindo mão de seu poder de crítica e de liberação.

O Senado da República, não porque lhe falte a compreensão do seu dever, mas para atender a apelos justificáveis, mais de uma vez tem acelerado suas decisões, para que a Nação não seja privada de instrumentos legais adequados à solução de seus problemas.

Sr. Presidente, é preciso expressar bem claramente nosso pensamento, e a convicção de que tal fato não significa que o Senado renuncie aos seus direitos de crítica e prerrogativas para para em igualdade de condições colaborar com a outra casa do Legislativo na feitura das leis.

O SR. ETELVINO LINS — Muito bem.

O SR. IVO D'AQUINO — Surgiram críticas ao Senado, atinentes mais de perto ao líder da maioria, de que, sob certas circunstâncias, ao votar-se certo projeto, havia êle transigido com as opiniões de outros partidos, que não representam a maioria desta Casa, mesmo dispondo de forças numéricas suficientes a fazer prevalecer determinada opinião.

Realmente, mais de uma vez tenho nesta Casa transigido com opiniões que, embora contrárias às minhas, entretanto revelam o alto espírito dos que as emitem, a independência dos que as apresentam ao plenário e, so-

bretudo, o direito que têm os representantes do povo, de livre e, mesmo, veementemente, se necessário, defender regras e princípios que julguem de interesse público.

E' possível, Sr. Presidente, que se acendam turíbulos com a cizânia que se quer lançar entre aquêles que, lealmente, colaboram com o govêrno da República.

Os que porém, buscam êsse incenso para homenagens particulares, podem estar a serviço de sua própria vaidade ou devoção pessoal, mas, na realidade, não estarão servindo a quem pensam servir.

Só há, Sr. Presidente, um meio de servir bem: é o de servir com dignidade, sem alheamento da consciência nesse serviço, respeitando as opiniões daqueles que, lealmente, querem contribuir, com sua palavra e esforço, para o benefício da coletividade.

O Sr. *Etelvino Lins* — Nem outra pode ser a orientação de uma corporação como o Senado da República.

O SR. IVO D'AQUINO — Não estou aqui, Sr. Presidente para pôr minha consciência em almoêda, nem preocupar-me com alvícaras do elogio fácil.

O Sr. *Gomes de Oliveira* — Elogios calorosos V. Excia. os merece, no exercício do cargo de tão alta responsabilidade que exerce.

O SR. ALBERTO PASQUALINI — Aliás, com muita dignidade, discernimento e elegância.

O SR. MOZART LAGO — E grande sabedoria.

O SR. IVO D'AQUINO — Muito obrigado a VV. Excias.

Como dizia, Sr. Presidente, não é minha preocupação o receber as alvícaras dos elogios fáceis, que se dissolvem e desmerecem com o tempo.

Minha preocupação, na função que aqui estou exercendo, é a de merecer, em primeiro lugar, o respeito dos meus pares e, se possível, sua cordialidade e amizade.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — E V. Ex.^a as tem merecido sempre.

O SR. VICTORINO FREIRE — De todo o Senado.

O SR. IVO D'AQUINO — Assim, Sr. Presidente, quando tenho procurado orientar os trabalhos desta Casa para um determinado objetivo, minha preocupação é a de obter colaboração honesta e leal de todos representantes do povo, que têm assento nesta Casa, sem querer impôr, nem mesmo dentro do meu Partido, qualquer opinião que não tenha base na consciência de cada um de nós.

Tenho deslizado em angras remansosas, mas também tenho arado ondas tormentosas; quer num caso, quer noutro, meu rumo tem sido sempre o da dignidade do Senado Federal...

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Muito bem!

O SR. IVO D'AQUINO — ... onde homens, cuja memória o Brasil jamais esquecerá, plantavam carvalhos perpétuos, à sombra dos quais nos abrigamos para recordar-lhes as lições e merecer-lhes os exemplos.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito bem!

O SR. IVO D'AQUINO — Sr. Presidente, o meu agradecimento dirige-se, como é natural, em primeiro lugar, aos companheiros de Partido, a quem devo conselho permanente e cooperação, que jamais se desmentiu, tôdas as vezes que foram chamados a dar seu voto nas questões submetidas ao julgamento do Senado.

Seria injustiça não estender êsse agradecimento aos líderes e componentes dos demais Partidos, que, todos me rodearam, mais de uma vez, com uma colaboração tanto mais honroso para mim quanto dêles jamais foi alienada a independência, a convicção, e a responsabilidade que têm, como representantes, quer de agremiações políticas, quer do povo.

Ainda há pouco, o Senador Ferreira de Souza declarou que, no Senado da República as fronteiras dos Partidos se vão esmaecendo e a noção da responsabilidade comum, em benefício do Brasil, tem feito de todos nós, nesta Casa, uma grande família, na qual as comunicações do espírito e do pensa-

mento se volvem e orientam, tôdas para bem servir à coisa pública.

Sr. Presidente, a V. Ex.^a, como Presidente do Senado, a homenagem minha e do meu Partido. Com uma longa vida, de homem público e lutador intemorato, cuja palavra tantas vezes se acendeu em ímpetos irresistíveis na defesa das suas idéias, está agora V. Ex.^a no exercício desta conspícua magistratura, na qual tem procurado, acima das convicções pessoais e de qualquer princípio partidário, servir com imparcialidade e dignidade ao Senado, presidindo-o de forma a merecer os aplausos de todos nós.

À Comissão Diretora, presidida pelo eminente Senador Sr. Marcondes Filho e cujos ilustres membros tanto se têm desvelado para o cumprimento das atribuições executivas que lhes cabem pelo Regimento, peço que recebam, também, a minha saudação, certos de que nas minhas palavras se derrama a sinceridade que está no pensamento de todos os membros do Partido Social Democrático.

Ao meu querido e ilustre companheiro, Senador Francisco Gallotti, pedi dirigisse, em nome do nosso Partido, uma saudação aos que, não sendo membros desta Casa como representantes do povo, a ela prestam serviços inestimáveis, indispensáveis. e S. Ex.^a já me atendeu, com o brilho e o calor da sua palavra.

Encerrando, Sr. Presidente, êste discurso, expresso a convicção de que, dentro dos princípios que me ditou a consciência, servi com lealdade no representar o pensamento daqueles que me incumbiram de fazê-lo nesta Casa — o Sr. Presidente da República e o Partido Social Democrático.

No desempenho desta missão fique o Senado certo — procurei sempre ter presente a suas tradições, tentando, com o meu modesto trabalho e com esforço de todos, bem servir ao Brasil dentro do regime instituído na Constituição. (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado*).

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Sr. Presidente, é costume, nesta Casa, no encerramento dos nossos trabalhos, a palavra de um Senador, exprimindo, a pedido dos jornalistas que aqui trabalham, as congratulações com a Mesa e sua Presidência, com os funcionários do Senado e com o próprio plenário, pela feliz conclusão da nossa tarefa.

Coube-me a mim, êste ano, responder à solicitação dos nossos bons e inestimáveis amigos; e como é da própria função da imprensa, fala ela por último, com a notícia, o comentário e a crítica.

A notícia será, neste momento — e deverá ser amanhã — a de que, como acentuaram os oradores antecedentes, o Senado cumpriu rigorosamente com os seus deveres.

O comentário deve ser, ainda na palavra generosa dos jornais, um estímulo para que esta Câmara continue as suas tarefas, dentro dêsse espírito de trabalho patriótico e constante.

A crítica — essa, Sr. Presidente, muita vez é inclemente e injusta. E V. Ex.^a, cujos êxitos na vida pública são devidos, a princípio, à banca do jornal e, depois, aos embates do Parlamento, V. Ex.^a acentuou, no brilhante relatório com que historicou as atividades do Senado, o tom, freqüentemente injusto, das críticas que recaem sobre nós.

Poderíamos considerar que assim como o Poder Legislativo está à mercê de tais apreciações, nem sempre exatas, também a própria Imprensa, não raro, sofre de nós — e de todos, afinal — os mesmos injustos reparos.

Entretanto, se fossemos meditar profundamente no papel que ao Poder Legislativo e à Imprensa cabe numa democracia, não encontraríamos, a bem dizer, nenhuma diferença.

Ao contrário, nas nossas atividades tudo se associa no sentido de dar à liberdade, dentro do regime, um conteúdo e um sentido — o de imprimir à vida pública uma orientação sempre para as boas soluções, as soluções que busquem a prosperidade coletiva.

Assim, se o Poder Legislativo começa a sofrer, dentro do sistema democrático, as críticas sistemáticas, as críticas tendenciosas, as críticas provocando o seu descrédito, o seu desprestígio, se não vier da Imprensa a defesa das instituições representativas, ela estará com sua omissão criminosa, criando não simplesmente o seu desprestígio, mas a sua própria morte...

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito bem.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — tão certo que as instituições representativas precisam da imprensa, para viver e florescer; e a Imprensa sem elas desaparece no abismo dos mesmos arbítrios e dos mesmos caprichos do poder desarvorado (*Muito bem*).

E' essa semelhança de papéis, dentro da vida da nacionalidade, é êsse destino ingrato e tão igual do Poder Legislativo e da Imprensa, que fazem com que as nacionalidades procurem, e devam sempre, perdoar ao Parlamento, como aos jornais, as imperfeições e falhas ou os exagêros e excessos de que está fértil sempre o trabalho do homem.

À Mesa, na pessoa de V. Ex.^a, em que, efetivamente — repito-o com grande satisfação — o jornalismo brasileiro tem uma das suas mais vivas e mais interessantes figuras, e em quem o Parlamento contou sempre com uma das mais intrépidas vocações; à Comissão Diretora, através dos seus componentes; aos nossos ilustres pares; e aos funcionários do Senado, as congratulações efusivas dos que são aqui, diariamente, testemunhas do seu labor.

Que possamos, para honra da nossa Casa, a que alguns de nós servem há bem seis anos e para a qual já criaram, verdadeiramente, sentimentos de estima e de solidariedade, em qualquer transe, continuar êste ambiente de cordialidade, que é a nossa maior honra. Que nem mesmo os encontros mais fortes e violentos das divergências doutrinárias ou políticas possam, sequer um instante, alterar êsse ambiente de cordialidade que — é justo dizer nesta hora — devemos sobretudo à galhar-

dia e elegância com que os nobres líderes desta Casa lideram as suas bancadas, lembrados sempre de que, se vivemos num regime partidário e se os partidos são necessários à vida da Nacionalidade, momentos há em que, através do Parlamento só podem falar as vozes supremas interesse nacional.

E' isso, a meu ver, o que temos feito até aqui. Tenhamos confiança e fé nos destinos democráticos do Brasil, para não nos afastarmos, até o término do nosso mandato, dêsse caminho, que é o nosso caminho. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).